IHU ON-LINE
Revista do **Instituto Humanitas Unisinos**
Nº 422 - Ano XIII - 10/06/2013 - ISSN 1981-8769

UNISINOS | INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS | JESUÍTAS

Copa do Mundo. Para quem e para quê?

Arlei Damo
Copa do Mundo: guerra mimética entre as nações

Paulo Lemos
Brasil: soberania rifada para atender aos ditames da FIFA

Claudia Favaro
Comitês Populares da Copa, o nascimento de uma resistência

E MAIS

Fábio Souza de Oliveira:
A Ecologia Profunda e os novos direitos

Carlos Mendoza-Álvarez:
A arriscada experiência polifônica do divino

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne:
O nexo indissolúvel entre a questão ecológica e a justiça social

Copa do Mundo. Para quem e para quê?

Enquanto governos e patrocinadores enaltecem a realização dos megaeventos no Brasil, um contingente de milhares de brasileiros, em grande parte composto por pessoas em situação de vulnerabilidade social, vem sofrendo as mais variadas violações de direitos humanos.

É neste contexto que se inicia no próximo sábado, em Brasília, a Copa das Confederações, um evento que será um ensaio para o mundial de futebol, que ocorrerá em 2014 no Brasil.

Para debater a realização de megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a revista IHU On-Line desta seman entrevistou uma série de especialistas e representantes dos Comitês Populares da Copa do Mundo espalhados por todo o país.

Participam desta edição Orlando Alves dos Santos Jr., pesquisador e integrante da Rede Observatório das Metrópoles, Arlei Damo, doutor em antropologia social e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Roberto Liebgott, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI do Rio Grande do Sul, Paulo Lemos, advogado, ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e presidente do Colégio de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil e os seguintes representantes dos Comitês Populares da Copa: Cláudia Favaro, de Porto Alegre, RS, Júlia Ávila Franzoni, de Curitiba, PR, Caio Bruno de Oliveira Barbosa, de Cuiabá, MT, Argemiro Ferreira de Almeida, de Salvador, BA, Eloisa Varela Cardoso de Arruda, de Natal, RN, e Vasconcelos Filho, de Manaus, AM.

Completam a edição as seguintes entrevistas com Carlos Mendoza-Alvarez, teólogo mexicano, Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, professor da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap e autor do livro, recém lançado, Espaço da Coexistência – Uma visão interdisciplinar de ética socioambiental, Hugo Langone, tradutor do livro A pomba escura. O sagrado e o secular na era moderna, de Eugene Webb, recentemente publicada, e Fábio Corrêa Souza de Oliveira, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que estará nesta segunda-feira, dia 10-06-2013, proferindo a conferência "Novas tecnologias, ecologia profunda e novos direitos", que integra o I Seminário do XIV Simpósio Internacional IHU – revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea, que ocorrerá de 21 a 24 de outubro de 2014 na Unisinos.

A experiência de Damian Steppacher como voluntário na Copa do Mundo de 2010 na África do Sul e seus e seus preparativos para trabalhar no Mundial do Brasil, é tema da reportagem que a revista IHU On-Line publica semanalmente.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura!

UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos

Endereço: Av. Unisinos, 950, São Leopoldo/RS. CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos.

Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Ricardo Machado MTB 15.598 (ricardom@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR.
Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio Forneck
Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patricia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz, Wagner Altes e Mariana Staudt

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

5 **Arlei Damo:** Copa do mundo: guerra mimética entre nações

8 **Baú da IHU On-Line**

9 **Paulo Rogerio Lemos Melo de Menezes:** Brasil: soberania rifada para atender aos ditames da FIFA

12 **Orlando Alves dos Santos Jr:** O legado oculto da governança empreendedorista

15 **Roberto Antonio Liebgott:** Demanda indígena no centro do conflito brasileiro

19 **Claudia Favaro:** Comitês Populares da Copa, o nascimento de uma resistência

22 **Julia Ávila Franzoni:** O desenvolvimento como discurso e as violações dos direitos

24 **Caio Bruno de Oliveira Barbosa:** Um "desenvolvimento" de 50 anos em três. Para quem?

27 **Argemiro Ferreira de Almeida:** A transparência a serviço da política do espaço público

30 **Eloisa Varela Cardoso de Arruda:** Diálogo ínfimo e arbitrariedades contra os direitos humanos

32 **Vasconcelos Filho:** Arena Amazônia, a única obra de Manaus

DESTAQUES DA SEMANA

35 **Reportagem da Semana:** O (quase) invisível trabalho de Damian

37 **Entrevista da Semana:** Carlos Mendoza-Álvarez: A arriscada experiência polifônica do divino

41 **Livro da Semana:** Lúcio Flávio Ribeiro Cirne: O Espaço da Coexistência – Uma visão interdisciplinar de ética socioambiental

44 **Livro da Semana:** Hugo Langone: A pomba escura. O sagrado e o secular na era moderna

48 **Destaques On-Line**

IHU EM REVISTA

50 **Agenda de eventos**

51 **Entrevista de Eventos:** Fábio Corrêa Souza de Oliveira: A Ecologia Profunda e os novos direitos

53 **IHU Ideias:** Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol

54 **Retrovisor**

55 **Sala de Leitura**

twitter.com/ihu

bit.ly/ihufacebook

www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destaques da Semana

IHU em Revista

Copa do mundo: guerra mimética entre nações

O professor Arlei Damo analisa os megaeventos a partir do olhar da antropologia e afirma: "o segredo para o sucesso das copas do mundo de futebol masculino passa, necessariamente, pelo deslize de significados atinentes ao imaginário nacional para as arenas esportivas"

Por Graziela Wolfart

Uma das características importantes dos megaeventos, na opinião do professor Arlei Damo, da UFRGS, é que eles passam a ter uma existência que transcende o acontecimento em si, sendo reelaborados de muitas formas. "Toma-se o Holocausto como exemplo e observe-se a quantidade e diversidade de monumentos, livros, teses, filmes e tantas outras produções a seu respeito. Não é mega apenas porque foram mortas covardemente milhões de pessoas, mas também porque isso dificilmente será esquecido por séculos, quiçá milênios". Para Arlei, na entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**, não há uma explicação padrão para compreender o engajamento de tantas pessoas que são implicadas pelos megaeventos. "Não existe um único motivo para explicar a Primavera Árabe. Então, como misturar isso com Woodstock ou com a peregrinação à Meca? Cada qual já é complexo em si mesmo, pois os engajamentos se dão por motivações que variam de um campo a outro e são consignados através de estratégias distintas na política, na música e na religião, por exemplo. Mas nada impede que um megaevento flerte com vários desses elementos simultaneamente, como no caso do efêmero Woodstock, que foi uma composição *sui generis* entre juventude, *rock and roll*, manifestação política, afrontamento à moral conservadora, misticismo, entre outras variáveis", esclarece.

Arlei Damo é graduado em Educação Física, mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e leciona nessa mesma instituição. É autor de *Futebol e identidade social* (Porto Alegre: UFRGS, 2002) e *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França* (São Paulo: Hucitec, 2007) e coautor de *Fútbol y Cultura* (Buenos Aires: Norma, 2001).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como entender o interesse antropológico pelos megaeventos?

Arlei Damo – Megaeventos, como o prefixo sugere, são eventos de grandes proporções e a antropologia se interessa por aqueles nos quais a dimensão humana está implicada. Bem entendido, para que um evento tenha grandes proporções não é preciso que envolva, necessariamente, uma extensa quantidade de pessoas, como são as revoluções, guerras, peregrinações e outros eventos que possuem tais características. Em antropologia trabalha-se com os fatos concretos, mas não menos importante – e às vezes mais – é a repercussão deles. Em outras palavras, a antropologia perscruta um mundo que vai muito além da realidade positiva, e nesse mundo um fato banal pode adquirir um significado denso e volumoso, expandindo-se muito além das fronteiras originais.

De outra parte, os megaeventos representam um desafio à antropologia. Ao longo de um século de história, mas, sobretudo, na primeira metade dele, a antropologia se especializou no estudo de sociedades de escala reduzida. Isso teve a ver, em parte, com o tipo de preocupação teórica, vinculada às sociedades tradicionais (à época ditas primitivas), que eram em geral compostas por grupos de indivíduos numericamente reduzidos se comparadas às sociedades europeias. Por outro lado, os antropólogos sociais e culturais desenvolveram uma forma de abordagem de campo muito peculiar, cunhada de etnografia, que pressupunha o contato direto entre o pesquisador e os pesquisados. A observação parti-

cipante, largamente praticada no espectro da antropologia contemporânea – em que pese suas nuances – e até fora dela, valoriza o contato qualitativo, meticuloso, aprofundado, razão pela qual é mais eficiente para a investigação de pequenos grupos, com os quais o pesquisador pode interagir intensamente. Todavia, a antropologia incorporou, ao longo dos últimos anos, a preocupação com as sociedades urbanas, nas quais os fluxos são mais alargados – sejam eles de pessoas, informações, mercadorias, ideias e assim por diante. Para muitos antropólogos, mesmo os mais experimentados, eventos da proporção e da evanescência de um jogo de futebol, uma romaria, um show de rock, um grande comício, entre tantos outros, são desafiadores, pois as ferramentas convencionais da observação participante necessitam de muitos ajustes. Mas a antropologia tem se mostrado capaz de se renovar, tanto teórica quanto metodologicamente, razão pela qual os megaeventos precisam ser enfrentados.

IHU On-Line – O que caracteriza os megaeventos como diversificados e multifacetados?

Arlei Damo – Diversificados na medida em que são muitos e ao mesmo tempo distintos. Temos uma quantidade extraordinária de festas populares no Brasil, por exemplo, e elas têm suas especificidades, embora também tenham algo em comum. Mesmo o carnaval, é muito diferente o modo como é organizado e vivido no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. E que tal pensarmos nas celebrações religiosas? São igualmente muito diversificadas, algumas delas até tendo nexos com as festas profanas. O mesmo vale para o campo artístico – em especial a música –, o esporte, a política, a economia e assim por diante. São multifacetados na medida em que permitem diferentes abordagens. O carnaval do Rio de Janeiro, por exemplo: pode-se abordá-lo pelo viés estético, que é o mais usual, mas também econômico, histórico, moral, etc. Nenhuma dessas perspectivas é menos interessante ou relevante do que a outra e é impossível dar conta de tudo ao mesmo tempo. Porque as faces são muitas

> "A Copa do Mundo e o Fórum Social Mundial (...) são desejados e planejados, o que não quer dizer que sejam consensuais"

é impossível observá-las ao mesmo tempo.

IHU On-Line – Que paralelos podem ser estabelecidos entre os megaeventos planejados (Copa do Mundo; Fórum Social Mundial) com os megaeventos extraordinários, não programados (catástrofes climáticas, por exemplo)?

Arlei Damo – Esse tipo de comparação é útil, sobretudo, para pensar nas diferenças. Catástrofes climáticas são eventos indesejados – do contrário não seriam nomeadas como tal – e as guerras são controversas, dependendo do ponto de vista como cada qual é atingido. A Copa do Mundo e o Fórum Social Mundial, ao contrário, são desejados e planejados, o que não quer dizer que sejam consensuais. Cada conjunto desses megaeventos coloca questões distintas para serem observadas e discutidas. Catástrofes são eventos que promovem crises forçadas e em geral dramatizam as perdas, o sofrimento, a solidariedade, a reparação. Não se observa isso na maior parte dos eventos orquestrados, pois entre eles um dos objetivos destacados é a produção e experimentação de emoções positivas. Diz-se que os torcedores de futebol sofrem nos estádios torcendo pelos times que os representam e estou plenamente de acordo com isso. Mas esse sofrimento é, em boa medida, forjado, pois assim que o jogo acaba volta-se à rotina e, ao menos em tese, jogos de futebol não alteram significativamente a rotina de torcedores. Algo bem diferente é quando se está diante do sofrimento causado pelas perdas advindas com um tsumani, furação, enchente, estiagem ou algo do gênero.

IHU On-Line – Qual a importância para os megaeventos da sua repercussão midiática?

Arlei Damo – Sob certo ponto de vista, pode-se pensar que a mídia é essencial para reverberar e, como tal, expandir os eventos, fazendo-os repercutir para além do espaço, do tempo e do público envolvido *in loco*. Mas elas – no plural, pois são várias – não apenas reverberam, senão que os recriam e, em certos casos, alteram profundamente o sentido original. É impossível explicar os eventos cunhados como "primavera árabe" sem considerar o papel desempenhado pelas mídias – celulares e redes sociais, sobretudo. As imagens do jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi, que ateou fogo no próprio corpo como forma de protesto, teve um efeito catalizador extraordinário, repercutindo tanto no ânimo de militantes diretamente implicados nos protestos que se seguiram em diversos países árabes quanto nos apoios que foram arrolados para além deles. Com as possibilidades advindas das redes sociais e a popularização desses recursos, não é de todo equivocado afirmar que certos megaeventos são produzidos e impactados apenas midiaticamente – os virais são exemplos disso.

IHU On-Line – Que elementos possibilitam classificar a "Primavera Árabe[1]" como um exemplo lapidar de megaevento?

1 **Primavera Árabe:** os protestos no mundo árabe ocorridos de 2010 a 2012 foram uma onda revolucionária de manifestações e protestos, compreendendo o Oriente Médio e o Norte da África. Houve revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria; grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados. (Nota

Arlei Damo – A quantidade de pessoas e de países envolvidos, assim como o encadeamento entre eles, a repercussão para além do "mundo árabe" e a intensidade das emoções envolvidas. É o tipo de evento que, muito provavelmente, entrará para os livros de história contemporânea e muito haverá de ser dito e discutido a respeito no presente e no futuro. Uma das características importantes dos megaeventos é que eles passam a ter uma existência que transcende o acontecimento em si, sendo reelaborados de muitas formas. Toma-se o holocausto como exemplo e observe-se a quantidade e diversidade de monumentos, livros, teses, filmes e tantas outras produções a seu respeito. Não é mega apenas porque foram mortas covardemente milhões de pessoas, mas também porque isso dificilmente será esquecido por séculos, quiçá milênios.

IHU On-Line – Como a antropologia compreende o engajamento de tantas pessoas que são implicadas pelos megaeventos?

Arlei Damo – Não há uma explicação padrão, mesmo porque a antropologia tenta evitar, a todo o custo, a essencialização. Não existe um único motivo para explicar a Primavera Árabe – aliás, isso ainda haverá de dar muitas discussões. Então, como misturar isso com Woodstock[2] ou com a peregrinação à Meca? Cada qual já é complexo em si mesmo, pois os engajamentos se dão por motivações que variam de um campo a outro e são consignados através de estratégias distintas na política, na música e na religião, por exemplo. Mas nada impede que um megaevento flerte com vários desses elementos simultaneamente, como no caso do efêmero Woodstock, que foi uma composição *sui generis* entre juventude, *rock and roll*, manifestação política, afrontamento à moral conservadora, misticismo, entre outras variáveis.

> "Certos megaeventos são produzidos e impactados apenas midiaticamente"

IHU On-Line – Sob o viés antropológico, como é possível despertar o interesse e aglutinar milhares e até milhões de pessoas em volta de uma Copa do Mundo, por exemplo?

Arlei Damo – A Copa do Mundo Futebol – há também as copas de atletismo, rugby, ginástica... – tem um forte e decisivo apelo ao imaginário nacionalista. É uma competição de times recrutados por entidades futebolísticas, que nada tem a ver com o Estado, mas que são investidos como representantes da nação. O time organizado pela CBF se torna, como num passe de mágica, "o Brasil". E a copa, porque é uma competição entre equipes dessa natureza, lembra uma guerra mimética entre nações. O segredo para o sucesso das copas do mundo de futebol masculino passa, necessariamente, pelo deslize de significados atinentes ao imaginário nacional para as arenas esportivas. É certo que as copas reúnem os mais performáticos entre os atletas de futebol, que os jogos são realizados em verdadeiros templos especialmente edificados para tal e que os preparativos são meticulosamente feitos. Mas retire-se do time da CBF e da AFA a representação de Brasil e Argentina e ver-se-á que, embora isso não comprometa a performance propriamente futebolística, o interesse do público declinará irremediavelmente. A Copa do Mundo de Futebol é entre as competições esportivas a que melhor explora o imaginário nacionalista, profundamente imbricado às emoções, mas outros esportes também fazem isso. Até a Fórmula 1, que é uma competição cuja marca é de propriedade privada, não se limita a ser uma disputa entre fabricantes de motores, pneus e outros implementos da indústria automobilística. O imaginário nacionalista altamente valorizado, como estratégia de mobilizar o interesse de um público mais amplo daquele aficionado por corridas de automóveis. Tanto é verdade que os pilotos são identificados pela nacionalidade e os respectivos hinos são executados por ocasião das vitórias. Do ponto de vista prático isso tudo é irrelevante, mas do ponto de vista simbólico faz toda a diferença, como ilustra a história de Airton Senna, que de exímio piloto tornou-se um herói nacional.

IHU On-Line – Qual a importância dos microeventos – promovidos pelos movimentos sociais, por exemplo – dentro do contexto dos megaeventos?

Arlei Damo – Eles são um contraponto essencial para a difusão de pontos de vista não hegemônicos. A copa é promovida pela Fifa em parceria com o governo brasileiro (federal e alguns estaduais e municipais). O sucesso do evento trará dividendos econômicos e políticos a essas agências e seus parceiros, como no caso das várias multinacionais que são patrocinadoras da Fifa ou mesmo das redes de TV para as quais as imagens foram comercializadas. Esses agentes – e aí poder-se-ia incluir ainda a mídia esportiva – têm uma visão triunfalista a respeito da copa. É compreensível que eles pensem nesse registro, pois, entre outras coisas, há que legitimar o uso de recursos públicos empregados em larga escala. Mas nem todas as pessoas gostam de futebol ou pensam que se deva empenhar mais de 30 bilhões de reais para realizá-la. E há ainda os que serão impactados pelas remoções promovidas pelas obras de mobilidade urbana ou para a construção dos estádios. Então nem tudo é uma maravilha e os movimentos sociais estão aí para dizer isso de forma articulada, pois no espectro mais amplo da população há muitas pessoas que têm restrições em relação ao dis-

da **IHU On-Line**)

2 **Woodstock:** o Festival de Música e Artes de Woodstock foi o mais importante festival de rock and roll de sua época. Foi realizado em uma fazenda em Bethel, Nova Iorque, durante os dias 15, 16 e 17 de agosto de 1969 e, embora tenha sido projetado para 50 mil pessoas, mais de 400 mil compareceram, a maioria das quais não pagou o ingresso. Todo o evento provocou uma grande balbúrdia, com rodovias congestionadas e Bethel sendo ocasionalmente considerada "área de calamidade pública". O Festival de Woodstock representou um marco no movimento de contracultura dos anos 60, e foi o auge da era hippie. (Nota da **IHU On-Line**)

curso triunfalista. Os movimentos sociais têm feito intervenções pontuais e o resultado é positivo se levarmos em conta as adversidades enfrentadas. Todavia, há algo paradoxal, dado que os movimentos parecem mais articulados onde as intervenções são menos pronunciadas ou menos problemáticas – à exceção do Rio de Janeiro, onde há intensa mobilização e obras de grande impacto urbanístico. Em Brasília realizou-se, a meu juízo, a obra mais escorchante entre todas: a reforma do estádio Mané Garrincha, com capacidade para mais de 70 mil pessoas enquanto os times locais não levam mais do que algumas centenas de torcedores aos seus jogos. Gastou-se aproximadamente 1,5 bilhão de reais – quase o triplo do que foi gasto para construir a Arena do Grêmio – e não houve maiores contestações organizadas – para ser exato, houve algo para impedir que o nome de Garrincha fosse suprimido. Já em Porto Alegre, cujos estádios foram remodelados com recursos privados, como havia sido prometido na ocasião em que o Brasil foi escolhido como sede da Copa, tivemos várias manifestações dos movimentos sociais, que acompanharam de perto a remoção de famílias na Avenida Tronco, protestaram contra o corte de árvores para a ampliação da Avenida Beira-Rio e até enfrentaram as forças repressivas do Estado no episódio envolvendo o "Tatu da Copa".

> "A Copa de Mundo Futebol (...) tem um forte e decisivo apelo ao imaginário nacionalista"

IHU On-Line – Qual foi o primeiro megaevento da história da humanidade?

Arlei Damo – Depende da perspectiva. Para quem segue o Velho Testamento, poder-se-ia pensar no Dilúvio ou mesmo na Eva mordendo a maçã proibida. Ou também se poderia pensar na descoberta do fogo, que não seja um mito – embora muitos mitos tratem desse evento capital para a humanidade – é impossível de recuperá-la historicamente. Enfim, nosso repertório de megaeventos é infindável e perguntar pelo primeiro é tão estranho quanto perguntar pelo último.

Leia mais...

>> Arlei Damo já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**:

- *Um campo de guerra*. Edição 184 da Revista IHU On-Line, de 12-06-2006, disponível em http://migre.me/Q8IJ
- *Futebol, um esporte agonístico*. Edição 334 da IHU On-Line, de 21-06-2010, disponível em http://bit.ly/13KYr9y

Baú da IHU On-Line

A **IHU On-Line** já dedicou outras matérias relacionadas aos megaeventos e à Copa do Mundo. Confira.

- *Futebol. A marca de uma identidade nacional?* Edição nº 334, de 21-06-2010, disponível em http://bit.ly/gj0j6N
- *Copa do Mundo: ''o interesse público está sendo desvirtuado''.* Entrevista especial com Thiago Hoshino. **Notícias do Dia** 19-12-2011, disponível em http://bit.ly/v1lKHE
- *Copa do Mundo 2014: ''O Estado paga a conta e a iniciativa privada fica com o lucro''.* Entrevista especial com Marcos Alvito. **Notícias do Dia**, disponível em http://bit.ly/wp0Bla
- *As implicações sociais da Copa do Mundo.* Entrevista com Roberto Morales. **Notícias do Dia**, disponível em http://bit.ly/A0lg2j
- *Copa do Mundo: está em curso um processo de "higienização" no Rio.* Entrevista especial com Hertz Leal. **Notícias do Dia** 02-05-2012, disponível em http://bit.ly/Kq46WR
- *O Desenvolvimentismo em debate.* Edição nº 392, de 14-05-2012, disponível em http://bit.ly/JwfkfW
- *Tráfico de pessoas. A forma contemporânea de escravidão humana.* Edição nº 414, de 15-04-2013, disponível em http://bit.ly/YzlssB
- *Megaeventos e "uma limpeza urbana injustificada''.* Entrevista especial com Sônia Fleury. **Notícias do Dia** 28-05-2013, disponível em http://bit.ly/10DPGMc

Brasil: soberania rifada para atender aos ditames da FIFA

"Não concordo com a flexibilização de nossas leis para atender aos interesses de alguém que não seja o povo brasileiro", opina Paulo Rogerio Lemos Melo de Menezes

Por Graziela Wolfart

"Com o apito inicial da Copa do Mundo no Brasil toda a esperança do povo brasileiro, depositada na seleção verde e amarela, será transformada em uma grande e apaixonada torcida pelo sucesso dos canarinhos tupiniquins, a ser materializado em muitos gols e vitórias, até o som do apito final. Porém, engana-se quem acredita tudo ser festa". A reflexão crítica é do advogado Paulo Lemos, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. E ele explica sua posição: "Se não estiver atento para o início, meio e fim dessa copa eleitoral brasileira, sem a menor sombra de dúvidas, o povo poderá perder de goleada, para àqueles que querem fazer gol contra a pátria e se servirem dela (...). Então, não se pode deixar que as festividades inerentes à Copa do Mundo se prestem para dopar o povo, como se um verdadeiro ópio fosse. Mas, sim, o povo deve se ater à partida que verdadeiramente importa e fará a diferença perene e efetiva na vida das pessoas: a partida também verde e amarela; porém, político-eleitoral". Ao ponderar sobre a questão da flexibilização das leis brasileiras em função da Copa do Mundo, Lemos é enfático: "o nosso problema não é o de carência de legislação. Hodiernamente, nosso maior fantasma é o do desrespeito inescrupuloso da legislação que já temos e que a duras penas foi conquistada pela luta do povo brasileiro, ao custo de sangue, suor, tortura, assassinatos e desaparecimentos".

Paulo Lemos é advogado, ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e presidente do Colégio de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é sua opinião sobre a realização do mundial de futebol no Brasil? O país está preparado, do ponto de vista da legislação, para receber um megaevento deste porte?

Paulo Lemos - Veja, não há dúvidas de que o futebol e a Copa do Mundo, principalmente, além da Copa das Confederações, são paixões nacionais que cativam e alegram parcela significativa do povo brasileiro. Assim como a iniciativa de Nelson Mandela, na África do Sul, logo após a apartheid, em sediar a terceira edição do campeonato mundial de rugby, em que os sul-africanos sagraram-se campeões contando com a entrega do troféu feita pelo mencionado líder para François Pienaar, penso que a intenção dos governantes de então e ainda de plantão não foram más. Penso que, entre outras variáveis discutíveis, acreditou-se que a realização destes megaeventos poderia não só ampliar a visibilidade do Brasil e aumentar sua credibilidade internacional, como também impulsionar o Estado e a sociedade a enfrentarem alguns gargalos estruturais que temos ainda no Brasil.

Ocorre que, seja por uma visão míope ou por descompromisso mesmo com o interesse público primário da sociedade, tanto o Governo (estadual e federal), assim como, lamentavelmente, parte da sociedade e a grande mídia, têm composto uma orquestra com uma música de uma nota só, abordando a questão da mobilidade urbana, da região central das capitais, é bom que se frise isto, e dos estádios, como sendo o nosso calcanhar de Aquiles e o legado que devemos herdar da realização destes megaeventos, custe o que custar nas demais áreas da vida e nas vidas que não estejam diretamente incluídas no plano dos grandes interesses do capital nacional e internacional que têm deixado as empreiteiras e políticos mais entusiasmados do que nunca.

Em nome disso, muitos direitos e garantias já consolidadas no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo na Constituição Federal da República, a exemplo do direito à moradia, saúde, cultura, desporto e lazer para todos, e não para uma elite detentora das condições materiais de garantirem assento nas cadeiras dos estádios, ao invés de nas ruas, como tem

propagado a Coca-Cola, mas também em leis outras como as compiladas na CLT, tal como o limite máximo de horas extras a serem exigidas por dia e condições dignas de trabalho, simplesmente estão sendo, em muitos casos já denunciados pelos movimentos sociais, inobservados, sendo tratados não como postulados que estão acima da vontade voraz e faminta do "progresso", e, sim, como bordões de um recital lírico.

Respondendo objetivamente à pergunta: o nosso problema não é o de carência de legislação. Hodiernamente, nosso maior fantasma é o do desrespeito inescrupuloso da legislação que já temos e que a duras penas foi conquistada pela luta do povo brasileiro, ao custo de sangue, suor, tortura, assassinatos e desaparecimentos.

IHU On-Line - Quais os desafios que se colocam diante da flexibilização das leis brasileiras em função dos megaeventos que se aproximam em nosso país?

Paulo Lemos - Este é um precedente muito perigoso e preocupante. Por mais que busquemos não ter uma posição radical, sem levar em consideração as circunstâncias da vida e do processo político e histórico que, às vezes, impõe situações que não estão completamente sobre nossa governabilidade e campo decisório, sou adepto da premissa de que, sobre questões fundamentais, como são os fundamentos da República Federativa do Brasil, especialmente os da dignidade da pessoa humana, da cidadania e o da soberania nacional, não há margem de negociação ou qualquer forma de renúncia. Isto, pelo simples fato de serem, como preconiza o artigo 1º da Carta Magna Federal, os fundamentos do Brasil. E se abaloarmos ou implodirmos os fundamentos, assim como tem ocorrido com alguns monumentos históricos, quiçá, seremos testemunhas do desmoronamento do projeto republicano e democrático optado em 1988 pelo constituinte.

Portanto, não concordo com a flexibilização de nossas leis para atender aos interesses de alguém que não seja o povo brasileiro.

Podemos alterar para avançar. Avançar nas ações sociais, de distribuição de riquezas, de erradicação da pobreza, de inclusão e emancipação. Agora, jamais para retroceder. Retroceder em acúmulo de riquezas, em se criar um quadro favorável para o aumento da corrupção e para a segregação social, em que os brasileiros mesmo, os candangos, os indígenas, os afro-descendentes, os pedreiros e ajudantes só poderão se aproximar dos jogos da Copa pela televisão, se não tiverem com as luzes cortadas, ante os altos valores praticados hoje pelas empresas, na maioria privadas, fornecedoras e "distribuidoras" de energia.

IHU On-Line - Como entender que o governo brasileiro ceda a exigências de um órgão como a FIFA?

Paulo Lemos – Quando da realização da Copa do Mundo na África do Sul, o neto de Mandela, Mandla, queixou-se publicamente da pressão que a entidade estava fazendo sobre a família para que Mandela estivesse na final, mesmo diante da tragédia ocorrida com sua neta dias antes: "Estamos sofrendo intensa pressão da Fifa pedindo que meu avô vá ao jogo. Mas a decisão é só dele. Depende de como ele acordar e de como se sentir pela manhã. Meu avô fará 92 anos na semana que vem, e o jogo acontecerá à noite. Eles querem que ele entregue o troféu ao campeão depois da partida, o que pode acontecer depois das 23 horas. Seria exigir muito dele."

Portanto, não se trata de novidade alguma esta posição ditatorial da FIFA, principalmente com os países que pensa ela ser do terceiro mundo, da terceira divisão do campeonato político-econômico internacional.

É verdade que nos últimos dez anos o Brasil adotou uma postura de maior independência e mais credibilidade perante o mundo, ampliando os horizontes das relações diplomáticas e comerciais com países até então descriminados ou menosprezados pelos governos do período militar e da década de 1990, livrando-se da subserviência ampla e irrestrita aos EUA e ao FMI, além de ter reassumido o papel estatal de indutor do desenvolvimento nacional e de mediador entre a sociedade civil e a pressão constante do capital nacional e internacional.

Todavia, é com estranheza verificar que, mesmo tendo dado os passos de libertação democrática e afirmação de sua soberania, o Brasil esteja, por força de seus representantes políticos de âmbito federal, rifando sua soberania para atender aos ditames da FIFA. Ainda mais se levarmos em consideração que a FIFA só tem dado ordens, enquanto o pagamento da fatura tem sido feito, cem por cento, com o dinheiro do contribuinte brasileiro, que não poderá assistir aos jogos da Copa, presencialmente.

A FIFA pode até regulamentar os jogos e dirigir a Copa do Mundo, naturalmente. No entanto, nossa Constituição não atribuiu a ela o direito de fazê-los com a vida do nosso povo. Na verdade, a parágrafo único do artigo 1º é enfático em preconizar que o poder emana do povo e para ele deve ser exercido. Em momento algum observo o nome da FIFA neste preceito constitucional, bem como em nenhum outro.

IHU On-Line - Qual tem sido o papel, a importância e as principais demandas dos movimentos sociais e demais entidades e militantes atingidos pelas obras da Copa e outros megaeventos em Cuiabá?

Paulo Lemos - Mais uma vez, a sociedade civil organizada, a exemplo do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso, tem desempenhado um papel de imprescindível importância, tanto no monitoramento e fiscalização das ações e programas derivados da Copa do Mundo, quanto na denúncia da violação de inúmeros direitos humanos da sociedade mato-grossense, brasileira e internacional, em razão dos muitos imigrantes que estão vindo ou sendo trazidos para cá a fim de prestarem mão de obra barata para a realização das faraônicas obras que estão em andamento acelerado, por estarem demasiadamente atrasadas, como constatou o Tribunal de Contas.

Eu diria que muitos são os desafios e é bastante difícil delimitar os principais, pois em se tratando de direitos humanos todos são fundamentais, inalienáveis e vitais. Mas, com certeza, quatro das mais difíceis demandas que temos enfrentado são: a) desapropriação a toque de caixa e

sem justa indenização de muitos cuiabanos; b) inobservância dos direitos trabalhistas e trabalho em condições degradantes de muitos trabalhadores, nas obras relacionadas à Copa do Mundo; c) concentração de investimentos em obras de mobilidade, em detrimento de áreas essenciais, como saúde, educação etc.; d) postura de inércia ou arbitrariedade com grupos de pessoas vulneráveis, como os dependentes químicos e os moradores de rua.

IHU On-Line - Como está sendo feito pela procuradoria estadual do Mato Grosso o trabalho de fiscalização das obras da Copa do Mundo, os casos de corrupção e os problemas relacionados à área social e ambiental?

Paulo Lemos - Tanto o Ministério Público Estadual quanto a Defensoria Pública Estadual disponibilizaram, ou melhor, designaram membros para atuarem exclusivamente nas questões referentes à Copa do Mundo em Cuiabá/MT. A diferença reside no foco de cada uma dessas instituições. Enquanto o Tribunal de Contas está monitorando o cumprimento das metas e prazos das obras, o Ministério Público tem zelado pela questão afeta à probidade da gestão dos recursos públicos e da tutela do meio-ambiente, ao passo que a Defensoria Pública tem curatelado e promovido os direitos sociais de grupos de pessoas atingidas pelas obras, como os das pessoas que estão em situação de risco de despejo de suas áreas e residências.

IHU On-Line - Quais as dificuldades que se apresentam, nesse sentido, em função da Proposta de Emenda Constitucional de número (PEC) 37?

Paulo Lemos - Ainda nenhuma. Pois, como este projeto de emenda constitucional está em trâmite e não foi aprovado, sancionado e promulgado, o Ministério Público mantém a atribuição investigatória. Mesmo sendo Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, e não do Ministério Público, defendo que a PEC 37 não seja aprovada e que o Ministério Público mantenha todas as atribuições e competência confiada a ele pela Constituição, com o fito de cumprir sua nobre função. Agora, é importante que o Ministério Público maneje esta atribuição de forma não seletiva. Que não seja uma espada de Dâmocles apenas sobre a cabeça das pessoas empobrecidas, historicamente exploradas e discriminadas da sociedade. Muito pelo contrário! Esta espada tem que ser desembainhada com mais frequência e menos flexibilidade em face dos barões do poder econômico e político que são proprietários da indústria da violência e pobreza no país, diante da corrupção material e de prioridades que praticam sem o menor escrúpulo, em prejuízo do interesse público primário da sociedade.

E na mesma toada que o Ministério Público tem proclamado a todos os ventos que não há problema algum em duas instituições cumularem atribuições análogas, no caso investigativas, seria muito bom que a Associação Nacional do Ministério Público desistisse da ADI que promoveu no STF para questionar a legitimidade da Defensoria Pública promover ação civil público, ante o argumento de que não se pode compartilhar esta atribuição. Ora, não se podem dar dois pesos para a mesma medida.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Paulo Lemos - Com o apito inicial da Copa do Mundo no Brasil toda a esperança do povo brasileiro, depositada na seleção verde e amarela, será transformada em uma grande e apaixonada torcida pelo sucesso dos canarinhos tupiniquins, a ser materializado em muitos gols e vitórias, até o som do apito final. Porém, engana-se quem acredita tudo ser festa.

O Brasil tem assistido, ou melhor, não tem visto isso pela televisão, pelo desinteresse em combater e vontade de viabilizar um projeto fascista-social, a limpeza étnica das ruas e bairros das grandes cidades. Está havendo um enérgico e brutal processo de desapropriação em massa de comunidades tradicionais e empobrecidas, de internações compulsórias dos drogaditos, sem esgotar as alternativas menos traumáticas e mais humanitárias. Sem falar no completo abandono e cruel extermínio da população que se encontra em desoladora situação de rua, ao invés de resgatá-la e devolver a ela a identidade e dignidade que suas vozes roucas e invisibilidade, extremamente visível, clamam dia e noite, debaixo de sol, molhados pela chuva, batendo os dentes de frio e tremendo de fome.

Portanto, mais do que obras faraônicas, VLT ou BRT, curiosas capas de chuva para um tempo sem chuva e muito sol, etc., há neste momento histórico a oportunidade de todos vestirem a camisa e entrarem em campo para influenciar a vida política, econômica e social do Brasil.

Não só no exercício dos direitos de votar e ser votado nas eleições que se aproximam no ano vindouro. Mas, também, na promoção e execução da cultura de auxílio e controle social desde já, em todas as ações e programas estatais.

E se não estiver atento para o início, meio e fim dessa copa eleitoral brasileira, sem a menor sombra de dúvidas, o povo poderá perder de goleada, para àqueles que querem fazer gol contra a pátria e se servirem dela.

Então, não se pode deixar que as festividades inerentes à Copa do Mundo se prestem para dopar o povo, como se um verdadeiro ópio fosse. Mas, sim, o povo deve se ater à partida que verdadeiramente importa e fará a diferença perene e efetiva na vida das pessoas: a partida também verde e amarela; porém, político-eleitoral.

Porquanto, há que se proclamar o dever cívico e cidadão de mostrar cartão vermelho para todas as atividades perpetradas desde já que têm violado uma miríade de direitos humanos e fundamentais de nossa gente, dizendo não à desapropriação sem justa indenização e inclusão social, ao genocídio e exclusão desumana da população moradora de rua, ao tratamento preconceituoso e criminalizador dos drogaditos, ao sucateamento dos hospitais e escolas.

A Copa passa e a vida fica ou não, dependendo de nossa posição, de inércia ou condescendência com os abusos e nulidades, que envergonham a pessoa de bem e de bom coração, ou de atuação em prol do bem-estar e do estar-bem da população, principalmente da parcela que mais carece de nossa compaixão e união.

O legado oculto da governança empreendedorista

Megaeventos impactam desde as moradias, até o trabalho, meio ambiente e segurança das cidades envolvidas, observa Orlando Alves dos Santos Jr. A racionalidade por trás desses empreendimentos não é aquela da justiça social, mas a do mercado

Por Patricia Fachin e Ricardo Machado

Pelo menos doze cidades brasileiras, todas elas capitais de estados, estão passando por profundos processos de reurbanização com obras relacionadas à mobilidade urbana tendo em vista os megaeventos que o Brasil sediará, entre eles, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. De acordo com Orlando Alves dos Santos Jr., que concedeu entrevista à **IHU On-Line** por telefone, o Estado brasileiro – em todas suas esferas – está promovendo uma mudança na racionalidade de sua governança, tendo como base princípios do mercado. Nesse sentido, ele defende que as obras da Copa do Mundo representam um forte impacto social. "Esse padrão de intervenção (...) tem produzido a elitização e a mercantilização de certas áreas da cidade, trazendo como efeitos o que chamamos de 'legado oculto'. Paralelamente a um suposto legado social, como vem sendo propagandeado pelo poder público, existe o legado oculto que diz respeito à possibilidade de termos sociedades mais desiguais, mais segregadas e elitizadas, como resultado desse processo de integração", argumenta.

Orlando Alves dos Santos Jr. possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da UFRJ e pesquisador da Rede Observatório das Metrópoles. É autor e organizador de mais de dez livros, dentre os quais citamos *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira* (São Paulo: Revan, 2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que o senhor chama de governança empreendedorista neoliberal?

Orlando Alves dos Santos Jr. – É um padrão de relação entre o poder público, a sociedade e o mercado. O padrão de governança, de forma geral, se refere a essa relação e o termo "empreendedorista neoliberal" diz respeito a determinadas características deste padrão, onde o poder público se orienta pelos valores do mercado. Então ele atua como se fosse uma empresa identificando as oportunidades de atração de investimentos se subordinando à lógica de mercado e aos interesses das grandes empresas. Além disso, esse padrão de relação é baseado nas parcerias público-privadas, sendo que, geralmente, o governo assume os riscos decorrentes dos negócios e tem o fato de o poder público, quando assume o caráter de uma empresa, passar a atuar de forma especulativa. É neoliberal porque há subordinação do poder público aos valores do mercado, que promove privatização e a mercantilização da cidade na perspectiva de atração de investimentos. O mercado seria o fator priorizado incapaz de promover o desenvolvimento econômico e das cidades.

IHU On-Line – Que impactos sociais os projetos de reestruturação das cidades em função dos megaeventos trazem para o Brasil?

Orlando Alves dos Santos Jr. – Os impactos são de várias naturezas. Contudo, antes de se falar de impactos, é preciso ter claro que o

projeto em torno da Copa do Mundo e das Olimpíadas não está restrito à preparação das cidades-sedes para receber um evento esportivo em si mesmo. Não estamos diante apenas de intervenções para a realização somente dos eventos esportivos. Trata-se de projetos de intervenção urbana de grande impacto e proporções. Isso se reflete no orçamento, onde percebemos que apenas 25% do orçamento do PAC-Copa está destinado às reformas. Os outros 25% estão destinados à infraestrutura aeroportuária e portuária e 49% endereçam-se à infraestrutura de mobilidade urbana. O restante de 1% seria para turismo e segurança. Os impactos estão relacionados às moradias, ao trabalho, ao meio ambiente (afinal são grande projetos), à segurança (porque esse componente é importante a ser analisado), e mais do que tudo isso: há um forte controle na participação e envolvimento social. Isso porque são investimentos de grande importância que impactam a estrutura socioeconômica das cidades, e esses projetos não estão passando pelas esferas públicas de participação que foram historicamente construídas no Brasil: os conselhos, por exemplo.

Legado oculto

Ou seja, o cidadão não tem informações sobre aquilo que efetivamente está sendo realizado em sua cidade e, mais do que isso, não tem mecanismos de participação nas decisões, sendo que tais decisões estão legitimadas pelos eventos Copa do Mundo e Olimpíadas, como se sediar tais coisas justificasse as opções que estão sendo definidas. Portanto, há um forte impacto sobre esse padrão de intervenção e, como os dados indicam, tem produzido a elitização e a mercantilização de certas áreas da cidade, trazendo como efeitos o que chamamos de "legado oculto". Paralelamente a um suposto legado social, como vem sendo propagandeado pelo poder público, existe o legado oculto que diz respeito à possibilidade de termos sociedades mais desiguais, mais segregadas e elitizadas, como resultado desse processo de integração.

> "O cidadão não tem informações sobre aquilo que efetivamente está sendo realizado em sua cidade"

IHU On-Line – Qual o conceito de desenvolvimento que está sendo posto em prática pelo governo com as obras da Copa, e de que maneira podemos pensar a ideia de desenvolvimento em um sentido mais crítico?

Orlando Alves dos Santos Jr. – Nessa conjuntura, ganha força no senso comum a ideia de que as cidades teriam um papel protagonista no desenvolvimento econômico. Daí o processo de o poder público começar a atuar como uma empresa. Isso é fortemente aceito nesta ideologia na qual estamos inseridos, na qual os governos devem investir em áreas que são capazes de atrair investidores e recursos, assim como incorporar os princípios de competitividade entre as cidades. Com isso se vão adotando os critérios do mercado. Não se trata de que o desenvolvimento econômico estivesse ausente das agendas dos municípios, mas, antes, a ideia era de que o papel dos governos consistia em promover o bem-estar social e atuar nos desequilíbrios gerados pele mercado, ou seja, diferente do papel de mercado. A preocupação central do antigo padrão era o conjunto, a totalidade. No novo padrão o que há de importância são os locais possíveis de atrair investimentos. Isso é o que chamamos de neoliberalização, e isso tem a ver com as moderações de forças, com os acordos e os conflitos em cada localidade em que isso vai ser mais ou menos aceito. A ideia de desenvolvimento está fortemente vinculada à ideia do econômico vinculado às lógicas de mercado. Uma perspectiva crítica deveria se opor a essa noção a partir da ideia de justiça social, do desenvolvimento humano.

IHU On-Line – Que interesses públicos e privados estão relacionados aos megaprojetos, Belo Monte, por exemplo, e aos megaeventos, Copa e Olimpíadas? Quais são as implicações do uso de recursos públicos?

Orlando Alves dos Santos Jr. – Todos estão imersos em um mesmo modelo de desenvolvimento. Dentro das perspectivas da competição interestatal e da iniciativa privada, o Estado "tem" que garantir as condições de movimentação do capital. Então, relacionado às questões de infraestrutura, não somente das obras diretamente ligadas à Copa e às Olimpíadas, pode-se pensar que há relações com os investimentos de infraestrutura energética, do petróleo. Existem nítidos vínculos da questão de Belo Monte[1] e das obras relativas aos megaeventos sobre o viés do modelo de desenvolvimento implementado no país. As macropolíticas no âmbito nacional são muito semelhantes às políticas implantadas no plano local para preparar as cidades para os megaeventos. O que existe no Brasil é uma especificidade, com políticas keynesianas de distribuição de renda, como o Bolsa Família. No nosso caso, há um keynesianismo neoliberal com políticas de créditos e redistributivas, ao mesmo tempo em que há políticas de subordinação ao mercado e privatiza-

1 **Belo Monte:** projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233,1 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. Uma das controvérsias sobre essa usina envolve o valor do investimento total do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Confira mais informações sobre Belo Monte em: **Cadernos IHU Em Formação**, intitulado *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em http://bit.ly/ih0UqU; *Hidrelétrica de Belo Monte: a queda do mito da energia barata*, disponível em http://bit.ly/lJwbH4; *Assembléia Geral da OEA recebe denúncia sobre Belo Monte*, disponível em http://bit.ly/j9YZLf; *MPF considera ''missão quase impossível'' impedir Belo Monte*, disponível em http://bit.ly/jvOGZH; *União Europeia está preocupada com consequências da aprovação do Código Florestal e da construção de Belo Monte*, disponível em http://bit.ly/kTQJWb. (Nota da **IHU On-Line**)

ções. Por isso o modelo brasileiro é muito complexo, pois parece abarcar estas duas vertentes. No plano local, a política neoliberal ganha mais força e as cidades emergem com as políticas neoliberais no Brasil.

IHU On-Line – Tais obras refletem que tipo de racionalidade sobre o bem-estar público?

Orlando Alves dos Santos Jr. – A racionalidade não é a da justiça social, mas a do mercado. As intervenções caminham em três sentidos: o fortalecimento das antigas centralidades, a revitalização de centralidades decadentes e a construção de novas centralidades. No Rio de Janeiro há essas três centralidades de forma simultânea e conjunta: na Zona Zul, na área Central e na Barra da Tijuca. Mesmo a infraestrutura de mobilidade urbana, que viabiliza o transporte das periferias para a Barra da Tijuca, está a serviço de garantir o transporte de mão de obra para essa nova centralidade econômica e abre condições para a expansão de vias para automóveis. Pode-se argumentar que isso traz um benefício à população trabalhadora, mas a lógica que orienta essa intervenção não é a da universalidade do acesso, não é a lógica da integração metropolitana, que sequer é considerada nos investimentos do município do Rio de Janeiro.

> "Nessa conjuntura, ganha força no senso comum a ideia de que as cidades teriam um papel protagonista"

IHU On-Line – Que legado social podemos esperar após a realização dos jogos?

Orlando Alves dos Santos Jr. – Primeiramente, considero a palavra "legado" um termo difícil para tratar dessas questões relacionadas à Copa. Há grupos sociais e econômicos que se beneficiam desses investimentos. Porém, do ponto de vista da justiça social, penso que há um legado oculto, uma cidade mais desigual, mais elitizada e, portanto, é preciso que o critério de avaliação das intervenções permita ter em conta a multiplicidade de agentes e interesses que existem em uma cidade. A ideia de um legado da cidade reifica a própria cidade e parte do pressuposto segundo o qual a cidade é um ator e exige que tenha um modelo de projeto único.

IHU On-Line – Tendo tudo isso em conta, o Brasil saiu ganhando ou perdendo?

Orlando Alves dos Santos Jr. – Depende do ponto de vista. No que se refere à justiça social, está perdendo. Se as intervenções são mais desiguais, há grupos que se beneficiam, terão oportunidades de negócios, por exemplo. Para outros, será um lugar de exclusão e piora do ponto de vista da reprodução social.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Demanda indígena no centro do conflito brasileiro

Interesses dos povos indígenas e do projeto de desenvolvimento do governo não dialogam e formam o núcleo de um dos principais enfrentamentos no país

Por Ricardo Machado

A **Revista IHU On-Line** entrevistou por e-mail Roberto Liebgott, defensor da causa indígena, para traçar um panorama geral das demandas indígenas, tendo como pano de fundo os megaprojetos do Estado em função dos grandes eventos esportivos que acontecerão no país. Sem poupar críticas, Roberto critica duramente a forma de condução do governo. "Vivenciamos no Brasil um período que (para manter os acordos entre os que governam e os que financiam os políticos e a 'política brasileira') pode ser caracterizado de 'democracia da arrogância'. É através da 'democracia da arrogância' que se viabiliza o lucro farto dos segmentos econômicos que constroem as obras e as administrarão durante décadas", pondera. Além disso, complementa: "É a lógica 'desenvolvimentista' que disponibiliza a terra, o meio ambiente, os recursos minerais, a biodiversidade, as águas e as pessoas para o capital. Tudo pode ser transformado em mercadoria a ser produzida, vendida e consumida. Tudo que não se quer produzir lá fora, como inúmeros agrotóxicos, são fabricados e despejados por aqui".

Um dos eixos desta entrevista traz a questão da remoção forçada dos indígenas do Museu do Índio no Rio de Janeiro, em função das obras do Maracanã. "Hoje os indígenas vivem em contêineres, longe do antigo Museu do Índio. Na primeira grande chuva, depois do despejo, sofreram com alagamentos. Há poucos dias os indígenas reclamavam que nem dispunham de água potável", salienta.

Roberto Antonio Liebgott é vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário – Cimi do Rio Grande do Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que medida as comunidades indígenas são impactadas pelos megaprojetos?

Roberto Liebgott – Se observarmos à nossa volta, perceberemos sem muito esforço obras de todo tipo e tamanho em andamento, especialmente nas grandes cidades. A pretexto da Copa do Mundo tudo que é estrada precisa ser recapado ou alargado; tudo que é aeroporto precisa de reforma; tudo que é estádio de futebol precisa ser modernizado. Se olharmos à nossa volta veremos que as poucas áreas onde existem vegetações (árvores nativas ou não, pequenas matas ou capoeiras) estão sendo arrancadas para algum tipo de empreendimento, especialmente shoppings, supermercados e condomínios. Se olharmos para mais longe, para terras distantes, veremos que há grandes obras em construção e que carregam graves e profundos impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Os povos indígenas são vítimas dessa "política das obras" (tanto aqueles que vivem no entorno dos centros urbanos como aqueles que habitam suas terras tradicionais ou que reivindicam demarcação) porque não há planejamento, não há diálogo com os afetados (povos, comunidades, famílias) e não há respeito aos direitos individuais e coletivos das pessoas. Aos povos indígenas é negado o direito de consulta livre, prévia e informada sobre obras que afetam suas terras, suas vidas e seu futuro. Portanto, além do impacto sobre o meio ambiente e o modo de vida das pessoas ocorre, de forma premeditada, a violação de direitos e o consequente descrédito nas instituições públicas. As grandes obras como as hidroelétricas de Belo Monte[1],

1 **Belo Monte:** projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233,1 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento total do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Confira mais informações sobre Belo Monte em: **Cadernos IHU Em Formação**, intitulado *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em http://bit.ly/ih0UqU; Hidrelétrica de Belo Mon-

Teles Pires[2], Rio Madeira[3] são exemplos claros de empreendimentos que estão sendo realizados sem dialogar com os afetados e desrespeitando todas as leis que protegem as pessoas, as coletividades e o meio ambiente. Vivenciamos no Brasil um período que (para manter os acordos entre os que governam e os que financiam os políticos e a "política brasileira") pode ser caracterizado de "democracia da arrogância". É através da "democracia da arrogância" que se viabiliza o lucro farto dos segmentos econômicos que constroem as obras e as administrarão durante décadas.

Saliento também que os levantamentos realizados pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi, acerca das grandes obras, indicam que pelo menos 462 empreendimentos impactam terras indígenas. São empreendimentos relacionados à energia, infraestrutura, mineração, agronegócio, ecoturismo, meio ambiente, empreendimento turístico e expansão fabril. O maior número de empreendimento está relacionado a aproveitamentos energéticos.

> "É a lógica 'desenvolvimentista' que disponibiliza a terra, o meio ambiente, os recursos minerais, a biodiversidade, as águas e as pessoas para o capital"

IHU On-Line – Como podemos relacionar os megaprojetos do país com os megaeventos e o que isso implica na agenda indigenista brasileira?

Roberto Liebgott – A "política das obras", dos "megaprojetos" e dos "megaeventos" serve ao objetivo de projetar o Brasil como um país que cresce, que é seguro, que se desenvolve e que garante aos investidores do mundo as condições necessárias para aqui se estabelecerem e ganharem muito dinheiro. É a lógica "desenvolvimentista" que disponibiliza a terra, o meio ambiente, os recursos minerais, a biodiversidade, as águas e as pessoas para o capital. Tudo pode ser transformado em mercadoria a ser produzida, vendida e consumida. Tudo que não se quer produzir lá fora, como inúmeros agrotóxicos, são fabricados e despejados por aqui.

As grandes obras, a exemplo da hidroelétrica de Belo Monte, são "sinais de fumaça" para os investidores indicando que o governo brasileiro oferecerá infraestrutura (especialmente energia elétrica suficiente) para a instalação das grandes empresas de mineração na Amazônia. A garantia do governo para os "investidores" foi apresentada através do Plano Nacional de Mineração (2010-2030)[4]. No entanto, faltam regras legislativas para viabilizar e agilizar tais empreendimentos, por isso o governo federal atropela direitos de comunidades tradicionais, especialmente quanto à consulta prévia, livre e informada. Vinculado aos povos indígenas está o projeto de lei 1.610/96[5] de autoria do senador Romero Jucá[6] que visa à exploração de minérios em terras indígenas. A imprensa já noticiou que a filha do senador tem participação em empresa de mineração.

Belo Monte

Cabe salientar que a usina de Belo Monte já está impactando diretamente as comunidades indígenas na região de Altamira. Com o início das obras no rio Xingu, as comunidades indígenas denunciaram a queda da qualidade da água do rio. Até hoje as comunidades sofrem com a precariedade na assistência em saúde. E a pergunta que fazem é: onde foram parar as tais condicionantes? No Rio de Janeiro, em função da Copa do Mundo a comunidade de indígenas da Aldeia Maracanã foi expulsa pela polícia a mando do governo estadual. Hoje os indígenas vivem em contêineres, longe do antigo Museu do Índio. Na primeira grande chuva, depois do despejo, sofreram com alagamentos. Há poucos dias os indígenas reclamavam que nem dispunham de água potável.

Os povos indígenas estão no centro dos conflitos existentes no Brasil, uma vez que as raízes do projeto desenvolvimentista do governo encontram-se dentro das terras indígenas,

---

te: a queda do mito da energia barata, disponível em http://bit.ly/lJwbH4; Assembléia Geral da OEA recebe denúncia sobre Belo Monte, disponível em http://bit.ly/j9YZLf; MPF considera ''missão quase impossível'' impedir Belo Monte, disponível em http://bit.ly/jvOGZH; União Europeia está preocupada com consequências da aprovação do Código Florestal e da construção de Belo Monte, disponível em http://bit.ly/kTQJWb. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Teles Pires: é uma usina hidrelétrica em projeto no Rio Teles Pires, em Mato Grosso. Terá capacidade instalada de 1820MW, sendo a maior usina do Complexo Teles Pires. O leilão foi realizado em 2010 e a primeira unidade de geração entrará em funcionamento em 2015. A usina será construída entre as cidades de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), na área denominada Cachoeira Sete Quedas. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Hidroelétrica Santo Antônio:** usina hidrelétrica em construção no Rio Madeira, na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, com previsão para estar concluída em 2015 e que faz parte do Complexo do Rio Madeira. Terá 44 turbinas Kaplan de bulbo para geração de energia elétrica com potência de 73,5 megawatts (MW) cada, totalizando 3.150 MW. Será a segunda maior hidrelétrica de turbinas bulbo do mundo. A usina, juntamente com a de Jirau, também em construção no mesmo rio, são consideradas fundamentais para o suprimento de energia elétrica no Brasil a partir de meados de 2013 e estão entre as obras mais importantes do Governo Federal. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030)**: trata-se de uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para o setor mineral nos próximos 20 anos. O Plano representa uma etapa da formulação de políticas e planejamento do setor mineral. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **O projeto de lei 1.610/96**: A Constituição de 1988 permite a mineração em terras indígenas, cuja atividade seria regulamentada por lei complementar. O projeto de lei 1.610/96, de autoria do senador Romero Jucá (Roraima) vem tramitando desde 1996 no Congresso. O governo federal apresentou em abril de 2008 um projeto substitutivo em vista de retirar pontos problemáticos do PL 1.610/96. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Romero Jucá Filho (1954)**: é um político brasileiro que fez sua carreira em Roraima. Em 1986, presidiu a Fundação Nacional do Índio (Funai). Nas eleições de 2010, foi o candidato mais votado no Estado de Roraima para o Senado Federal pelo PMDB. (Nota da **IHU On-Line**)

ou próximo a elas. Avolumam-se, neste contexto, ações políticas, legislativas contra os direitos indígenas com o agravante de que as lutas por direitos vêm sendo judicializadas e as lideranças criminalizadas. Os povos indígenas (de sul ao norte, de leste ao oeste) travam uma grande batalha para manter seus direitos constitucionais, especialmente à demarcação e garantia das terras. Terras estas disponibilizadas pelo governo federal como garantia aos investimentos do capital nacional e transnacional.

IHU On-Line – Que antagonismos se estabelecem entre os interesses desenvolvimentistas das obras da Copa do Mundo e a questão ambiental?

Roberto Liebgott – A Copa do Mundo é o grande mote e o pretexto para a imposição de empreendimentos relacionados ou não com o evento esportivo. A meu ver, a Copa do Mundo é um evento pensado em conexão com o projeto desenvolvimentista do governo brasileiro. Através deste evento visa fortalecer a ideia de que o Brasil é um país democrático, livre e aberto aos investimentos e com recursos ambientais, minerais e hídricos disponíveis. A Copa do Mundo é uma grande, cara e dispendiosa propaganda do país.

Seguindo esta mesma lógica, a propaganda que se faz é de que o Brasil é um grande exportador de commodities (matérias-primas e produtos agrícolas tais como petróleo, minério de ferro, carvão, etanol, celulose, açúcar, milho, café, soja, alumínio, cobre, arroz , trigo, ouro, prata, paládio e platina). Estes "produtos", que hoje representam quase 70% das exportações do país, necessitam basicamente do uso indiscriminado dos bens da natureza, como a terra, água, energia e biomassa. "É um modelo de desenvolvimento que historicamente resultou em violentos impactos sobre a natureza e sobre os direitos humanos", afirma Andressa Caldas, da Plataforma DhESCA Brasil. "O Brasil se deslumbrou com a possibilidade de se tornar uma potência econômica mundial, um global player internacional, mas, para viabilizar esse projeto, escolheu um caminho que não gera riquezas e prosperidade para a população". Esse modelo de desenvolvimento gera (além dos impactos devastadores à natureza e ao modo de vidas das populações tradicionais) insegurança jurídica porque as leis são desrespeitadas e as decisões judiciais acabam sendo a defesa de interesses políticos e econômicos. Há o aumento da concentração de terras nas mãos de poucos, especialmente de empresas, há despejos forçados de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

> "Tudo que não se quer produzir lá fora, como inúmeros agrotóxicos, são fabricados e despejados por aqui"

IHU On-Line – Diante de todo esse cenário, o governo tem se mostrado intransigente às solicitações dos índios ou está aberto à conversação? Como está ocorrendo este diálogo?

Roberto Liebgott – Como já referido acima, o governo brasileiro coloca em prática a democracia da arrogância. Ele defende explicitamente os grandes segmentos econômicos, tanto nas regiões urbanas quanto no campo ou na Amazônia. Por isso, os grandes investimentos que estão sendo feitos, especialmente para o agronegócio e para a exploração de energia elétrica e mineral. Não há, portanto, nenhum tipo de diálogo. As poucas vezes em que povos indígenas foram recebidos se deram em função de suas mobilizações, como as que acontecem desde o mês de abril em todo o país. Os indígenas quando recebidos o são pelo ministro Gilberto Carvalho (parece ser o único interlocutor do governo), que sempre afirma: "o governo não vai abrir mão de seus projetos".

Prioridades do governo

Para se ter uma ideia de onde estão as prioridades do governo, basta acompanhar os discursos da presidente Dilma. No dia 04-06, enquanto os povos indígenas protestavam em todo o Brasil exigindo serem ouvidos e lutando pela manutenção de seus direitos, a presidente anunciou a liberação para o agronegócio de R$ 136 bilhões. Chegou a dizer que o "produtor pode gastar que dinheiro não vai faltar." A CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, principal opositora aos direitos indígenas e a maior aliada do governo Dilma, celebrou o anúncio bilionário. As empreiteiras (OAS, Andrade Gutierrez) são também, entre os segmentos da economia, os mais privilegiados porque recebem bilhões para construções de estádios de futebol. Somente o Maracanã custou aos cofres públicos mais de R$ 2 bilhões, para ser entregue a empresa de Eike Batista, que o administrará e terá lucros por um período de 30 anos. O Itaquerão, estádio do Corinthians, custará mais de R$ 1 bilhão, dinheiro público; o Mané Garrincha, em Brasília, ultrapassou a marca de R$ 1,5 bilhão, sendo o estádio mais caro do Brasil. Além destes foram construídos estádios em Fortaleza, Bahia, Cuiabá, Manaus, Belo Horizonte que, se somados às despesas, vamos chegar a valores inimagináveis. Enquanto que para a saúde pública, para a educação, para as universidades os investimentos são pífios e insignificantes para a solução dos problemas. Portanto, as prioridades do governo não têm relação com os interesses e demandas da população, mas dos setores das elites que mantêm esse governo. Ao povo restam o Bolsa Família e as filas, ficando à espera por serviços públicos.

IHU On-Line – O que significa em termos políticos a reintegração de posse do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e o que essa postura diz sobre a conduta do Estado em relação aos povos indígenas?

Roberto Liebgott – A meu ver, a reintegração de posse significou, para o governo do Rio de Janeiro, simplesmente a remoção de um "obstáculo", de um "entrave" para as obras da Copa do Mundo. Os conceitos de entraves

e obstáculos foram amplamente utilizados no período da ditadura militar pelos governos autoritários, quando se pretendia abrir estradas ou construir barragens em terras que habitavam comunidades e povos indígenas. O argumento dos ditadores era de que os interesses da nação não poderiam ser atrapalhados pelos índios, por isso eles precisavam ser removidos. Fazendo um paralelo com os discursos recentes de autoridades públicas, especialmente da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, constata-se que a concepção que se tem dos povos indígenas em nosso país (em um governo "democrático e popular") é o mesmo dos governos da ditadura militar. Disse a nobre ministra: "Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte. O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento". Não raras vezes o ex-presidente Lula, em discursos inflamados pela defesa das grandes obras, disse que os direitos dos índios, quilombolas e ambientais eram penduricalhos. Essa é a concepção que o governo brasileiro tem dos povos indígenas.

IHU On-Line – Que esforço o poder público tem feito para valorizar a cultura indígena mostrando sua relevância dentro do patrimônio cultural brasileiro no sentido de preservar e divulgar os modos de vivência e conduta dos povos legitimamente originários de nosso país?

Roberto Liebgott – Infelizmente quase nada tem sido feito para valorizar a cultura indígena. Só para se ter ideia, apenas 38,57% dos R$ 2,9 milhões destinados à Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas foram utilizados no orçamento indigenista do ano de 2012. Em minha opinião, o governo investe apenas em aspectos que reforçam o exótico, ou seja, difundem, através de prêmios, como "culturas indígenas" aspectos culturais vinculados a vestimentas, enfeites ou danças. São investimentos superficiais, porque as demandas dos povos indígenas são pela demarcação e garantia das terras, são por políticas assistenciais que respeitem as diferenças e as práticas culturais de cada povo. Nesse sentido, o governo brasileiro não investe, é negligente e as políticas assistenciais são desastrosas, especialmente em saúde, educação e sustentabilidade.

IHU On-Line – Como está a balança quando comparamos o orçamento às demandas indigenistas em relação aos investimentos para a Copa?

Roberto Liebgott – Os recursos destinados pelo governo federal para as demandas da política indigenista são infinitamente inferiores. Não há, como vimos acima acerca dos recursos para as empreiteiras construírem estádios de futebol (que podem chegar a cifras inimagináveis), nenhum parâmetro de comparação. É um verdadeiro disparate se constituindo em afronta à dignidade de todos os brasileiros, não somente aos povos indígenas. A discrepância é brutal e criminosa. Os poucos recursos destinados para a política indigenista (demarcação de terras, proteção, fiscalização das terras, autossustentabilidade das comunidades, saúde, educação, saneamento básico) acabam sendo, em grande medida, contingenciado. E isso se repete anos após ano. Ou seja, os recursos são poucos e o Estado brasileiro nem os executa na sua integralidade. Em 2012, por exemplo, o Estado só liquidou 71,47% dos recursos destinados aos povos indígenas. Dos R$ 914,3 milhões autorizados, só foram liquidados R$ 653,5 milhões.

IHU On-Line – O Estado anuncia alguma contrapartida para os povos indígenas decorrentes das receitas obtidas durante os megaeventos, como a Copa e a Olimpíada?

Roberto Liebgott – Obviamente que não. O máximo que foi ventilado pelo ministro dos esportes, o arqui-inimigo da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, Sr. Aldo Rebelo, foi oferecer aos povos indígenas a meia-entrada para os jogos da Copa. E nem isso foi admitido pela Fifa.

IHU On-Line – A visibilidade que tais megaeventos trazem para o Brasil pode ajudar às demandas indígenas? Como?

Roberto Liebgott – A Jornada Mundial da Juventude será um evento propício para que a realidade dos povos indígenas seja mais conhecida pelo grande público, como também pelo papa Francisco. Da parte do Cimi, faremos todo o possível para que essa realidade seja conhecida.

Leia mais...

>> Roberto Antonio Liebgott já concedeu outras entrevistas para a **IHU On-Line.** Confira:

- Articulação indígena pela demarcação de terras. Entrevista especial com Maurício Gonçalves e Roberto Liebgott, publicada em 07-10-2011, nas **Notícias do Dia**, disponível em http://bit.ly/YFf9DR
- O contínuo caminhar guarani. Entrevista publicada na revista **IHU On-Line** número 331, de 31-05-2010, disponível em http://bit.ly/YcokPr;
- Guarani-Kaiowá. Truculência e omissão. Entrevista especial com Iara Tatiana Bonin, publicada em 5-1-2010, nas **Notícias do Dia**, disponível em http://migre.me/JeN8;
- Morro do Osso: A luta dos Caingangues na capital gaúcha. Entrevista especial com Roberto Antonio Liebgott, publicada em 7-10-2008, nas Notícias do Dia, disponível em http://migre.me/JeJe;
- Morro do Osso: uma luta dos povos indígenas do RS. Entrevista especial com Roberto Antonio Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, em 5-6-2008, disponível em http://migre.me/JeGc;
- "Os arrozeiros representam o enclave da violência". Entrevista especial com Roberto Antonio Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, em 3-4-2008, disponível em http://migre.me/JeLK.

Comitês Populares da Copa, o nascimento de uma resistência

Claudia Favaro, representante do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre na articulação nacional, comenta o trabalho dos movimentos sociais e descreve os desafios em relação aos megaeventos no Rio Grande do Sul

Por Ricardo Machado

Quem observa de fora pode imaginar que o Rio Grande do Sul é um Estado mais politizado onde as violações aos direitos humanos são menores e os abusos não ocorrem. Ledo engano. Apesar de ser o único cujos estádios não receberam recursos diretos do governo federal para suas obras – os próprios clubes são os responsáveis pelas dívidas –, as obras de mobilidade urbana estão no centro do debate social. "As violações se dão nas mais variadas esferas e uma das principais são as remoções forçadas em detrimento das obras de infraestrutura. Nosso cálculo aponta que mais de 200 mil pessoas serão removidas no Brasil em função dos megaeventos. Esse número dá conta também das pessoas que foram ameaçadas, mas que em algum momento realizaram resistência e o governo recuou", esclarece Claudia Favaro, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Para ela, podemos esperar pouco retorno dos investimentos realizados para o mundial e que a maior contribuição está relacionada à possibilidade de se desenvolver uma cultura do esporte como resgate à cidadania. "De resto é um grande negócio, uma venda de imagem de cidades, uma venda de insumos de construção civil, uma venda de territórios, uma venda de pessoas. São só trocas comerciais. Se o Brasil conseguisse valorizar sua cultura sem colocar mulher pelada e carnaval, poderia ter um retorno interessante para o país", complementa.

Claudia Favaro, arquiteta e urbanista formada na Unisinos em 2008, trabalha com assessoria técnica a movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Faz parte do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e é a representante do Rio Grande do Sul na articulação nacional dos comitês populares da Copa.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como nasceu o Comitê Popular da Copa?

Claudia Favaro – O comitê com este nome existe desde o final de 2010 e nasceu depois da luta e derrubada do projeto de lei que tentava alienar a área do Morro Santa Tereza, em Porto Alegre, por um valor irrisório, que criou toda uma mobilização popular na cidade, sobretudo relacionado aos moradores da região, e foi então que os movimentos sociais começaram a se organizar. Depois, quando saiu a matriz de responsabilidades, entendemos que próximo desse local estavam ocorrendo situações parecidas, de desapropriação e remoções, que foi o que nos levou a discutir essas questões da Copa. Desde então o processo vem se acelerando com a proximidade do evento. No final de 2010 ocorreram em são Paulo e no Rio de Janeiro dois eventos importantes, em que se organizou de maneira mais sistemática como iríamos pensar os impactos no Brasil do ponto de vista do enfrentamento da especulação imobiliária tendo em vista os megaeventos. Apoiadores e pessoas que viveram essas experiências em outros contextos se reuniram com diversos atores da sociedade civil para compartilhar esses conhecimentos. A partir dessas reuniões criou-se um encaminhamento para que cada cidade criasse um comitê popular da copa para ter uma unidade no país no que diz respeito a monitorar os impactos e denunciar as violações.

IHU On-Line – Qual o propósito do trabalho dos Comitês Populares da Copa?

Claudia Favaro – Os comitês são locais, onde vários outros grupos da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais, universidades, órgãos públicos – como o Ministério Público ou a Defensoria Pública – se organizam e compõem tais entidades nas doze cidades-sede. Eles buscam monitorar

os gastos e ser um agente mobilizador da sociedade para garantir que os direitos humanos não sejam violados e que se acelerem em detrimento da organização desses megaeventos, seja ela o que for, Copa do Mundo, Olimpíada e, em Porto Alegre, a questão da Fórmula Indy que está sendo discutida ultimamente. Todos eles têm impactos muito característicos que ocorrem em função dessas violações pela necessidade de reestruturação urbana. Há muitas pessoas que falam que é o momento de repensar a cidade e de fazer grandes obras, mas os comitês questionam esse tipo de projeto de cidade, o que há por trás dessa proposta toda e quem paga a conta depois. Resumindo, a proposta do comitê é articular os atingidos, as monitoras, as violações e dar voz aos mais variados setores, principalmente os mais vulneráveis.

IHU On-Line – Quais são as principais demandas dos Comitês Populares da Copa?

Claudia Favaro – As violações se dão nas mais variadas esferas, e uma das principais são as remoções forçadas em detrimento das obras de infraestrutura. Nosso cálculo aponta que mais de 200 mil pessoas serão removidas no Brasil em função dos megaeventos. Esse número dá conta também das pessoas que foram ameaçadas, mas que em algum momento realizaram resistência e o governo recuou. Além disso, tem a questão da criança e do adolescente; do tráfico de pessoas, que se intensifica muito; a questão da prostituição e da violação das mulheres, sobretudo no Nordeste; a questão do trabalho, onde, segundo a Lei Geral da Copa, os trabalhadores informais não podem ter sua fonte de renda, o que prejudica uma camada da sociedade; os trabalhadores formais da construção civil, que trabalham em jornadas muito extensas e que não têm o reconhecimento financeiro merecido – muitas greves ocorreram e, até mortes, devido a toda uma precarização que não é tratada nos meios de comunicação.

A violência institucional no que diz respeito às forças de segurança. Tem uma lei muito preocupante, que é a chamada lei do terrorismo. A repressão nas cidades está se agravando

> "As violações se dão nas mais variadas esferas e uma das principais são as remoções forçadas"

muito. Percebemos isso em Porto Alegre, mas no Rio de Janeiro e São Paulo também está endurecendo. O direito do cidadão de se manifestar está sendo colocado como crime. Então, nossa democracia está sendo posta em dúvida.

IHU On-Line – Quem está em situação de maior vulnerabilidade diante dos grandes projetos do Estado para a realização desses megaeventos, como Copa e Olimpíada?

Claudia Favaro – São as pessoas que moram na cidade informal, que adquiriram um espaço na cidade para sobreviver e terem suas rendas, mas que são de fatos informais, pois não têm o título da terra, mas que moram nos locais a mais de 30 ou 40 anos. Já existem leis previstas que garantem o direito à propriedade dessas pessoas e, mesmo assim, estão sendo removidas de forma violenta, porque não lhes dão alternativa. Ainda há as pessoas que vivem nas ruas; a higienização e elitização dos espaços públicos só fazem com as que as pessoas com mais acessos é que tenham direito ao espaço coletivo onde a cidade passa a selecionar quem participa e quem não participa dela. Quem realmente está sendo mais atingido é a população mais pobre. É claro que alguém vai ganhar com Copa, haverão oportunidades sendo geradas, virão turistas, mas o que vai gerar é do ponto de vista do capital, econômico e concentrado.

IHU On-Line – Quais foram as principais conquistas até este momento?

Claudia Favaro – Em Porto Alegre, creio que conseguimos avançar em muitos pontos, sobretudo no que se refere ao debate. Penso que a cidade toda está discutindo a questão da Copa e isso para nós é uma vitória. Passamos muito tempo debatendo com os próprios grupos, sobre as mais variadas pautas, fazendo com que ele entendessem que esse processo irá se acelerar. Na avenida Tronco, em Porto Alegre, por exemplo, a prefeitura sempre disse que não haveria como deixar as famílias e que havia a necessidade de removê-las para pontos distantes da cidade, nos condomínios habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em zonas periféricas. Essa era a solução inicial. Aprovaram-se e alteraram-se leis para que isso fosse possível. O comitê, então, para fazer uma contestação, indicou outras áreas no entorno da avenida para reassentamento. Isso foi uma conquista importante, pois não houve deslocamento e essa postura traz dignidade para as pessoas. O problema é que nenhum tijolo foi construído nesses terrenos ainda. A licitação foi feita há mais de um ano, mas nada avançou e a prefeitura vai para cima das famílias oferecendo aluguel social, que são políticas que não resolvem os problemas e as violações se dão nesse espaço, nas alternativas que são dadas às pessoas. Sem contar a falta de diálogo. Então, cada recuo da prefeitura é um conquista nossa, porque nunca houve diálogo para chamar esses projetos, sempre foi na base do Ministério Público, do fechar a rua, mas que representam uma série de pequenas vitórias e que mantiveram a chama acesa até agora. A Lei Geral da Copa, embora tenha havido algumas sutis e importantes mudanças, continua sendo uma vergonha para o país. É inadmissível que um presidente assine uma coisa dessas sem consultar nenhuma das esferas democráticas do Estado.

IHU On-Line – Que desafios se delineiam nos próximos dois anos até a realização dos jogos?

Claudia Favaro – O principal desafio é manter-se vivo, manter-se na resistência. Os momentos que chegam são tenebrosos, basta ver o que aconteceu com as árvores em Porto Alegre com a prisão dos meninos e meninas que tentaram impedir o corte. A polícia está cada vez mais violenta, a repressão às manifestações está cada vez mais intensa. Diálogo com os

entes e esferas públicas que não houve até agora não vai ter. Houve em Porto Alegre uma aproximação importante da Defensoria Pública, que criou uma comissão interna para tratar disso. Então, a dificuldade financeira que tínhamos para contratar advogados para contestar os pedidos de despejo e remoção, por exemplo, foi solucionada, sem contar que será importante para os próximos passos na questão jurídica. Mais do que tudo isso, nosso desafio é se manter em pé e mobilizar a sociedade em torno de tudo que está acontecendo no país, que não é uma coisa tão tranquila, porque são hectares de terras passados à iniciativa privada, enquanto as escolas estão caindo aos pedaços.

Além de tudo isso, o aumento do endividamento dos municípios vai gerar uma dívida que levará anos e anos para ser paga. E quem vai pagar por isso é a população mais vulnerável que lá na ponta precisa de creche, de escola. Há também a precarização do trabalho e a degradação do serviço público.

IHU On-Line – De que maneira interesses públicos e privados se relacionam neste contexto?

Claudia Favaro – Os interesses convergem para um mesmo local, o "desenvolvimento". O desenvolvimento é importante, mas ele tem que ser redistributivo, tem que ser inclusivo, tem que ser um desenvolvimento para integrar as pessoas. Porém, quem está ganhando até agora com esse desenvolvimento é o capital privado. O Estado, mais que em qualquer outro momento, está operando sua máquina para fazer valer as exigências de uma empresa privada como a Fifa. Para isso o Estado abre mão de diversas leis.

> "Já existem leis previstas que garantem o direito à propriedade dessas pessoas e mesmo assim estão sendo removidas"

IHU On-Line – Quais foram os principais abusos identificados pelo Comitê?

Claudia Favaro – A entrega de áreas públicas à inciativa privada, pois onera o Estado. A questão das remoções e a forma como o Estado tem feito isso. Por exemplo, sabemos que a ampliação da avenida Tronco, em Porto Alegre, está relacionada não à questão de mobilidade urbana, mas para facilitar o escoamento dos entulhos da implosão do estádio Olímpico e para a construção das torres da OAS, que não interessa à população. A violência institucional está desleal. Tivemos um despejo violentíssimo na avenida Padre Cacique, com atiradores de elite e o Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar, fazendo uma pressão terrível ao vivente que estava dentro daquela casa, seja pelo motivo que for: é desproporcional. Tem também a privatização dos espaços públicos, a repressão aos artistas e moradores de rua. Lembro que há dois anos, quando os moradores de rua moravam embaixo do viaduto Otávio Rocha, em Porto Alegre, a prefeitura lavava as paredes com jatos de água sem pedir para que eles saíssem e molhavam todas as suas coisas.

Corte de árvores

A medida adotada pela prefeitura com o corte de árvores não á solução para o problema de mobilidade da cidade. O que melhora de fato é tratar de dar condições de as pessoas circularem sem a necessidade do automóvel. Podem-se construir quantas pistas forem necessárias, que em algum momento elas vão se tornar saturadas. E, na verdade, a construção de seis pistas nem é para os carros, mas para a Fórmula Indy, que foi assinado um contrato com o governo municipal e estadual. Então, a derrubada das árvores é para a Copa, mas é para estes eventos também. Essas seis pistas que serão construídas vão afastar cada vez mais o povo do Guaíba. Já existe o muro. Agora vamos colocar mais uma avenida para chegar lá somente quem está de carro. Essa é outra forma de ver a cidade e de "desintegrá-la" à cidade.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

O desenvolvimento como discurso e as violações dos direitos

Para Julia Ávila Franzoni, as obras para realização dos megaeventos impactam os direitos humanos em diversas frentes, sendo que a violação mais premente dirige-se ao acesso à informação

Por Ricardo Machado

Em Curitiba e em sua região metropolitana as violações de direitos humanos decorrentes das obras da Copa do Mundo decorrem, em larga medida, da falta de acesso aos debates. "A violação mais premente dirige-se ao acesso à informação, ao direito à participação, consulta e interveniência da população afetada. A maior parte dos projetos e suas estratégias de execução são levadas a cabo à revelia do marco regulatório existente relacionado às exigências deliberativas e de participação", explica Julia Ávila Franzoni, integrante do Movimento Terra de Direitos, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Além disso, ela ressalta a acentuação das desigualdades sociais. "O processo de reurbanização de Curitiba no que diz respeito às obras relacionadas aos megaeventos está ocorrendo de forma bastante seletiva; o que acentua a já elevada desigualdade social e espacial do município", sustenta.

Julia Ávila Franzoni é professora de Direito e assessora jurídica da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos. Realizou mestrado em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Direito pela mesma instituição e ex-pesquisadora do CNPq/PIBIC, integra o Núcleo de Estudos Filosóficos – NEFIL e o Núcleo de Investigações Constitucionais – NINC, ambos vinculados à Pós-Graduação em Direito da UFPR.

Confira entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios da Organização Terra de Direitos relacionados aos megaeventos no Brasil?

Julia Ávila Franzoni – Os principais desafios dizem respeito ao necessário enfrentamento do modelo de desenvolvimento levado a cabo por esses grandes projetos. Trata-se, nesse caso, de um modelo que vincula a viabilidade dos empreendimentos, obras e eventos privados de caráter mercantil, à necessária garantia, instrumentalização e legitimação pelo Estado. Dessa forma, o próprio Estado passa a ser parceiro da realização desses grandes projetos, financiando-os, executando-os e, portanto, acena para escolha política de um modelo de desenvolvimento voltado ao mercado e a interesses privados, alheio ao paradigma de promoção de direitos humanos, como marco a instruir as políticas de desenvolvimento econômico. A particularidade dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo as Olimpíadas, é o falseamento simbólico trazido pelo discurso que se utiliza de motes como a paixão nacional pelo esporte e o possível legado, para legitimar ou alavancar megaprojetos que já estavam previstos e, dessa forma, justificar, subdimensionar ou até esconder as violações de direitos e os impactos socioeconômicos desses projetos.

IHU On-Line – Em que medida as obras para a realização dos megaeventos impactam nos direitos humanos?

Julia Ávila Franzoni – As obras para realização dos megaeventos impactam os direitos humanos em diversas frentes. A violação mais premente dirige-se ao acesso à informação, ao direito à participação, consulta e interveniência da população afetada. A maior parte dos projetos e suas estratégias de execução são levadas a cabo à revelia do marco regulatório

existente relacionado às exigências deliberativas e de participação. Além disso, o aparato simbólico montado em torno desses eventos serve à justificativa de urgência e alta prioridade das obras, que marcaram violações de direitos já conquistados e garantias previstas. Dessa forma, "legislações de exceção" são criadas para escudar práticas abusivas (como a Lei Geral da Copa), que fogem dos procedimentos usuais, direitos são suspensos por tempo determinado, em prol do "bom andamento" do evento e do suposto "interesse público e nacional", e direitos humanos são frontalmente violados para realização das obras. A título de exemplo, podemos citar que o direito ao trabalho é violado através das regras criadas para ocupação dos espaços destinados à realização do evento, como as zonas de exclusão, prejudicando trabalhadores ambulantes e vendedores de rua; o direito do trabalho também sofre agressões como a alteração do regime de greve no período do evento e o direito à moradia é violado através de remoções e despejos forçados sem respeito às garantias nacionais e internacionais ligadas à segurança da posse.

IHU On-Line – Como está a questão da Comunidade Nova Costeira, que será impactada pelas obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena em São José dos Pinhais, no Paraná?

Julia Ávila Franzoni – A Comunidade Nova Costeira e o Comitê Popular da Copa de Curitiba, rede da sociedade civil que a Terra de Direitos integra, têm buscado se organizar para fazer frente às violações de direitos que já estão ocorrendo em vista da construção da terceira pista do Aeroporto Afonso Pena. Além da ampla violação ao acesso à informação e participação, a Comunidade teme ter seu direito à moradia violado caso não seja realizado um processo adequado de realocação; fato este inconteste segundo as informações do poder público.

Neste primeiro semestre foram protocolados cerca de 60 pedidos administrativos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia referente às famílias que ocupam a área, a fim de garantir a segurança da posse dos moradores e seu direito à regularização fundiária e, assim, evitar maiores agressões no processo de realocação. Muito embora em reuniões com diversos representantes do poder público (Infraero, Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Prefeitura de São José dos Pinhais, Secretaria de Habitação e Urbanismo) tenha sido firmado o entendimento de que a comunidade seria consultada e participaria do processo decisório sobre a realocação, há indícios de que a solução está sendo tomada à revelia desse acordo, com indicativo de que os moradores serão contemplados por moradias do programa Minha Casa Minha Vida; fato que está em completo desacordo com os anseios da comunidade.

> "A maior parte dos projetos e suas estratégias de execução são levadas a cabo à revelia do marco regulatório existente"

IHU On-Line – Como está ocorrendo o processo de reurbanização de Curitiba? Como as diferentes camadas da sociedade estão sendo impactadas?

Julia Ávila Franzoni – O processo de reurbanização de Curitiba, no que diz respeito às obras relacionadas aos megaeventos, está ocorrendo de forma bastante seletiva; o que acentua a já elevada desigualdade social e espacial do município. Podemos afirmar que existe uma faixa ou um eixo da cidade beneficiado por obras de infraestrutura e revitalização; trecho este que corresponde, em sua maioria, às áreas urbanas envolvidas com os eventos esportivos. Essa deformação provoca uma concentração de recursos em áreas muitas vezes já beneficiadas por infraestrutura, enquanto áreas carentes mantêm-se isoladas desse processo que lhes poderia garantir melhorias. Não há estudos conclusivos que subsidiem análises sobre como as camadas da sociedade estão sendo impactadas, muito embora se possa afirmar, de forma ensaística, que, além dos moradores cujos imóveis estão sendo desapropriados no entorno do estádio de futebol Joaquim Américo[1], a população de baixa renda como os moradores de rua, trabalhadores ambulantes e moradores de ocupações irregulares são os mais impactados.

IHU On-Line – Que avanços em relação aos direitos humanos podem ser apontados devido à mobilização das entidades civis em torno dos megaeventos?

Julia Ávila Franzoni – Os principais avanços estão ligados à produção de um contradiscurso que discute os megaeventos nos marcos do seu modelo de desenvolvimento violador dos direitos humanos; o fortalecimento e a criação de redes de agentes promotores de diretos humanos como os Comitês Populares da Copa e a Articulação Nacional dos Comitês Populares para Copa e Olimpíadas; a incidência em órgãos públicos de forma a incentivar posturas do Estado que confirmassem a necessidade de respeito ao marco regulatório dos direitos humanos, como a recomendação do Ministério Público Federal, ligada ao acesso à informação e participação; o dimensionamento e o apoio internacional que essas entidades consolidaram em torno do tema; reforço da mobilização em conjunto com a população afetada de soluções alternativas que evitaram remoções e outras possíveis violações.

1 O Estádio Joaquim Américo Guimarães é o estádio do Clube Atlético Paranaense (CAP), localizado em Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil. Conhecido como Arena da Baixada, o espaço foi o primeiro palco do futebol brasileiro a adotar o naming rights com o título de Kyocera Arena entre 2005 e 1° de abril de 2008 e com a escolha de Curitiba para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

Um "desenvolvimento" de 50 anos em três. Para quem?

"A Copa é só mais um exemplo de como os investimentos privados capitalistas estão dialogando próximos de nosso Estado nacional", constata Caio Bruno de Oliveira Barbosa

Por Graziela Wolfart

Na concepção do jornalista e militante do Comitê Popular da Copa de Cuiabá/MT, Caio Bruno de Oliveira Barbosa, a Copa do Mundo não pode ser considerada como um evento local, que tenha que se discutir apenas no período das semanas em que acontece. "Tanto as pessoas de Mato Grosso quanto as de outros estados deveriam se preocupar com a Copa como um projeto político de governo e ver o que realmente está sendo feito com nosso país. Estamos abrindo mão de nossos direitos humanos, de nossos direitos civis, ambientais, a favor de empresas privadas, como a Fifa, a CBF e as construtoras. Por que o que está acontecendo aqui não aconteceu em outros países, como a Inglaterra e a Alemanha?". Na entrevista que concedeu por telefone para a I**HU On-Line**, ele descreve como Cuiabá está vivendo os preparativos para o mundial de futebol no próximo ano e lamenta: "nossa Constituição foi fechada. A Fifa fechou nossa Constituição, enfiou na gaveta e falou que durante a Copa do Mundo quem manda são eles. Podemos aceitar isso? Essa Copa é para quem e para quê?"

Caio Bruno de Oliveira Barbosa é formado em Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília. Atualmente faz graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso e trabalha no Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad. Também é militante do Sindicato dos Jornalistas e do Comitê Popular da Copa em Cuiabá.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais têm sido as principais demandas do Comitê da Copa em Cuiabá? Quais os avanços e desafios?

Caio Bruno de Oliveira Barbosa – Aqui em Cuiabá as principais demandas que temos são com relação à falta de informação referente às obras e aos projetos relacionados à Copa e a tudo que vai gerar esse megaevento, tanto os polos turísticos e sociais quanto a mobilidade urbana. A Secretaria Geral da Copa – Secopa não disponibiliza todos os projetos, nem no seu portal de transparência (www.mtnacopa.com.br), nem quando se telefona para a assessoria, tampouco nos espaços públicos e audiências que deveriam estar sendo realizadas – e quando são realizadas são muito restritas. Outro tipo de demanda que temos é com relação ao pagamento das indenizações. Saiu um dado na imprensa local recentemente de que ainda faltam quase 60% das desapropriações a serem feitas. E aquelas que já foram encaminhadas estão passando por um processo burocrático no recebimento do dinheiro.

IHU On-Line – Como está a situação da comunidade que habita o entorno do Córrego do Barbado onde está prevista a avenida Parque do Barbado, local em que vivem cerca de 800 famílias ameaçadas de perder suas casas?

Caio Bruno de Oliveira Barbosa – Nesse caso se sofre o mesmo processo de desinformação que mencionei no início da entrevista. Esse projeto foi iniciado pelo governo e previa a canalização do córrego local e a ampliação de uma avenida. Essa avenida passa nos fundos dos Condomínios Alfaville[1]. Só que do lado esquerdo, pró-

1 A AlphaVille Urbanismo S.A. é uma urbanizadora brasileira especializada em empreendimentos horizontais, bairros planejados e núcleos urbanos. Seus projetos estão em 21 estados do Brasil. O seu projeto mais famoso é o Alphaville de Barueri, a oeste de São Paulo, o primeiro empreendimento da empresa. Em Cuiabá há o Alfaville 1 e 2 (Nota da **IHU On-Line**)

ximo ao córrego, é onde fica situada a comunidade mais carente. Essa ampliação da avenida passaria próxima ao bairro "chique" da cidade, perto do shopping, virando uma nova avenida comercial. E assim se removeria a parte mais carente, o que envolveria 800 famílias. Só que houve uma pressão da população, com a ajuda do Fórum de Direitos Humanos e de algumas pessoas do Comitê Popular, em cima do governo, que teve que fazer uma separação desse projeto em etapas. Dividiram-no em três etapas e passavam para a população só as informações referentes às primeiras etapas. Resumindo, esse projeto foi adaptado, foi se transformando, por estratégias políticas ele acabou reduzido. Não temos o número oficial, mas das 800 famílias que seriam inicialmente atingidas fala-se que se reduziram para 150. Mas – como tudo na Copa aqui no estado – não é um dado oficial; tudo é especulação. Assim, não posso garantir esses números.

IHU On-Line – Como tem aparecido no comitê de Cuiabá as ações e discussões empreendidas pelos governos federal, estaduais e municipais e a articulação de organizações da sociedade civil para enfrentar a violência sexual contra meninos e meninas nos preparativos da Copa e durante a competição?

Caio Bruno de Oliveira Barbosa – Essa é uma região que tem um potencial atrativo turístico muito grande e acreditamos que essa Copa é muito mais do que apenas um jogo. Trata-se da oportunidade de colocar Mato Grosso no roteiro oficial dos grandes polos de turismo mundial. Então, há uma preocupação muito grande com esse tema da exploração sexual. No entanto, no atual momento não se percebem discussões específicas nem dentro do Comitê, nem por parte gestores públicos, de como enfrentar esse processo. O que temos debatido bastante aqui e pode estar relacionado a esse tema é a vinda de muitas pessoas para trabalhar nas obras. Essas pessoas vêm de vários estados, como do nordeste, mais especificamente do Maranhão, e estão trabalhando nas obras do estádio. Esses trabalhadores

> "Cuiabá não tem metrô, não tem corredores especiais de ônibus. E já vai ter um VLT?"

acabam saindo em um determinado período da obra, deixam a construtora e ficam na cidade, à mercê de toda a vulnerabilidade social que existe em Cuiabá. Não somos ainda uma megalópole, ainda não se chegou ao número de um milhão de habitantes. É uma cidade que está totalmente inchada, com uma vulnerabilidade social muito grande. Está havendo um processo de faxina urbana, assim como é o caso de São Paulo, onde se considera necessário "limpar" os corredores por onde irão passar os gringos, os turistas. E esse está sendo um problema já iniciado por aqui.

IHU On-Line – Como está a situação em torno da construção da obra bilionária de transporte em Mato Grosso, em função dos megaeventos que se aproximam?

Caio Bruno de Oliveira Barbosa – Cito aqui a resposta que o presidente da Assembleia Legislativa de Cuiabá deu para a sociedade, José Riva (PSD), um dos principais políticos do estado do Mato Grosso, considerado um dos "coronéis" do estado. Ele afirma que o VLT[2] não é uma obra para a Copa, mas uma obra para a sociedade. Portanto, não tem a obrigação de estar pronta até a Copa do Mundo. Já os gestores por parte da Secopa garantem que estará pronto. Posso afirmar que nas paradas de ônibus e até dentro deles a população cuiabana não está acreditando muito nisso. Nós, do comitê, fazemos uma análise muito crítica com relação a esse transporte. Cuiabá tem um transporte coletivo de massa muito sucateado. É importante destacar que em nosso contexto local está a questão do calor. Vivemos num estado onde faz 44ºC, 45ºC, até 48ºC. E os ônibus não têm acomodações específicas para a população, não têm ar-condicionado ecológico, são poucas linhas, há um monopólio muito grande das três empresas que prestam serviços. O VLT não vem para melhorar ou para tentar suprir a falta da demanda. Ele vem mesmo só para ser um corredor da espinha dorsal do trânsito. Não vai atender a quem deveria. Não passará próximo a creches, hospitais ou centros culturais. Em âmbito federal, é uma das obras mais caras da Copa, só que não responde ao que a população necessita. Será que com todo esse dinheiro não conseguiríamos melhorar a estrutura do tráfego do transporte de massa? Cuiabá não tem metrô, não tem corredores especiais de ônibus. E já vai ter um VLT?

IHU On-Line – Há alguma preocupação com o período pós-Copa, com a educação, a saúde e o turismo?

Caio Bruno de Oliveira Barbosa – O que queremos é saber da Copa em 2015, quais serão seus resultados, o legado que será deixado para a sociedade mato-grossense. Aqui, o grande projeto da Copa seria o projeto turístico. Só que não temos nada nesse sentido. Sei que o governo está preparando comunidades quilombolas e indígenas para receber turistas, bem como está preparando a Chapada dos Guimarães para recebê-los. Sei disso por fontes e informações pessoais. Quando um gestor afirma que o VLT está sendo construído não para a Copa do Mundo, nós nos questionamos: então porque todo esse recurso gerado por dinheiro público está sen-

2 O VLT - Cuiabá é um sistema de metro de superfície que está sendo implantado na região metropolitana, no Mato Grosso. O modelo foi apresentado pelo governo do estado como alternativa para melhorar a mobilidade urbana durante e após a Copa do Mundo Fifa de 2014. O sistema VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) terá 22,2 km de extensão dividido em duas linhas, a primeira linha será implantada ligando o Centro Político Administrativo em Cuiabá ao Aeroporto Internacional Marechal Rondon, em Várzea Grande; já a segunda linha ligará a região do Coxipó ao Centro Sul, ambas em Cuiabá. O sistema terá 32 estações e tem o custo estimado em 1,4 bilhão de reais. (Nota da **IHU On-Line**)

do investido em iniciativas privadas, já que não é para a Copa do Mundo? Será que nossa necessidade não era, nesse momento, por exemplo, em investimento nas creches e hospitais? Os hospitais aqui estão começando a ser geridos pelas Organizações Sociais de Saúde, tanto o hospital universitário quanto os pronto-socorros de Várzea Grande e Cuiabá. Agora a prefeitura decretou que haverá segurança privada dentro dos hospitais. Essa semana já começou um círculo privado de segurança para que as pessoas não entrem no pronto-socorro. A saúde pública está um caos em Cuiabá. As pessoas estão indo ao hospital para morrer lá e não para serem salvas. Quais seriam as necessidades que justificassem esse investimento de mais de um bilhão de reais nesse transporte?

IHU On-Line – O que representa projetar um "crescimento de 50 anos em três anos", para quatro semanas de jogos de futebol?

Caio Bruno de Oliveira Barbosa – Essa é uma frase muito utilizada pelas construtoras e pelo mercado imobiliário de Cuiabá. Afirmam que Cuiabá está crescendo a uma velocidade de 50 anos em três. Então, as pessoas devem aproveitar esse momento para investir, comprar, porque a Copa está chegando e precisamos fazer o que não fizemos em 50 anos. Essa mensagem é passada pelos gestores para a população, tentando convencê-la de que a Copa está vindo para o seu benefício. Hoje não se pode mais fazer o mesmo caminho que se fazia antes de casa para o trabalho, ou de casa para a creche do seu filho. O caminho está sempre mudando. Todos os dias as pessoas caem em buracos diferentes. Viramos realmente o mascote da Copa, o tatuzinho, porque só entramos dentro de buracos. O nome "Fuleco" é horrível, mas o mascote não poderia ser mais apropriado para uma população que vive caindo em buraco.

> "A saúde pública está um caos em Cuiabá. As pessoas estão indo para o hospital para morrer lá e não para serem salvas"

Reféns da Fifa

Será que esse investimento do VLT, das rodovias que estão sendo ampliadas, dessa estrutura de hotéis, pode ser chamado de desenvolvimento de 50 anos? Que desenvolvimento é esse? Para quê? Para quem? É um desenvolvimento em que não há um envolvimento coletivo, participativo. A Copa não é um evento local, que tenha que se discutir apenas no período das semanas em que acontece. Tanto as pessoas de Mato Grosso quanto as de outros estados deveriam se preocupar com a Copa como um projeto político de governo e ver o que realmente está sendo feito com nosso país. A Copa é só mais um exemplo de como os investimentos privados capitalistas estão dialogando próximos de nosso estado nacional. E aí estamos abrindo mão de nossos direitos humanos, de nossos direitos civis, ambientais, a favor de empresas privadas, como a Fifa, a CBF e as construtoras.

Além de uma partida de futebol, esse evento não pode transformar a sociedade pelo direito de um ou dois. Por que o que está acontecendo aqui não aconteceu em outros países, como a Inglaterra e a Alemanha? Nossa Constituição foi fechada. A Fifa fechou nossa Constituição, enfiou na gaveta e falou que durante a Copa do Mundo quem manda são eles. Podemos aceitar isso? Essa Copa é para quem e para quê?

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

A transparência a serviço da política do espaço público

Em Salvador, na Bahia, um dos maiores desafios do Comitê Popular da Copa é obter informações sobre os gastos

Por Ricardo Machado

A suntuosidade e beleza da Arena Fonte Nova, na Bahia, esconde uma série de violações aos direitos humanos da população de Salvador, entre elas o direito de ir e vir. A situação só não está pior porque a mobilização civil em torno do Comitê Popular da Copa local conseguiu avanços importantes na defesa do direito dos cidadãos. Segundo Argemiro Ferreira de Almeida, um dos integrantes do comitê que concedeu entrevista por telefone à **IHU On-Line**, uma das violações está relacionada ao direito de ir e vir. "Mesmo as pessoas que moram de um lado e de outro do estádio não poderão passar e se quiserem deverão portar o RG e o comprovante de que moram naquela região. Isso é um problema grave de cerceamento do cidadão. Coisa que só víamos nos tempos idos de 1964", avalia.

Entretanto, ele considera que houve avanços e que o papel das entidades da sociedade civil está sendo importante para evitar mais abusos, sem contar que os comitês estão desempenhando um importante papel social. "Não tem como ninguém depois da Copa recorrer às questões das violações de direito sem falar dos comitês populares. É uma conquista daqueles que entenderam que a política se faz dentro do espaço público. Para nós do comitê, nossa lição principal é esta: somos um grupo preocupado em discutir a dimensão da política na sua maior grandeza. Do ponto de vista de acúmulo de força e legado. E fica bastante registrado nosso esforço. Nenhum pesquisador, jornal sério, ninguém vai poder se referir à Copa sem recorrer aos estudos que realizamos", sustenta.

Argemiro Ferreira de Almeida é graduado em filosofia pelo Centro Universitário Assunção e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Atua como comunicador popular com ênfase em vídeo popular (roteirista, editor, operador de câmera e diretor) e pesquisa a dimensão política na cultura popular. Atualmente coordena o projeto de comunicação da Rede Rua de Comunicação.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios do Comitê Popular da Copa em Salvador?

Argemiro Ferreira de Almeida – Aqui como em outras cidades-sede, onde não ocorrem as violações diretamente ligadas às remoções, temos encontrado um desafio para chamar a atenção da população para a necessidade de se organizar e verificar como os direitos são violados. Sabemos que os impactos da Lei Geral da Copa sob a população em geral são bastante significativos. Haja vista a situação das pessoas que vivem no entorno da Arena Fonte Nova, que passam por transtornos e constrangimento, pois não podem circular nem de carro nem a pé em determinados sentidos na região. O que está previsto agora é a instalação de equipamentos externos à Arena, com muitas barracas que ainda não sabemos para quê servirão, se para serviços ou para abrigar locais de vendas de produtos. O fato é que foi interditada uma das pistas principais que passa em frente ao estádio e por onde as pessoas passam para o dique onde realizam suas caminhadas. No momento as pessoas podem passar a pé, mas quando houver o evento esportivo, mesmo as pessoas que moram de um lado e de outro do estádio não poderão passar e se quiserem deverão portar o RG e o comprovante de que moram naquela região. Isso é um problema grave de cerceamento do cidadão. Coisa que só víamos nos tempos idos de 1964.

IHU On-Line – Como ficou a questão da venda de comidas típicas da Bahia próximo ao local de realização de jogos? A proibição por parte da Fifa foi mantida?

Argemiro Ferreira de Almeida – Esta proibição está firme, embora nós como comitê e outras entidades orga-

nizadas estejamos resistindo. Aqui no nordeste tem um núcleo muito forte de mais de 200 mulheres que trabalham com economia solidária. Elas produzem desde renda e artesanatos até comidas típicas, como beijus e tapiocas. No ano passado, o comitê fez uma reivindicação à Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – Secopa, no sentido de garantir o direito dessas pessoas poderem vender seus produtos durante os jogos. Naquela ocasião, a Secopa disse que isso seria prioridade, pois esse comércio que não é só comércio, mas tem a ver com a cultura popular, estava previsto dentro da dimensão da Copa como intermediação da cultura popular. O que percebemos é que avançou, mas não podemos dizer categoricamente que está tudo certo. Há uma resistência de garantir esses espaços para esses grupos. Até o momento o que sabemos é que eles não poderão vender nenhum produto que esteja em conflito ou semelhança com itens deliberados pela Fifa. Ou seja, não se poderá vender um cachorro-quente que não seja o do patrocinador oficial do evento.

Diálogo

O que conseguimos efetivamente foi um espaço para as barracas. O comitê estabeleceu um diálogo com a Secopa, levou junto os coletivos que se interessam nisso e na reunião ficou acordado que cada um apresentaria um projeto de como funcionaria. Isso foi feito e apresentado. A partir disso, aquilo que ficou sob a responsabilidade do Estado era a garantia do espaço. As baianas vão ter um local, embora pequeno. Será um espaço no estádio em contraposição ao McDonalds. Isso é uma pequena vitória, e muito custosa. Existe a perspectiva de uma legalização, autorização, de construção de barracas para que esses atores sociais e entidades possam comercializar seus produtos, mas nem a prefeitura nem o governo do Estado garantiu essa infraestrutura. Nesse sentido, seria obrigação do poder público garantir isso, porque estão garantindo para as outras entidades, como Coca-Cola e McDonalds, que não pagam nada e têm o espaço garantido pelo poder público. Por que não para os outros que, além do comércio, formam a cultura popular? Há vários espaços que podem ser garantidos a todos os grupos de economia solidária. Há a possibilidade, mas ainda não vimos concretamente a realização disso.

> "Temos encontrado um desafio para chamar a atenção da população para (...) verificar como os direitos são violados"

Vitória

Um ponto de vista importante é que, em uma reunião, levamos os catadores de matérias recicláveis. Esse aspecto está bastante avançado, pois estes têm um histórico positivo tendo em vista o trabalho realizado durante o carnaval, já que há uma quantidade enorme de descarte de materiais recicláveis, onde eles possuem toda uma prática e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Isso nós garantimos que, naquilo que compete à compra de material e contratação de serviços para estes eventos, a prioridade é para esse pessoal que já tem experiência, o que também é uma vitória. O comitê não é contra a Copa. O que contrariamos é o modelo predador, em que a Fifa dita e o Estado cumpre. O que o Estado deveria era garantir a lisura do processo, e não ceder aos desejos.

IHU On-Line – A proibição de realização de festa de São João em Salvador, em função da Lei Geral da Copa, foi mantida?

Argemiro Ferreira de Almeida – De fato, isso foi cogitado e depois o prefeito disse que era um boato, uma maldade. Mas houve grande repercussão realmente. Para a população de Salvador e da vizinhança o São João é muito mais valorizado que o Natal. Eu, que venho de outra realidade cultural, assustei-me quando vi que as pessoas tiram férias, as escolas fecham, enquanto em outras regiões, como São Paulo, não há essa dimensão. Aqui as pessoas vão para o interior, e as que ficam criam um clima de festa. O prefeito voltou atrás na decisão. Nesse sentido, a festa está garantida. A desculpa era de que, por causa do evento desportivo que vai ocorrer de forma concomitante, as pessoas estariam em risco, do ponto de vista da segurança. Isso porque os fogos de artifício são muito usados. Eles imaginavam que a queima de fogos pudesse favorecer outros tipos de tiro. Sabemos que está garantido, mas uma coisa tem que ficar claro: o contingente de agentes da segurança tem quadriplicado nos dias que antecedem os jogos da Copa das Confederações, o que não vejo com um aspecto negativo, mas o que me pergunto é se tem esse contingente, que é pago com recursos públicos, por que ele não está pulverizado em locais onde a matança de jovens é maior? Por que está sempre protegendo alguns grupos privilegiados e espaços determinados como na região da Fonte Nova? Para o local dos jogos, serão deslocados entre mil e duas mil pessoas da força policial, quando normalmente não se vê mais do que cem. É isso que a gente espera do Estado?

IHU On-Line – Que mudanças de reurbanização foram realizadas até este momento em Salvador e quais ainda serão realizadas?

Argemiro Ferreira de Almeida – O pessoal está indignado com a questão da Copa, entre os motivos está o fato de que o transporte que era precário ficou caótico. Salvador é uma cidade que possui um dos piores meios de transporte coletivo do Brasil. Isso está ligado a duas questões: a primeira se refere à falta de cognição dos gestores públicos em relação aos investimentos. Esses não conseguiram projetar o crescimento da cidade. Temos aqui uma projeção do metrô de mais de 15 anos e existem alguns

vagões que estão apodrecendo, mas que não podem circular porque não têm uma linha completa. Esse é um pouco o pano de fundo do transporte coletivo em Salvador; o segundo aspecto, é um problema do ponto de vista geográfico, pois se trata de uma cidade com duas áreas uma em cima e outra embaixo. Penso que não é muito simples equacionar toda a logística de transporte coletivo ou mesmo de vias para sanar as necessidades de quem mora em cima do morro e de quem mora embaixo. Eu diria que uma das primeiras questões foi a falta de visão em relação aos investimentos. O Brasil perdeu a chance de ouro de mostrar para o mundo o que era possível fazer em termos de melhoria para a sociedade brasileira, desde transporte, readequação urbana, educação e saúde pública. Tudo isso estava dentro do plano que o país assinou, mas pouco fez. Em Salvador não é diferente, tendo em vista apenas o último aspecto. Temos aqui dois hospitais grandes que estão com moratória para fechar, justamente porque falta o olhar do gestor público.

Mobilidade urbana

Do ponto de vista da mobilidade, algumas alças de acesso a grandes vias foram feitas, mas elas não resolveram o problema do trânsito, estão aí para valorizar áreas de especulação imobiliária. O foco disso é o carro, não o metrô ou ônibus. Temos um problema sério em relação ao lixo, pois Salvador é uma cidade onde há culpa de dois lados: do cidadão que não se conscientizou, e de que não há um lugar para se descartar. A terceira maior cidade do Brasil em termos de população não tem um sistema em que as pessoas possam colocar os entulhos, que vão tudo para um mesmo aterro, sem separação de lixo. Não há tratamento de esgoto. Parte vai para o mar. Duas vias que havia a pretensão de serem feitas conseguiram ser barradas pela sociedade, pois impactavam diretamente muitas comunidades. E do ponto de vista de garantir o transporte, se dirigia somente para uma classe específica. A Via Viva, por exemplo, tinha 84 quilômetros de extensão com 20 praças de pedágio, poucos acessos aos bairros, não estava projetada para receber ponto de ônibus. As alças que estavam planejadas sufocariam as demais malhas viárias dos bairros. Só conseguimos suspender essa via porque grande parte da sociedade se deu conta que esse projeto violava muitos direitos e porque trazia poucos recursos às comunidades.

> “Salvador é a cidade-sede com o pior índice de transparência em nível de governo”

IHU On-Line – Como estão sendo preservados aspectos relacionados aos direitos humanos?

Argemiro Ferreira de Almeida – Vou tomar como exemplo um caso que parece simples, mas que é significativo. Os guardadores de carro em Salvador pagam INSS, são sindicalizados e reconhecidos pela prefeitura. Aqui tem um espaço onde eles guardavam os carros, já que não há estacionamentos públicos. A Fifa, em uma audiência pública junta com a Defensoria Pública (a propósito, essa garantia de direitos está sendo reivindicada via denúncia por parte do Comitê Popular da Copa com os defensores públicos), a Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador, disse que os guardadores de carro deveriam sair porque ela precisaria do espaço para estacionamento de pessoas convidadas pela entidade. Ocorreu que as pessoas que trabalham ali há mais de 20 ou 30 anos – pois passa de pai para filho - disseram que não iriam sair e que se fossem enviadas outras pessoas haveria briga. Foi feita uma audiência de conciliação e foi proposto que a Transalvador os contratasse para fazer o trabalho. Queriam levar as pessoas para onde já havia outros guardadores que estariam em situação irregular. Entretanto, os guardadores de carros locais afirmaram que moravam no local e que iriam ficar.

Ainda há no Brasil órgãos públicos, como a Defensoria Pública de Salvador, por exemplo, que veem que essas violações ocorrem. Do ponto de vista mais amplo, o que temos feito é intensificar nossa luta junto à ONU, levando as reinvindicações diretamente a ela. Estivemos em Genebra, na Suíça, fazendo uma mobilização e estamos colhendo os frutos. Está vindo uma comissão da ONU para olhar a questão da Copa e os direitos humanos. Existem duas estratégias bem concretas: as locais, com a Defensoria Pública, e outra que é o trabalho para além da própria esfera do país. Quando vamos à Secopa é para garantir o direito dos trabalhadores.

IHU On-Line – Há algum controle ou monitoramento dos gastos com a Copa? Existe levantamento disso? Que percentual compete ao Estado e à iniciativa privada?

Argemiro Ferreira de Almeida – Salvador é a cidade-sede com o pior índice de transparência em nível de governo – de todas as esferas relacionadas aos gastos com a Copa. Nós, junto com o Ministério Público e com a Defensoria Pública, lançamos vários pedidos de informação. O que sabemos é que o Estado, com relação à Arena Fonte Nova, desembolsou R$ 750 milhões para renovação do estádio. O espaço e o estádio anterior eram do estado, mas agora quem vai administrar isso é um consórcio entre uma empresa brasileira e uma holandesa, que administrarão durante 30 anos com a possibilidade de prorrogar por mais cinco anos. O estádio tem uma previsão de captação de recursos anual. Se o estádio não alcançar normalmente o que está previsto, o governo desembolsará R$ 107 milhões por ano para suprir a deficiência dos operadores que não conseguiram alcançar a meta. O governo trocou o nome do estádio para Itaipava Arena Fonte Nova, onde a Itaipava pagará R$ 110 milhões nos próximos anos para ter esse nome. Não para por aí. Na Arena Fonte Nova foram envolvidos, além dos R$ 750 milhões, mais de R$ 250 milhões para infraestrutura do entorno.

Diálogo ínfimo e arbitrariedades contra os direitos humanos

Investimentos no Rio Grande do Norte ameaçam não só moradores, mas também a segunda maior reserva de Mata Atlântica no Brasil, denuncia Eloisa Varela Cardoso de Arruda

Por Ricardo Machado

Enquanto na maioria das cidades que sediarão jogos do Mundial de Futebol em 2014 as obras de mobilidade urbana ocorrem paralelamente à construção e reforma dos estádios, em Natal, no Rio Grande do Norte, o cenário está um pouco diferente. "Efetivamente ainda não teve início nenhuma obra de mobilidade em Natal. A constituição dos projetos se deu de maneira arbitrária, negligenciando as leis que regem a cidade – a saber, Estatuto das Cidades e Plano Diretor –, assim como disposto na Constituição Federal", relata Eloisa Varela Cardoso de Arruda, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. A questão ambiental também preocupa, tendo em vista que há um desejo de desapropriação de 30 mil metros quadrados da segunda maior reserva de mata de atlântica do Brasil. "Os Nossos principais desafios são manter a revogação das desapropriações e garantir que o Parque das Dunas não seja desapropriado", completa.

Eloisa Varela Cardoso de Arruda é licenciada em geografia, coordenadora geral da Associação Potiguar dos Atingidos pela Copa – APAC, articuladora do Comitê Popular da Copa de Natal e membro da Articulação Nacional dos Comitês Populares. É também moradora do bairro das Quintas, área que será impactada pela obra do corredor estrutural oeste e que há dois meses seria desapropriada em virtude de construções relacionadas à Copa do Mundo.

Confira a entrevista.

HU On-Line – Como está sendo realizado o projeto de reurbanização da cidade de Natal em função das obras da Copa do Mundo?

Eloisa Varela Cardoso de Arruda – Efetivamente ainda não teve início nenhuma obra de mobilidade em Natal. A constituição dos projetos se deu de maneira arbitrária, negligenciando as leis que regem a cidade – a saber, Estatuto das Cidades e Plano Diretor –, assim como o disposto na Constituição Federal. Contudo a ação conjunta do Comitê Popular da Copa, da Associação Potiguar dos Atingidos pela Copa – Apac, e do Escritório Popular de Advocacia conseguiu que o projeto de mobilidade de responsabilidade do governo municipal (Corredor Estrutural Oeste – ligando o aeroporto a Arena das Dunas) fosse revisto e as desapropriações revogadas. No entanto, tal revisão ainda não foi concluída.

Já o projeto da responsabilidade do governo do estado (Duplicação de Avenida Engenheiro Roberto Freire – principal via de acesso à rede hoteleira) foi retirado da matriz da Copa. Todavia, continuamos a enfrentá-lo, haja vista que sua execução está condicionada à desapropriação de uma faixa de aproximadamente 30 mil metros quadrados do Parque das Dunas, que é a segunda maior reserva de Mata Atlântica no Brasil. Além disso, a referida intervenção custará R$ 221 milhões aos cofre públicos (55 milhões por quilômetro), o que é inaceitável frente as outras prioridades que a cidade apresenta.

IHU On-Line – Quais são os principais impactos das obras?

Eloisa Varela Cardoso de Arruda – Como as desapropriações foram revogadas graças ao nosso trabalho, temos hoje dois principais impactos. O primeiro é o medo e a insegurança gerada pela falta de transparência dos projetos e ações das gestões. A população natalense desconhece os projetos oficiais assim como seus impactos. O segundo se trata da possível desapropriação do Parque das Dunas[1].

1 **Parque Estadual Dunas de Natal "Jornalista Luiz Maria Alves":** mais conhecido simplesmente como Parque das Dunas ou Bosque dos Namorados, é uma reserva de 1.172 hectares de Mata Atlântica situada no coração da cidade de Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte. Criado através do Decreto Estadual nº 7.237 de 22 de novembro de 1977, o Parque das Dunas foi a primeira unidade de conservação ambiental implantada no estado do Rio Grande do Norte. É parte integrante da reserva da biosfera da Mata Atlântica reconhecida pela UNESCO e, por isso, declarada Patrimônio Ambiental da Humanidade. A entrada principal do parque localiza-se no bairro do Tirol, porém, de fato, o parque

IHU On-Line – Que desafios estão postos ao Comitê Popular da Copa local?

Eloisa Varela Cardoso de Arruda – Nossos principais desafios são manter a revogação das desapropriações, garantir que o Parque das Dunas não seja desapropriado e tentar garantir que a população tenha acesso aos supostos "benefícios" da Copa. Há violação dos direitos humanos, como em todo Brasil. A população natalense não tem acesso aos projetos das obras e foi totalmente excluída da constituição deles. As decisões vêm sendo tomadas de forma unilateral e tudo o que vem sendo imposto ignora completamente as dinâmicas sociais instituídas. O direito à cidade está sendo totalmente negado. Aqui o estrago não foi/é maior graças a nossa atuação. Apenas conseguimos travar um diálogo proveitoso a partir de janeiro de 2013, quando a nova gestão municipal[2] cumpriu com um compromisso firmado no momento eleitoral de revisar os projetos.

IHU On-Line – Qual é o panorama atual em termos financeiros dos investimentos nas obras da Copa na cidade de Natal?

Eloisa Varela Cardoso de Arruda – O estádio Arena das Dunas custará aos cofres públicos em torno de R$ 1 bilhão. Vale salientar que Natal não possui tradição futebolística e que, provavelmente, a Arena se tornará um lugar para realização de shows.

IHU On-Line – Em que medida a população poderá se beneficiar dos projetos do Estado? Qual será o legado?

Eloisa Varela Cardoso de Arruda – O benefício para população é ínfimo, e as obras de mobilidade não correspondem aos principais problemas enfrentados em Natal. Como dito, a Arena após a copa possivelmente não receberá mais os jogos dos clubes do Rio Grande do Norte. Atualmente, não vislumbramos um legado efetivo para Natal, a não ser uma maior projeção do perfil turístico que a cidade mantém.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Eloisa Varela Cardoso de Arruda – O Comitê Popular da Copa Natal/RN vem logrando êxito nas suas ações graças à atuação conjunta com o Associação Potiguar dos Atingidos pela Copa – Apac, que é constituída por pessoas que sofreriam as desapropriações, assim como por aqueles que estão sofrendo indiretamente os impactos negativos dela.

se distribui ao longo dos bairros de Ponta Negra, Mãe Luíza e Capim Macio, se estendendo ao longo da Via Costeira, onde abriga também o Centro de Convenções de Natal. Considerado o segundo maior parque urbano do Brasil (superado apenas pela Floresta da Tijuca), exerce uma grande importância na regulação do clima local, contribuindo com a recarga do aquífero subterrâneo, fixação das dunas e purificação do ar, além de ser uma paisagem belíssima para a cidade. (Nota da **IHU On-Line**)

2 O prefeito atual de Natal é Carlos Eduardo Alves, do PDT. (Nota da **IHU On-Line**)

Acompanhe o IHU no Blog

Arena Amazônia, a única obra de Manaus

As possíveis melhorias à população manauara prometidas com a realização da Copa no Norte do país não devem chegar, pois as únicas obras são a do estádio e do aeroporto

Por Ricardo Machado

"O que percebemos é que para a cidade não haverá legado nenhum, pois não será dotada de equipamentos urbanos que atendam as demandas da população", avalia Vasconcelos Filho em entrevista por e-mail à **IHU On-Line.** "As obras de mobilidade urbana não foram implementadas, porém há um processo de expansão e especulação imobiliária na cidade, que atinge diversas comunidades e tem impactos sociais e ambientais. No entanto este processo está na perspectiva do capital imobiliário e não das comunidades que necessitam de intervenções urbanas para a melhoria das condições de vida. Existe uma intenção de viabilizar um embelezamento da cidade, o que não significa reestruturar o espaço urbano, é na verdade um 'pintar a casa' para receber visitas", complementa. Uma das principais preocupações e desafios do Comitê Popular da Copa de Manaus diz respeito à exploração sexual. "A cidade de Manaus está dentre as cidades com grande incidência de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres e de tráfico humano, esta situação deve se agravar no período da Copa. Contudo, há um silêncio sobre esta questão e isto é muito preocupante", destaca Vasconcelos.

Vasconcelos Filho é graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazona – UFAM e militante da Rede Jubileu Sul Brasil, integrante do Comitê Popular da Copa Manaus, integrante da Coordenação Nacional da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – Ancop. Já militou na Pastoral da Juventude do Brasil e em Pastorais Sociais de Manaus e foi assessor da Cáritas Arquidiocesana de Manaus entre 2000 e 2002. Atua também como educador voluntário na Rede de Educação Cidadã/AM e participa da equipe de animação da 5ª Semana Social Brasileira em Manaus.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como está a questão das obras da Copa em Manaus? Que impactos a população vem sofrendo?

Vasconcelos Filho – Efetivamente das obras que constavam na matriz de responsabilidade da Copa em Manaus, apenas duas obras estão em andamento, são elas: a construção da Arena da Amazônia e a reforma e ampliação do aeroporto. As demais obras, reforma do porto, construção de um centro comercial para vendedores e vendedora ambulantes e as obras de mobilidade urbana não foram iniciadas ou foram interrompidas

A reforma do porto ainda não foi iniciada e não há previsão; o centro comercial até começou, mas a obra foi embargada pelo Ministério Público Federal por estar sendo construído em uma área imprópria. Quanto as obras de mobilidade urbana, tanto o monotrilho, quanto o BRT (Bus Rapid Transit) receberam questionamentos do Ministério Público Federal do Amazonas – MPF/AM nos processos de licitação e do projeto executivo.

Em dezembro de 2012, os governos estadual e municipal decidiram retirar as obras de mobilidade urbana da matriz de responsabilidade da Copa, pois as obras não ficariam prontas até o início dos jogos da Copa do Mundo. As obras devem ser viabilizadas, agora com recursos do PAC Mobilidade. As obras em andamento, não causam nenhum impacto direto à população, pois a Arena está sen-

do erguida no lugar do antigo estádio e as obras no aeroporto causam os transtornos comuns a qualquer obra.

As obras de mobilidades devem impactar algumas comunidades, removendo centenas de famílias. O projeto do BRT prevê a remoção de cerca de 900 famílias na zona leste da cidade, nos bairros do São José, Tancredo Neves e Mutirão. Quanto ao monotrilho[1] prevê remoções, mas não há dados publicizados de quantas famílias, ponto questionado pelo MPF/AM. Uma questão que terá impacto a médio e longo prazo na vida da população é o endividamento do Estado, a obra da Arena da Amazônia tem previsão de gastos de R$ 583 milhões e cerca de R$ 500 milhões são originados de empréstimos (R$ 400 milhões do BNDES e US$ 50 milhões com o banco alemão Kreditanftal Fur Wiederaufban Bank). Esses empréstimos deverão ser pagos, o que implica a médio e longo prazo menos recursos públicos para políticas sociais.

IHU On-Line – Como está ocorrendo a reestruturação urbana de Manaus, considerando aspectos sociais e ambientais?

Vasconcelos Filho – De certa forma Manaus passa por um processo de reestruturação, mas não necessariamente por conta das obras da Copa. As obras de mobilidade urbana não foram implementadas, porém há um processo de expansão e especulação imobiliária na cidade, que atinge diversas comunidades e tem impactos sociais e ambientais. No entanto este processo está na perspectiva do capital imobiliário e não das comunidades que necessitam de intervenções urbanas para a melhoria das condições de vida. Existe uma intenção de viabilizar um embelezamento da cidade, o que não significa reestruturar o espaço urbano, que é na verdade um "pintar a casa" para receber visitas, o que não mudará o uso do espaço urbano pela população manauara e provavelmente ocasionará um processo de higienização social do centro da cidade no período dos jogos da copa. Contudo, se as obras de mobilidade forem implantadas, conforme afirmam os governos estadual e municipal, esta reestruturação urbana ocorrerá e haverá impactos sociais e ambientais às comunidades de determinadas zonas da cidade.

> "A cidade de Manaus está dentre as cidades com grande incidência de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres"

IHU On-Line – Como os direitos dos cidadãos manauaras estão sendo preservados tendo em conta as obras da Copa?

Vasconcelos Filho – Como as obras de mobilidade urbana ainda não foram executadas, não tivemos comunidades atingidas. Porém a violação de direitos é evidente. As obras de mobilidade foram pensadas sem a participação das comunidades. Para se ter uma ideia, as casas na zona leste da cidade foram marcadas, sem que a população soubesse do que se tratava, depois é que foram comunicadas que por ali passaria um corredor de ônibus que "melhoraria a cidade".

Outro aspecto que nos preocupa no período da copa é a exploração sexual. A cidade de Manaus está dentre as cidades com grande incidência de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres e de tráfico humano, esta situação deve se agravar no período da Copa. Contudo, há um silêncio sobre esta questão e isto é muito preocupante. Nós do Comitê Popular da Copa de Manaus, iniciaremos um trabalho nesta linha, abordando a questão da prevenção e de denúncias em casos de exploração sexual e tráfico humano que ocorrerem.

IHU On-Line – Pode se pensar em legado para a cidade após a realização dos jogos? Qual?

Vasconcelos Filho – O que percebemos é que para a cidade não haverá legado nenhum, pois não será dotada de equipamentos urbanos que atendam as demandas da população. Do ponto de vista econômico deve haver uma temporada com mais turistas na cidade e é isso. Esportivamente teremos uma Arena que não deverá ser usada pelos clubes locais, pois sabemos que o custo de manutenção é caro. No ano passado, em entrevista ao jornal A Crítica, o coordenador da Unidade Gestora da Copa, já especulava a intenção que a nova Arena fosse concedida à iniciativa privada, ou seja, gasto público para ser repassado a gerencia da iniciativa privada. Neste aspecto pode haver algum benefício a construção dos centros de treinamentos exigidos pela FIFA, que são pequenos estádios que os clubes locais poderão utilizar. No mais, não deveremos ter legado.

IHU On-Line – Quais são as principais conquistas e desafios do comitê popular da Copa de Manaus?

Vasconcelos Filho – Não há conquistas, mas temos muitos desafios. Um, trata-se da questão da exploração sexual, que deveremos abordar de forma mais incisiva nos próximos meses; o outro, é estarmos vigilantes em relação às obras de mobilidade e embelezamento da cidade, que deverá gerar violações de direitos. A questão do endividamento público deve ser debatida com a população, pois isto tem implicações a médio e longo prazo; e, deveremos ficar atentos às violações de direitos que deverão ocorrer com a proximidade dos jogos da copa, principalmente pela vigência da Lei Geral da Copa e o caráter de exceção que implica esta lei.

1 ***Monotrilho***: é um sistema de transporte no qual os veículos - trens com tração elétrica - trafegam com pneus de borracha sobre uma viga-guia de concreto.

Tema de Capa

Destaques da Semana

IHU em Revista

Preparativos: Damian à beira do gramado do Maracanã, que receberá a final da Copa das Confederações, depois de um dia de treinamento sobre hospitalidade e atendimento ao torcedor.

Reportagem da Semana

O (quase) invisível trabalho de Damian

Por Ricardo Machado

Enquanto dezenas de jogadores buscam um espaço para jogar na Copa do Mundo de 2014, no Brasil, Damian já garantiu seu lugar no mundial de Futebol. Damian Steppacher, 32 anos, não é um estreante em Copa do Mundo, pois já esteve na África do Sul, em 2010. Mas ele não calça chuteiras, não é famoso e ninguém torcerá por esse gaúcho de Porto Alegre. Embora ele afirme que joga futebol três vezes por semana e que se considera um apaixonado pelo esporte, ninguém verá Damian dentro das quatro linhas, sua atuação é quase invisível, mas está longe de ser imperceptível.

Damian será voluntário não só na Copa do Mundo ano que vem, mas também na Copa das Confederações, que se inicia no próximo sábado. Para tanto, traz toda sua experiência de administrador de grandes empresas de telecomunicações, trabalho que realizou antes de ser aprovado em um concurso para gerente administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs. Aliado aos conhecimentos técnicos, Damian traz a experiência de 60 dias de convívio com pessoas de diversas partes do mundo

no mundial de 2010. "A experiência foi surpreendente. Nós tínhamos toda uma informação, relacionada à precariedade e violência. Toda essa informação prévia não se confirmou. Quando cheguei lá percebi um país empolgado e o povo envolvido. Conheci estádios da primeira linha", conta. "Havia alguns problemas, claro, problemas iguais a de qualquer cidade grande, mas longe daquilo que imaginávamos. Foi surpreendente", complementa. O trabalho de Damian em 2010 era na gestão dos voluntários. Entre as tarefas realizadas estava a confecção das escalas de trabalho, a distribuição de uniforme, a gestão da alimentação aos demais voluntários. Enfim manter a engrenagem do comitê organizador do evento funcionando. "Às vezes eu fazia outras atividades quando faltava pessoas, como ficar no credenciamento, por exemplo. Era bem dinâmico", destaca.

Sonho de menino

Estar na Copa do Mundo é o sonho de milhares de meninos, que se realiza apenas para poucos sortudos e competentes jogadores que conquistaram um espaço no milionário e disputadíssimo mundo do futebol. Para muitos, essa ainda é a única alternativa para fugir da pobreza. O caso de Damian não se trata exatamente desse clássico perfil de brasileiro, mas mesmo não sendo um jogador de futebol e, sim, um administrador, ele também tinha o sonho de participar da Copa. "Eu nunca tinha estado em uma Copa do mundo, mas eu vinha me inscrevendo desde as olimpíadas de Atenas, depois Londres. Na copa da Alemanha não fui selecionado, pois não falava alemão", explica.

Apesar destes megaventos movimentarem bilhões e bilhões de dólares – apenas para usar uma unidade monetária de âmbito global -, a ajuda de custo aos voluntários é mínima. "Nas olimpíadas não consegui ir porque os gastos eram muito altos. Na África do Sul recebemos um auxilio praticamente insignificante, mais ou menos R$ 400. Fora isso, todo o restante é responsabilidade do voluntário", esclarece Damian. Quando foi trabalhar na África do Sul, ele aproveitou para conhecer outros locais no país de Mandela e ficou, somando o período de voluntariado e de passeio, mais ou menos dois meses fora do Brasil. "Para ficar em torno de 60 dias gastei R$ 12 mil. Fiz passeios por cidades litorâneas e em locais incríveis. Aproveitei que estava viajando com um amigo e alugamos um carro para economizar. Umas das coisas incríveis que fiz foi mergulhar em uma piscina com tubarões. Além disso fiz safaris, safaris noturnos, foi a realização de um sonho de infância conhecer esses parques."

Aprendizado

Damian considera que a oportunidade de poder trabalhar em um megaevento traz bons frutos para a carreira profissional. Formado em administração e com foco na área de markerting, sobretudo ao que se refere ao relacionamento com o cliente, ele considera que a oportunidade de trabalhar na Copa do Mundo é uma excelente experiência profissional.No mundial passado, Damian fez um site (www.voupracopa2010.com.br) onde realizou uma cobertura informal do evento. "Agora temos um fanpage no Facebook para contar um pouco nossa aventura, que começa agora e que segue até a Copa do Mundo", diz.

De acordo com Damian, integrar a organização de megaeventos gera uma repercussão profissional importante e que ele já foi convidado para participar de diversos eventos. "Sou torcedor e sócio colorado há anos. Já tenho um convite para quando eu voltar da Copa das Confederações para compartilhar a experiência deste evento", frisa. "Fora o reconhecimento, tem um lado que se torna prazeroso porque o trabalho é divertido, não pela remuneração, mas pelo fato de conhecer pessoas e se sentir fazendo parte de algo maior. É muito legal saber que fazemos as coisas acontecerem, pois a grande força de trabalho nesses megaeventos é a grande massa de voluntários. A questão da autorrealização é impagável", destaca.

Com o trabalho na África do Sul, Damian diz que conheceu pessoas da Itália, França, Argélia, México e de toda parte da África como Camarões e Nigéria. "Conhecer pessoas de outros lugares é fundamental. A gente aprende a aceitar o outro. Um amigo que fiz da Argélia é muçulmano. Ele tem todos padrões diferentes. É um desafio conviver, mas a gente aprende a respeitar cada povo com sua cultura e isso é o mais legal", avalia Damian.

Críticas

As questões relacionadas ao Mundial de Futebol são um tanto quanto controversas, seja pelas exigências da Fifa e sua Lei Geral da Copa, seja pela forma de condução do Estado brasileiro na realização das obras nos estádios e de mobilidade urbana. Damian parece lidar bem com as críticas e não foge da raia quando é questionado do por que trabalhar de graça em um evento que movimenta tanto dinheiro, onde há um enorme faturamento. "Tenho consciência que o mercado do futebol movimenta milhões. Eu, porém, me coloco um pouco fora disso e foco que estou investindo em meu conhecimento. Estou fazendo um curso de marketing a céu aberto. Se eu fosse escolher fazer uma especialização, eu gastaria mais. Trata-se de uma escolha e todas escolhas são passíveis de críticas", pondera sua madura decisão.

Damian fala de um modo manso, mostra-se um sujeito tranquilo que deseja fazer seu trabalho e ajudar da melhor forma possível. O jovem administrador descobriu no voluntariado a chance de realizar seu sonho e enquanto o mundo inteiro volta os olhos ao Brasil, por conta da Copa do Mundo, Damian realiza seu (quase) invisível trabalho.

A arriscada experiência polifônica do divino

O retorno do religioso se dá de várias maneiras na aldeia global, e por diversas vezes as religiões adotam uma postura fundamentalista frente aos temores que as democracias lhes suscitam, pontua Carlos Mendoza-Álvarez

Por Márcia Junges / Tradução: Benno Dischinger

"A fé reconhece a presença de Deus na criação e na história com um dom permanente. Seu sopro vital é o que anima os seres e a consistência do universo como fonte inesgotável de existência, de devir, de ser e de doação amorosa que cria vida. A razão moderna pôs em tela de juízo a presença de Deus sob a suspeita de ser uma pura invenção da liberdade e da razão humanas em estado infantil. Desse *pathos* cultural da modernidade deram conta os mestres da suspeita, Marx, Freud e Nietzsche". A reflexão é do teólogo mexicano Carlos Mendoza-Álvarez na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line.** E acrescenta: "o *pathos* pós-moderno é resultado desta experiência de traumatismo que significa Auschwitz na Europa, ou a dominação secular da América nestas outras latitudes. Por isso, a única linguagem plausível nestes tempos de desencanto de todos os meta-relatos de poder seria falar de um *Deus absconditus*, porém não ausente no seio da história, sustentando a liberdade e a razão de quem não se resigna a viver na finitude, na rivalidade e na desesperança". Em sua opinião, "os pós-modernos preferem uma experiência polifônica do divino, com o risco de que tal anseio seja instrumentalizado pela religião de mercado que faz da espiritualidade de um produto de consumo e desperdício". Já o grandioso desafio do cristianismo do século XXI é "unir razão e vida". A entrevista foi inspirada pela obra de Mendoza-Álvarez intitulada *O Deus escondido da pós-modernidade. Desejo, memória e imaginação escatológica* (São Paulo: É Realizações, 2011).

Carlos Mendoza-Álvarez se formou em Filosofia, pela Universidade Autônoma do México, e fez doutorado em Teologia, em Paris e Friburgo (Suíça). Em sua tese de doutorado procurou tecer um diálogo com o pensamento hermenêutico de Paul Ricoeur, a ética da alteridade de Emmanuel Levinas e a teoria mimética de René Girard. O teólogo participou do Congresso Continental de Teologia, em 08-10-2012, sediado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quando falou sobre "Modernidade e pós-modernidade". Confira os livros do Congresso Continental de Teologia: *A teologia da libertação em perspectiva Tomo I*, disponível em http://bit.ly/Wkf1I2 e *A teologia da libertação em perspectiva Tomo II*, disponível em http://bit.ly/ZEKmLg.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que sentido Deus está "escondido" na pós-modernidade?

Carlos Mendoza-Álvarez – A fé reconhece a presença de Deus na criação e na história como um dom permanente. Seu sopro vital é o que anima os seres e a consistência do universo como fonte inesgotável de existência, de devir, de ser e de doação amorosa que cria vida. A razão moderna pôs em tela de juízo a presença de Deus sob a suspeita de ser uma pura invenção da liberdade e da razão humanas em estado infantil. Desse *pathos* cultural da modernidade deram conta os mestres da suspeita, Marx[1],

1 **Karl Heinrich Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**.

Freud[2] e Nietzsche[3].

E o argumento permanente para objetar a presença de Deus tem sido o problema do mal: se Deus existe, por que há mal no mundo? As respostas a esta interrogação têm transitado entre dois polos principais: Deus permite o mal para educar a humanidade, ou bem, Deus é uma invenção da impotência humana ante o mal.

Por isso o mundo moderno tardio é cético ante as narrativas religiosas que falam de um Deus intervencionista e, por um acaso, poderia aceitar uma teologia *intencionista,* como a chamou Dorothe Sölle faz já meio século. Trata-se de falar de Deus sem o triunfalismo das religiões que endeusam suas mediações sagradas identificando-as sem mais com o divino.

O *pathos* pós-moderno é resultado desta experiência de traumatismo que significa Auschwitz[4] na Europa, ou a dominação secular da América nestas outras latitudes. Por isso, a única linguagem plausível nestes tempos de desencanto de todos os metarrelatos de poder seria falar de um *Deus absconditus,* porém não ausente no seio da história, sustentando a liberdade e a razão de quem não se resigna a viver na finitude, na rivalidade e na desesperança.

IHU On-Line – Como é possível falar de Deus no nosso tempo?

Carlos Mendoza-Álvarez – O cristianismo antigo construiu uma linguagem apofática ou negativa para falar de Deus. Não identificou o mistério divino com atributos e propriedades como o ser, o poder ou a vontade, já que estas são projeções do humano. Esta teologia *apofática,* – que fundou Dionísio Areopagita[5] no século VI da era comum – fala de Deus em sentido negativo, por via indireta, contrastando sua realidade superessencial e superabundante com nossas pobres e sempre insuficientes imagens de Deus.

Assim, por exemplo, Deus é nomeado por contraste: infinito, inefável, imortal e demais expressões que abrem a imaginação ao mistério. Concretamente isso quer dizer que hoje, em tempos pós-modernos, podemos recuperar esta relação mística com o ser divino. Uma experiência que corresponde à necessidade espiritual dos habitantes da aldeia global, que já não se conformam com as mediações das religiões institucionais, pois veem seus limites culturais, ideológicos, políticos e até mesmo simbólicos. Os pós-modernos preferem uma experiência polifônica do divino, com o risco de que tal anseio seja instrumentalizado pela religião de mercado que faz da espiritualidade um produto de consumo e desperdício.

IHU On-Line – Quais são os desafios dessa narrativa sobre Deus na pós-modernidade frente ao paradoxo do secularismo e do niilismo[6], por

---

A edição número 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em http://migre.me/s7lq. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em http://migre.me/s7lF. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível para download em http://migre.me/Dt7Q. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a idéia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível para consulta no link http://migre.me/s8jc. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível para download em http://migre.me/s8jF. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível para download em http://migre.me/s8jU. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo, disponível para download em http://migre.me/s7BB. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada "Nietzsche e Paulo", disponível para download em http://migre.me/s7BH. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em http://migre.me/s7BU. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em http://migre.me/FC8R, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença – Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência,* concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em http://migre.me/Jzvg. Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em http://bit.ly/HzaJpJ. (Nota da IHU On-Line)

4 **Auschwitz-Birkenau:** nome de um grupo de campos de concentração localizados no sul da Polônia, símbolos do Holocausto perpetrado pelo nazismo. A partir de 1940 o governo alemão comandado por Hitler construiu vários campos de concentração e um campo de extermínio nesta área, então na Polônia ocupada. Houve três campos principais e trinta e nove campos auxiliares. Como todos os outros campos de concentração, os campos de Auschwitz eram dirigidos pela SS comandada por Heinrich Himmler. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Pseudodionisio (Dionisio o areopagita):** nome dado ao autor de uma série de escritos que exerceram grande influência sobre o pensamento medieval. Acreditou-se por muito tempo que o autor desses escritos foi discípulo de São Paulo. Hoje se considera que as obras de referência foram redigidas no final do século IV ou começos do V sob a influência neo-platônica e especialmente a base de fragmentos de Proclo. Por tal motivo costuma-se chamar a seu autor o PseudoDionisio, e às vezes Dionísio, o místico. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Niilismo**: termo e conceito filosófico que afeta as mais diferentes esferas do mundo contemporâneo (literatura, arte, ciências humanas, teorias sociais, ética

um lado, e do retorno do religioso, por outro?

Carlos Mendoza-Álvarez – Na aldeia global vemos aparecer o retorno do religioso sob novas formas. As religiões tomam com frequência uma fisionomia fundamentalista ante os temores que lhes infundem as democracias deliberativas. Por outra parte, a sociedade de mercado descobriu na religião um produto que reprime benefícios milionários. E, em meio disso, vemos aparecer a busca de um diálogo entre as religiões que pretende favorecer a paz nas zonas de conflito, a plena consciência dos seres humanos com respeito a si mesmos e à natureza ameaçada.

Por outra parte, existe também o risco de que o valioso afã de respeito à diversidade religiosa da humanidade – que é um verdadeiro patrimônio cultural inestimável – se converta numa dissolução das tradições milenares, adquirindo a forma de uma religião *light* de mercado que produza um indiscriminado consumo de sucata religiosa.

Por isso, me parecem valiosas as experiências de diálogo intermonástico empreendidas em diversas latitudes do planeta: de monges budistas com monges cristãos, por exemplo, em Kerala, na Índia. Ou o projeto da *Cidade das Ameixas* do monge budista vietnamita Tisch Nat Ahn na Califórnia e em Bordéos para abrir um diálogo criativo entre uma corrente budista e o Ocidente Norte-Atlântico. Também me parece valiosa a iniciativa da ética mundial proposta já faz algumas décadas por Hans Küng[7], o teólogo suíço, convocando líderes das religiões a trabalharem juntos numa ética comum baseada na sabedoria das tradições espirituais da humanidade.

Na América Latina existem experiências interessantes de diálogo do cristianismo com as religiões dos povos originários que sobrevivem à colonização. Embora seja incerto o caminho, pode ser promissor de saborosos frutos caso se avance no caminho de superar as práticas que não respeitem a dignidade humana.

IHU On-Line – Em entrevista[8] à nossa publicação no ano passado, o senhor menciona que vê a humanidade como "altamente sensível à esperança". Como esta esperança se manifesta em relação com o sagrado?

Carlos Mendoza-Álvarez – A esperança de mulheres e homens da aldeia global se expressa no tempo presente como anelo de *sobrevivência* como espécie, em sua diversidade de culturas e religiões. Hoje somos conscientes mais que noutras épocas, ao menos no discurso, na riqueza *bio-espiritual* da humanidade.

E as religiões estão dando sinais de rejuvenescimento em seu compromisso pela justiça para com os pobres da terra, em sua capacidade de educar os seus crentes para a compaixão com todas as criaturas, em sua sabedoria para cultivar a interioridade das pessoas e a concórdia entre os povos.

Hoje sabemos que o *sagrado* pode ser violento ou pacifista. Tal é a alternativa que existe no fundo de todas as religiões da humanidade. O sagrado violento gera inimizade, morte e ressentimento, pois é um reflexo identitário. O *santo* das religiões é a relação ao mistério divino que não requer vítimas nem verdugos, tampouco deuses intervencionistas e fazedores de milagres. Porém, é contemplação da presença amorosa do divino no mundo que dá um giro à existência e à prática de vida.

IHU On-Line – Em que aspectos o diálogo fé e razão tem avançado em nosso tempo?

Carlos Mendoza-Álvarez – O Papa Francisco colocou, faz pouco, critérios práticos para estabelecer um diálogo compassivo com o mundo a partir do serviço aos pobres. Seu predecessor, o Papa Bento XVI, o havia feito em termos teóricos, sublinhando a necessidade de abrir a razão à transcendência. Penso que não se contradizem. A fé cristã será pertinente, crível e significativa quando

---

e moral). É a desvalorização e a morte do sentido, a ausência de finalidade e de resposta ao "porquê". Os valores tradicionais se depreciam e os "princípios e critérios absolutos dissolvem-se". O niilismo pode ser considerado como "um movimento positivo" – quando pela crítica e pelo desmascaramento nos revela a abissal ausência de cada fundamento, verdade, critério absoluto e universal e, portanto, convoca-nos diante da nossa própria liberdade e responsabilidade, agora não mais garantidas, nem sufocadas ou controladas por nada". Mas também pode ser considerado como "um movimento negativo" – quando nesta dinâmica prevalecem os traços destruidores e iconoclastas, como os do declínio, do ressentimento, da incapacidade de avançar, da paralisia, do "tudo-vale" e do perigoso silogismo ilustrado pela frase do personagem de Dostoiévski: "Se Deus está morto, então tudo é permitido". Entende-se por Deus neste ponto como a verdade e o princípio. Confira as seguintes edições da IHU On-Line sobre a temática do niilismo: *A política em tempos de niilismo ético*, nº 197, de 25-06-2006, disponível para download em http://bit.ly/o5SsxA; *Niilismo e relativismo de valores. Mercadejo etico ou via da emancipacao e da salvação?*, nº 354, de 20-12-2010, disponível em http://bit.ly/ivdNuL; *Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um sistema em resposta ao niilismo ético*, nº 374, de 26-09-2011, disponível em http://bit.ly/qE7Dm8. Leia, também, a entrevista concedida pelo filósofo jesuíta Paul Valadier, à edição 303 da **IHU On-Line**, de 10-08-2009, intitulada *Narrar Deus no horizonte do niilismo: a reviviscência do divino*, disponível para download em http://bit.ly/3VXAnm. (Nota da IHU On-Line)

7 **Hans Küng** (1928): teólogo suíço, padre católico desde 1954. Foi professor na Universidade de Tübingen, onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica. Foi consultor teológico do Concílio Vaticano II. Destacou-se por ter questionado as doutrinas tradicionais e a infabilidade do Papa. O Vaticano proibiu-o de atuar como teólogo em 1979. Nessa época, foi nomeado para a cadeira de Teologia Ecumênica. Atualmente, mantém boas relações com a Igreja e é presidente da Fundação de Ética Mundial, em Tübingen. Um escritório da Fundação de Ética Mundial funciona dentro do Instituto Humanitas Unisinos desde o segundo semestre do ano passado. Küng dedica-se, atualmente, ao estudo das grandes 'religiões, sendo autor de obras, como A Igreja Católica, publicada pela editora Objetiva e Religiões do Mundo: em Busca dos Pontos Comuns, pela editora Verus. De 21 a 26 de outubro de 2007 aconteceu o Ciclo de Conferências com Hans Küng – Ciência e fé – por uma ética mundial, com a presença de Hans Küng, realizado no campus da Unisinos e da UFPR, bem como no Goethe-Institut Porto Alegre, na Universidade Católica de Brasília, na Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFMG. Um dos objetivos do evento foi difundir no Brasil a proposta e atuais resultados do "Projeto de ética mundial". Confira no site do IHU, em http://migre.me/R0s7, a edição 240 da revista **IHU On-Line**, de 22-10-2007, intitulada *Projeto de Ética Mundial. Um debate*. Visite, também, a Fundação de Ética Mundial, no site do IHU: http://migre.me/R0sQ. (Nota da **IHU On-Line**)

8 *É possível falar de Deus na sociedade contemporânea?* Edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, disponível em http://bit.ly/RNKfs5. (Nota da **IHU On-Line**)

seu anúncio de um Deus que é *comunhão amorosa* for precedido de uma prática de misericórdia, em particular com os mais vulneráveis e excluídos. Nisto radica o tremendo desafio do cristianismo do século XXI: unir razão e vida.

IHU On-Line – Como se imbricam desejo, memória e imaginação escatológica?

Carlos Mendoza-Álvarez – São três potências da experiência de toda pessoa que constituem sua subjetividade. Desde o testemunho dos justos da história – e para os cristãos desde o testemunho de Jesus de Nazaré, o justo por excelência – podemos todos experimentar que somos amados de maneira incondicional por Deus.

Tal memória viva nos capacita para ver a vida com outros olhos. Por exemplo, os da *vítima que perdoa* e desata assim os nós do ressentimento[9]. Ou também a imaginação que têm os pobres e excluídos para não se deixar apanhar ou derrubar pelas adversidades que põem em xeque suas vidas. Ou o desejo purificado da rivalidade que vivem os que puderam pacificar seu coração e começaram a viver na liberdade do amor universal, embora isso lhes custe a vida. A presença de Deus será o testemunho das religiões – purificadas de seus desejos de onipotência – que poderá ser escutado pelos habitantes das sociedades pós-modernas de hoje.

9 **Ressentimento**: sobre essa temática, confira a edição 388 da revista **IHU On-Line**, de 09-04-2012, intitulada *Ressentimento, vingança e ódio. É possível dissolvê-los no perdão?*, disponível em http://bit.ly/Hsk3f5. Leia, também, a entrevista concedida pelo teólogo James Alison à edição 393 da **IHU On-Line**, de 21-05-2012, intitulada *Uma fé para além do ressentimento*, disponível em http://bit.ly/JmHmZu. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais...

>> Carlos Mendoza-Álvarez já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line.** Confira:

- *É possível falar de Deus na sociedade contemporânea?* Edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, disponível em http://bit.ly/RNKfs5
- *A espiral da violência, a superação do ressentimento e a gratuidade do bem*. Edição 411 da revista **IHU On-Line**, de 10-12-2012, disponível em http://bit.ly/U2dAOB

Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos

Livros da Semana

CIRNE, Lúcio Flávio Ribeiro. *O Espaço da Coexistência – Uma visão interdisciplinar de ética socioambiental*. Recife e São Paulo: Unicap e Edições Loyola, 2013.

O nexo indissolúvel entre a questão ecológica e a justiça social

Causas da marginalização social, econômica e política também são responsáveis pela marginalização ambiental, observa Lúcio Flávio Ribeiro Cirne. É fundamental superar o pensamento fragmentado e, muitas vezes, dualista que norteia o agir contemporâneo

Por Márcia Junges

São inúmeros os desafios que a humanidade tem pela frente no que tange ao espaço da coexistência. Além da necessidade de haver uma visão integrada entre ser humano e natureza, "é importante ressaltar que a raiz que leva à sistemática depredação da natureza é a mesma que causa as injustiças contra os seres humanos", pondera o Padre Lúcio Flávio Ribeiro Cirne na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. A partir das reflexões que tece em sua recém-lançada obra *O Espaço da Coexistência – Uma visão interdisciplinar de ética socioambiental* (Recife e São Paulo: Unicap e Edições Loyola, 2013), Pe. Lúcio acentua que "a preservação do ambiente não acontecerá se permanecerem as numerosas formas estruturais de pobreza que existem em todo o mundo. Sem justiça social não haverá reconciliação entre ser humano e natureza, pois há um vínculo estreito – uma inderdependência, para usar um termo mais ecológico – entre proteção da natureza e justiça social, entre ecologia e economia".

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne é graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, em Belo Horizonte, e em Teologia pela Graduate Theological Union, em Berkeley, na Califórnia. É mestre e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio com a tese *O Espaço da Coexistência. Estudo interdisciplinar de ética ambiental.* Lúcio Flávio, padre jesuíta, é pró-reitor comunitário da Unicap e professor de Teologia nesta instituição, além de coordenador do Instituto Humanitas Unicap.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos pensar em um espaço de coexistência a partir da temática que aborda em sua obra recém-lançada?

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne – Em face à complexidade das relações entre sociedade e natureza, evidenciada mais intensamente pela profunda crise ambiental que hoje vivemos, faz-se necessária uma reflexão ética cujo horizonte seja demarcado por uma perspectiva relacional e integradora capaz de superar posicionamentos redutores e fragmentados. Ou seja, que afirmem o direito à alteridade: o reconhecimento e aceitação do outro.

A visão dualística entre o *sujeito* (razão humana) e *objeto* (a natureza), própria da racionalidade instrumental moderna, não permitiu que as éticas que emergiram nesse paradigma rigidamente antropocêntrico fizessem o reconhecimento da natureza em sua complexidade e concretude própria. No lado oposto desse pensamento, como reação à mentalidade antropocêntrica, tem surgido um vigoroso

movimento ambientalista em cujo interior encontra-se uma corrente sustentada por princípios éticos que defendem uma harmonização intrínseca com a natureza. São modelos de ética ambiental centrados numa visão biocêntrica em que o indivíduo se dilui no horizonte de um todo igualitário, de modo que a diferenciação fica suprimida e tanto a natureza como o ser humano, paradoxalmente, não são reconhecidos como um outro.

Multiplicidade e coexistência

Ora, no mundo diferenciado e plural em que vivemos, faz-se necessário aprender a ser distintivamente o "eu" dentro de um quadro que inclua também o outro, sem dominância, numa imagem de igualdade. É o que defendemos na proposta de um discurso ético que se configura como um espaço da coexistência. Em seu livro *Espaços de Esperança*[1], D. Harvey coloca no centro do seu pensamento geográfico o princípio da diferença que enfatiza que cada um tem a sua história, concretizada em espacialidades próprias. Nessa perspectiva, enquanto a desigualdade exclui outras presenças, a diferença, resgata-as justamente porque necessita da multiplicidade e da coexistência. De modo análogo, colocamos no centro de nossa reflexão ética esse conceito de espaço entendido como uma teia de relações, espaço da multiplicidade onde os indivíduos estão interligados e ajustados pela complementaridade dialética do eu e do outro.

É a arena dinâmica da vida que respeita a particularidade e a subjetividade de cada componente. O espaço assim considerado permite superar as várias dicotomias (sujeito/objeto, natureza/ser humano, opressor/oprimido) – relação desigual na qual um dos polos fica esquecido ou dominado pelo outro – e dá condições para se pensar em uma existência relacional e harmoniosa. Sendo um espaço, lugar de todos os outros, seja o outro da natureza ou os outros de nossa própria espécie humana, será mais fácil compreender que cuidar do ambiente, o que implica também cuidar de nós mesmos.

1 HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. (Nota do entrevistado)

> "Numa palavra, a questão ecológica é uma questão socioambiental. Aqui está um traço decisivo do espaço da coexistência"

IHU On-Line – Em que medida se pode falar de uma visão interdisciplinar de ética socioambiental?

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne – A elaboração de um discurso ético no contexto da atual crise ecológica enfrenta, entre tantos desafios, a necessidade de superar o pensamento fragmentado e não raro dualista que orienta o nosso agir contemporâneo. Percebemos, por exemplo, que nas várias tendências e modelos de ética nem sempre há uma visão integrada da realidade, apresentando uma ou outra forma de reducionismo, seja antropológico, biológico, socioeconômico ou religioso. Além disso, sabemos que a complexidade do nosso mundo pede que tenhamos uma necessária abertura a um pluralismo epistemológico na consideração das grandes questões que nos afetam, particularmente aquelas relacionadas ao meio ambiente. Ha, pois, a necessidade de uma colaboração de todos os saberes, um esforço conjugado no qual as diferentes aproximações da realidade podem interagir numa tarefa interdisciplinar.

IHU On-Line – Como podemos compreender a relação entre Teologia da Criação, com paradigma ecológico, e o conceito geográfico de espaço?

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne – Na direção do que mencionamos acima, a teologia também é convocada a dar a sua contribuição na reflexão e elaboração de um discurso ético que ajude ao cristão de hoje a pensar e agir crítica e responsavelmente diante da problemática socioambiental. Partindo daquilo que lhe é próprio – a compreensão bíblico-cristã da criação em sua perspectiva integradora e relacional –, a Teologia procura a mediação de dados científicos para expressar de forma atualizada a riqueza humanizadora de sua mensagem e, assim, contribuir no esforço comum para superar a crise ecológica atual. No debate sobre as questões ambientais, tem surgido com grande força o horizonte compreensivo sistêmico que nos vem dos estudos da ecologia. Por outro lado, no âmbito da ciência geográfica, uma categoria que tem sido incorporada à discussão sobre desenvolvimento é o conceito de espaço, feito território. Pareceu-nos oportuno, na construção teórica de um espaço ético em vista da superação da crise socioambiental, estabelecer um diálogo com esses três saberes: o teológico, o ecológico e o geográfico, buscando uma interação fecunda e enriquecedora entre esses três modos distintos de encarar a realidade.

Antropocentrismo unilateral

Respeitando o método próprio de cada um e tendo o cuidado de não fazer uma mera transposição conceitual de um campo para o outro, percebemos que há, sim, possibilidade de articulação entre o legado da fé cristã, o paradigma ecológico e o conceito de espaço geográfico na elaboração de uma ética socioambiental. Com a contribuição da ecologia (natureza compreendida como organismo vivo do qual o ser humano é parte integrante dentro de um sistema de vínculos e inter-relações) e da geografia (visão social de ambiente, feito território, construído pela ação humana), superamos tanto o antropocentrismo unilateral, desenvolvido pela racionalidade instrumental moderna, quanto o biocentrismo totalizador. Como numa estrada de mão dupla, abre-se assim o caminho de um diálogo crítico com a Teologia cristã da criação na procura de uma ética capaz de compreender a realidade atual, planejar e orientar o agir humano para superar a crise socioambiental.

IHU On-Line – Em quais aspectos o senhor busca realizar uma visão integrada e relacional do ser humano e da natureza?

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne – A ética da coexistência segue um dinamismo básico que é o da integração–inclusão, buscando sempre a complementaridade. Sabemos que a reflexão ética não pode renunciar ao "princípio antropotópico" segundo o qual o sujeito moral da ética é sempre o ser humano, pois somente ele, enquanto ser de intencionalidade, levanta as questões, elabora reflexões e pode agir responsavelmente. A especificidade do ser humano, face às outras criaturas, é a sua capacidade de intervir na natureza. Nesse sentido, podemos dizer que toda ética tem um aspecto antropocêntrico. Por outro lado, enquanto ecológica, a ética segue a orientação sistêmica do paradigma ecológico, considerando a vida em todas as suas formas dentro da grande rede de relações e interdependências da biosfera. A vida humana é compreendida como parte de uma realidade maior, rejeitando-se, portanto, o dualismo ser humano/natureza, desenvolvido pela racionalidade técnico-científica, em favor de um relacionamento responsável e harmonioso com o mundo natural no qual se reconhece um valor em si mesmo.

Dito de outro modo, a ética da coexistência não concebe o relacionamento humano com o mundo natural em termos de "ser humano e natureza", e sim como "o ser humano *na* natureza". É uma ética que considera a ecosfera como *oikos*, a casa no interior da qual se partilha o dom da vida, a casa de todos, a casa dos seres humanos e a morada de todos os seres vivos.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios que a humanidade tem pela frente no que diz respeito ao espaço de coexistência?

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne – São muitos os desafios. Ao lado do que já falamos sobre a necessidade de uma visão integrada ser humano e a natureza, é importante ressaltar que a raiz que leva à sistemática depredação da natureza é a mesma que causa as injustiças contra os seres humanos. Há uma íntima relação entre a questão ecológica e o drama da injustiça social que aflige tanta gente neste nosso planeta. As causas que levam à marginalização social, econômica e política

> "No debate sobre as questões ambientais, tem surgido com grande força o horizonte compreensivo sistêmico que nos vem dos estudos da ecologia"

também marginalizam ambientalmente. Tomemos, por exemplo, a degradação das áreas nativas das quais depende a sobrevivência de inúmeras populações tradicionais; ou as habitações precárias das grandes favelas urbanas. Uma ética ecológica não pode ficar alheia a essas questões. A preservação do ambiente não acontecerá se permanecerem as numerosas formas estruturais de pobreza que existem em todo o mundo. Sem justiça social não haverá reconciliação entre ser humano e natureza, pois há um vínculo estreito – uma interdependência, para usar um termo mais ecológico – entre proteção da natureza e justiça social, entre ecologia e economia. Numa palavra, a questão ecológica é uma questão socioambiental. Aqui está um traço decisivo do espaço da coexistência.

IHU On-Line – É possível buscar formas de sustentabilidades que integrem o cuidado com a natureza e a solidariedade com o ser humano, principalmente com os mais pobres?

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne – Acredito que sim, desde que seja reexaminado o conceito de desenvolvimento sustentável, incorporado nos discursos ecológicos e adotado nos documentos das grandes conferências mundiais sobre esse tema. Um ponto crítico é a permanência do fator crescimento econômico como gerador de desenvolvimento e como categoria base para se pensar o social. Uma sociedade que busca a todo custo o desenvolvimento – na lógica do crescimento econômico – não pode ser uma sociedade sustentável porque está transgredindo os limites dos ecossistemas e esgotando as capacidades limitadas da biosfera. Além disso, falar em sustentabilidade implica também o campo das relações sociais, pois a questão do desenvolvimento sustentável, além do meio ambiente, envolve também as formas sociais de apropriação e uso do ambiente (a categoria do espaço, feito território, ajuda-nos a compreende esse processo), o que implica, entre outras coisas, legitimar atores e considerar a diversidade das formas culturais (na linha da geografia da diferença, que mencionamos acima). Estamos falando de um outro desenvolvimento, talvez um *ecodesenvolviemento*, como propunha I. Sachs[2], orientado para as necessidades reais das comunidades (em lugar de governado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças das estruturas sociais injustas.

Desenvolvimento sustentável no plural

Os efeitos nocivos da criação de camarão no litoral nordestino têm mostrado que esse não é um caminho de desenvolvimento ideal para essa região, da mesma forma como erradicar a floresta e substituir por campos para atividade pecuária não é o melhor uso do solo para a Amazônia. O que está em jogo é o respeito tanto à diversidade biológica dos ecossistemas quanto à pluralidade de culturas, constituindo a base de um "desenvolvimento sustentável" pensado no plural. Em vez de um modelo único, devemos priorizar formas verdadeiramente sustentáveis de apropriação dos espaços. A busca, portanto, de um desenvolvimento sustentável deve ter com base a sustentabilidade dos lugares e das pessoas. É este o sentido de desenvolvimento que vamos encontrar na Carta da Terra: "Que o nosso tempo seja lembrado por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela luta pela justiça e pela paz e pela celebração da vida".

2 SACS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. (Nota do entrevistado)

WEBB, Eugene. *A pomba escura. O sagrado e o secular na era moderna*. São Paulo: É Realizações, 2013.

As sutilezas do sagrado e do secular na literatura moderna

Tomando em consideração a obra de Eugene Webb, não se deve opor "sagrado" a "secular" como costumeiramente se faz entre "sagrado" e "profano", alerta Hugo Langone. Cada autor responde ao seu modo aos movimentos de dessacralização que vivenciamos

Por Márcia Junges

"O polo transcendental do sagrado é o responsável pela sensação de assombro e terror ante a divindade; ele gera o sentimento de que há algo poderoso e majestoso ali, algo cuja plenitude engendra fascínio, algo do qual somos completamente diferentes e diante do qual nos sentimos indignos, iníquos", assinala Hugo Langone na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line** sobre a obra de Eugene Webb intitulada *A pomba escura. O sagrado e o secular na era moderna* (São Paulo: É Realizações, 2013), por ele traduzida. Langone afirma que não se podem generalizar as transformações verificadas no mundo moderno e na literatura: "Webb faz questão de enfatizar que cada um responde de maneira diferente aos movimentos de dessacralização que vivenciamos, e desse modo a resposta de um Ibsen será diferente da resposta de um Eliot ou de um Auden".

Hugo Langone é graduado em Letras Português e Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestre e doutorando em Teoria Literária pela mesma instituição, com uma tese que examina a relação de Santo Agostinho com a literatura clássica. É ainda tradutor literário, tendo vertido ao português autores como Bernard Lonergan, São João da Cruz (no prelo) e Marshall McLuhan, entre outros.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as ideias fundamentais de *A pomba escura: o sagrado e o secular na literatura moderna*?

Hugo Langone – Em primeiro lugar, parece-me fundamental atentar a que, para Webb, o sagrado, além de abarcar conceitos e articulações lógicas, é sobretudo uma experiência – e uma experiência universal, manifestada de acordo com certos padrões comuns. Essa ideia, claro, é a ele fornecida pela religião comparada, em especial por autores como Rudolf Otto[1] e Mircea Eliade[2], aos

1 **Rudolf Otto** (1869-1937): eminente teólogo protestante alemão e erudito em religiões comparadas. Autor de *The Idea of the Holy*, publicado pela primeira vez em 1917 como *Das Heilige* (considerado um dos mais importantes tratados teológicos em língua alemã do século XX) e criador do termo numinous, o qual exprime um importante conceito religioso e filosófico da atualidade. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Mircéa Eliade** (1907- 1986): escritor e filósofo romeno, uma das maiores autoridades no estudo das religiões. Estudou a linguagem dos símbolos, usada em todas as religiões para chegar às origens, que se situam sempre no sagrado. Em 1928, obteve seu Masters of Arts em Filosofia na Universidade de Bucareste. Estudou sânscrito e filosofia hindu na Universidade de Calcutá (1928-1931) e morou em um Ashram em Rishikesh, Himalaia. Em 1933, volta à Universidade de Bucareste e ganha o Ph.D. com o tema *Yoga: Essai sur les Origines de lqa Mystique Indiène*. Em 1945, lecionou na École de Hautes Études, na Sorbonne, e, em 1956, foi Prof. de História das Religiões na Universidade de Chicago. Foi também Honoris Causa em numerosas Universidades de todo o mundo. Premiado em 1977 pela Academia Francesa, recebeu a Legião de Honra. A interpretação essencial de Elia-

quais ele recorre explicitamente. E, uma vez que o sagrado é também experiência, é possível vermos até mesmo uma linguagem "conceitualmente ateísta expressar (...) uma forte noção de reverência por uma dimensão sagrada do ser". A análise de Nietzsche[3], no terceiro capítulo do livro, é particularmente esclarecedora nesse aspecto.

Pois bem, Webb, logo nas primeiras páginas da obra, recorda que o sagrado será apreendido como algo ao mesmo tempo imanente e transcendental; são esses os dois polos entre os quais se dará a experiência sacra. O polo transcendental do sagrado é o responsável pela sensação de assombro e terror ante a divindade; ele gera o sentimento de que há algo poderoso e majestoso ali, algo cuja plenitude engendra fascínio, algo do qual somos completamente diferentes e diante do qual nos sentimos indignos, iníquos.

Ao mesmo tempo, a revelação do sagrado se dará por intermédio de algum elemento de nosso mundo, um "veículo" secular. Ele transcende o que é finito, mas só se revela nele, que passa, por sua vez, a ser algo mais. Tal é o polo imanente do sagrado. E, toda vez que a tensão entre os polos se desequilibra, a experiência do sagrado também se altera: quando o polo imanente se intensifica, retira da experiência o assombro e o terror causado pelo transcendental, prendendo-nos ao secular e lançando-nos à dessacralização; quando é o plano transcendental a alcançar proeminência, a divindade se afasta do mundo e torna-se um *deus otiosus*, distante do universo. A dessacralização também ocorre, mas realiza outro movimento.

Ressacralizar o secular

Tudo isso, repito, é tomado por Webb dos pensadores que lhe servem de fundamento. Não é original. O que ele fará é aplicar essas chaves de leitura a autores modernos, vivos numa época em que o sentimento do sagrado oscila enormemente, chegando mesmo ao que ele diz ser uma "dessacralização radical". *A pomba escura* tomará alguns autores de enorme importância do período moderno para mapear, também nas palavras de Webb, "as possibilidades dessas circunstâncias": como novos conceitos são experimentados, como as imagens tradicionais do sagrado são modificadas para ressacralizar o secular, como a tradição ortodoxa do Ocidente se adapta a um mundo secularizado, etc.

IHU On-Line – Quais foram os principais desafios na tradução desse livro?

Hugo Langone – O autor em si não trouxe grandes dificuldades. E esse é um dos grandes méritos do Eugene Webb na obra: seu texto é claro, seus pressupostos teóricos são bem articulados. Ainda que a análise de cada autor seja longa, sabemos, à luz desses pressupostos, qual é o cerne daquilo que ele deseja comunicar. Talvez a principal dificuldade na tradução de *A pomba escura* tenha sido a mesma que enfrenta todo aquele que se põe a traduzir textos de crítica literária: verter para o português textos – em especial poemas – de grandes autores, com suas características particulares, seus ritmos, métricas. Nessa tradução, pude me valer de algumas traduções já consagradas, mas ainda havia uma ou outra coisa inédita. Lembro-me de modo especial de alguns versos de Yeats[4] e Auden[5]...

IHU On-Line – Como o sagrado e o secular se apresentam e se imbricam na literatura moderna?

Hugo Langone – Se nos atermos a Webb, não poderemos opor o "sagrado" ao "secular" do mesmo modo como opomos o "sagrado" ao "profano". "Secular" não é o "profano", diz ele; precisamos compreendê-lo de modo mais direto: trata-se da vida temporal – a vida no século –, e esta pode ser vivida como sagrada ou não. É no "secular" que o sagrado pode se transformar, se intensificar, se reduzir, alcançar novo "veículo".

São transformações assim que verificamos no mundo moderno e sua literatura. Não é possível, porém, generalizar: Webb faz questão de enfatizar que cada um responde de maneira diferente aos movimentos de dessacralização que vivenciamos, e desse modo a resposta de um Ibsen será diferente da resposta de um Eliot[6] ou de um Auden. Alguns, como

---

de para as culturas religiosas e a análise de experiência mítica caracterizavam suas obras. (Nota do **IHU On-Line**)

3 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo, disponível para download em http://migre.me/s7BB. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada "Nietzsche e Paulo", disponível para download em http://migre.me/s7BH. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em http://migre.me/s7BU. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em http://migre.me/FC8R, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em http://migre.me/Jzvg. Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em http://bit.ly/HzaJpJ. (Nota da IHU On-Line)

4 **William Butler Yeats (1865 —1939):** foi um poeta, dramaturgo e místico irlandês. Atuou ativamente no Renascimento Literário Irlandês e foi co-fundador do Abbey Theatre. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Wystan Hugh Auden (1907 — 1973):** que escrevia como W. H. Auden foi um poeta anglo-americano, tido como um dos grandes autores do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Thomas Stearns Eliot (1888-1965): poeta modernista, dramaturgo e crítico literário britânico-estado-unidense. Em 1948, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. (Nota da **IHU On-Line**)

Yeats, Rilke[7], Joyce[8] e Mann[9], procuram ressacralizar o secular; e, se Eliot e Auden tentam recuperar, em meio a escombros, nossa tradição religiosa, outros a criticam e experimentam novos conceitos.

IHU On-Line – Quais são as transformações fundamentais pelas quais passa o sagrado no pensamento moderno?

Hugo Langone – O segundo capítulo de *A pomba escura* mapeia a tradição do sagrado no mundo ocidental: partindo da religião hebraica e do javeísmo, fonte de nossa visão da deidade criadora e transcendental, ele percorre o Novo Testamento, os Concílios da Igreja primitiva, Santo Agostinho[10], Joaquim de Fiore[11], Nicolau de Cusa[12] e Giordano Bruno[13], momento em que se desencadeia um retrocesso geral do polo transcendente do sagrado. Esse retrocesso, lemos, se tornará evidente no romantismo e em sua ideia do cosmos como organismo quase divino. É sempre à luz dessa tradição que Webb analisará as transformações do sagrado no pensamento moderno: é a tradição que será transformada, recebendo novos contornos. Assim, por exemplo, ele identificará a secularização da ideia das Três Idades da História, formulada por Joaquim de Fiore, em Fichte[14], Schelling[15], Hegel[16], Comte[17] e Marx[18], chegando ainda a Nietzsche. Mais uma vez, porém, seria preciso tratar cada autor separadamente, pois o que há de genérico nesse caso é a secularização, e não os detalhes do processo.

IHU On-Line – Quais são os movimentos do sagrado apontados por Eugene Webb nas obras de Ibsen, Beckett, Joyce, Mann e Eliot?

Hugo Langone – A análise de Ibsen[19] e Beckett[20] é feita num capí-

---

7 **Rainer Maria Rilke** (1875-1926): um dos mais importantes poetas de língua alemã do século XX por sua obra inovadora e seu incomparável estilo lírico. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **James Augustine Aloysius Joyce** (1882-1941): escritor irlandês considerado um dos autores de maior relevância do século XX. Suas obras mais conhecidas são o volume de contos *Dublinenses* (1914) e os romances *Retrato do artista quando jovem* (1916), *Ulisses* (1922) e *Finnicius Revém* (1939). (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Thomas Mann** (1875 - 1955): romancista alemão, considerado como um dos maiores do século XX. Recebeu o prêmio Nobel da Literatura em 1929. Foi o irmão mais novo do romancista Heinrich. Ganhou repercussão internacional, aos 26 anos, com sua primeira obra, *Os Buddenbrooks* (*Buddenbrooks*), romance que conta a história de uma família protestante de comerciantes de cereais de Lübeck ao longo de três gerações. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Aurélio Agostinho** (354-430): conhecido também como Santo Agostinho, nasceu em Tagaste. Bispo, escritor, teólogo, filósofo foi uma das figuras mais importantes no desenvolviemnto do cristianismo no Ocidente. Ele foi influenciado pelo neoplatonismo de Plotino e criou o conceito de pecado original e guerra justa. Confira a entrevista concedida por Luiz Astorga à edição 421 da **IHU On-Line**, de 04-06-2013, intitulada *A disputatio de Santo Tomás de Aquino: uma síntese dupla*, disponível em http://bit.ly/11CA1f8. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Joachim de Fiore** (1132-1202): abade cirterciense e filósofo místico italiano. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Nicolau de Cusa** (1401-1464): teólogo alemão. Secundou a ação dos papas na Alemanha. Estudou na Universidade de Heidelberg, foco do nominalismo, e na de Pádua, onde aprendeu Matemática, Direito e Astronomia. Ordenado padre, teve parte notável no concílio de Basiléia (1432). A seguir, foi legado pontifício, cardeal, bispo. Viveu seus últimos anos na Itália. As obras fundamentais de Nicolau de Cusa são três: *De docta ignorantia*, *De conjecturis*, *Apologia doctae ignorantiae*.(Nota da **IHU On-Line**)

13 **Giordano Bruno (1541 — 1600):** foi um teólogo, filósofo, escritor e frade dominicano italiano condenado à morte na fogueira pela Inquisição romana (Congregação da Sacra, Romana e Universal Inquisição do Santo Ofício) por heresia. É também referido como Bruno de Nola ou Nolano. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Johann Gottlieb Fichte** (1762-1814): filósofo alemão. Exerceu forte influência sobre os representantes do nacionalismo alemão, assim como sobre as teorias filosóficas de Schelling, Hegel e Schopenhauer. Fichte decidiu devotar sua vida à filosofia depois de ler as três Críticas de Immanuel Kant, publicadas em 1781, 1788 e 1790. Sua investigação de uma crítica de toda a revelação obteve a aprovação de Kant, que pediu a seu próprio editor para publicar o manuscrito. O livro surgiu em 1792, sem o nome e o prefácio do autor, e foi saudado amplamente como uma nova obra de Kant. Quando Kant esclareceu o equívoco, Fichte tornou-se famoso do dia para a noite e foi convidado a lecionar na Universidade de Jena. Fichte foi um conferencista popular, mas suas obras teóricas são difíceis. Acusado de ateísmo, perdeu o emprego e mudou-se para Berlim. Seus Discursos à nação alemã são sua obra mais conhecida. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling** (1775-1854): filósofo alemão. Suas primeiras obras são geralmente vistas como um elo importante entre Kant e Fichte, de um lado, e Hegel, de outro. Essas obras são representativas do idealismo e do romantismo alemães. Criticou a filosofia de Hegel como "filosofia negativa". Schelling tentou desenvolver uma "filosofia positiva", que influenciou o existencialismo. Entrou para o seminário teológico de Tübingen aos 16 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no século XX. Sobre Hegel, confira a edição nº 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. O material está disponível em http://migre.me/zAON. Sobre Hegel, leia, ainda, a edição 261 da IHU On-Line, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em http://migre.me/zAOX. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Augusto Comte** (1798-1857): filósofo e pensador social francês. Fundou a escola filosófica conhecida como positivismo e criou um conceito de ciência social a que deu o nome de sociologia. O positivismo comteano afirma que a verdade da ciência é indiscutível e demonstrável universalmente. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Karl Heinrich Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A edição número 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em http://migre.me/s7lq. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em http://migre.me/s7lF. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível para download em http://migre.me/Dt7Q. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Henrik Johan Ibsen (1828 — 1906):** foi um dramaturgo norueguês, considerado um dos criadores do teatro realista moderno. Foi o maior dramaturgo norueguês do Século XIX. Foi também poeta e diretor teatral, sendo considerado o "pai do drama em prosa"2 e um dos fundadores do modernismo no teatro3 . Entre seus maiores trabalhos destacam-se Brand, Peer Gynt, Um Inimigo do Povo, Imperador e Galileu, Casa de Bonecas, Hedda Gabler, Espectros, O Pato Selvagem e Rosmersholm. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Samuel Beckett (1906 —1989):** foi um dramaturgo e escritor irlandês. Beckett é amplamente considerado como

tulo em que são analisados também Nietzsche e Wallace Stevens. O que fundamenta a união desses autores me parece ser a hipótese de que há em cada qual uma transformação da teoria das Três Idades de Joaquim de Fiore. No *Imperador e Galileu*, por exemplo, Ibsen esboça a possibilidade (não satisfeita) de uma terceira era em que estariam em harmonia o controle do cristianismo e a liberdade do paganismo, a carne e o espírito. *Hedda Gabler*, outra peça do autor sobre a qual Webb se debruça, corrobora a impossibilidade de um tal reino: Hedda, a protagonista, deseja um mundo em que a trivialidade dos ciclos de renovação da vida sejam transcendidos, mas é frustrada a todo momento; a vida, embora sempre se renove, é trivial e dessacralizada, não impõe o fascínio de algo transcendente. Beckett, por sua vez, leva essa dessacralização a um grau de radicalidade ainda maior. Deus, como nos mostra *Godot*, é o *deus otiosus* de que tratamos na primeira pergunta, deixando o homem livre no tempo – um tempo que, por não ter Deus em vista, é cíclico e angustiante. De todo modo, é preciso sublinhar que nem Beckett escapa ao sagrado: sua tentativa de atravessar, como recorda Webb, "a tela mítica das condutas e crenças tradicionais" é de certa forma elevada a essa condição.

Joyce, por sua vez, também está na busca de uma Terceira Idade secularizada, mas aqui vemos, desde o início, também a transformação de outra teoria da tradição sacra do Ocidente: a *coincidentia oppositorum* de Nicolau de Cusa. Joyce trabalha com os opostos, com a união de valores espirituais e carnais, de espírito e pecado. Seguindo uma linha semelhante, Mann cria um mundo em que os vestígios da tradição religiosa estão "ou completamente secularizados, ou espiritualmente moribundos", e para recuperá-lo busca um "terceiro humanismo", uma "mistura da tradição do humanismo secular com a reverência da religião cristã e sua consciência da realidade do pecado".

> "É no 'secular' que o sagrado pode se transformar, se intensificar, se reduzir, alcançar novo 'veículo'"

Deus sive natura

Eliot, ao lado de Auden, surge ao final do livro como figura que procura se realinhar à ortodoxia religiosa nessas novas circunstâncias. Se os autores anteriores de alguma forma flertavam com o *deus sive natura*, com uma divindade imanente ao mundo, ele recupera o polo transcendente do sagrado. Eliot faz o contraponto: recoloca Deus em seu devido lugar, recupera o sentimento do pecado, a majestade e perfeição divina, sua existência infinda. Tudo isso, porém, são apenas linhas gerais. Webb analisa cada nome com grande cautela, seus exemplos são numerosíssimos. Penso que só o exame que ele faz dê conta de todas as nuances.

IHU On-Line – Como podemos compreender o esforço de tais escritores em exprimir o sagrado nas linhas de suas obras?

Hugo Langone – Essa é uma pergunta difícil, uma vez que, como vimos, cada autor seguirá um caminho próprio, com objetivos diferentes (da tentativa de negação à revitalização do sagrado). No entanto, talvez seja possível contornar sua pergunta e esboçar uma resposta ao porquê de o sagrado se insinuar até mesmo no movimento de dessacralização verificado no período moderno. Para isso, reproduzo o veredito de Mircea Eliade que o próprio Webb reproduz antes de começar a tratar de Nietzsche: "uma existência assim profana jamais é encontrada em seu estado puro. Independentemente do grau de secularização do mundo, o homem que optou pela vida profana jamais consegue afastar por completo o seu comportamento religioso. (...) até mesmo a existência mais dessacralizada preserva traços de uma valorização religiosa do mundo."

IHU On-Line – E no caso de Santo Agostinho, como se dá a assimilação da literatura clássica em suas obras?

Hugo Langone – Esse é um tema que me é particularmente caro, e talvez me seja impossível dar uma resposta definitiva. O que acontece com Santo Agostinho é algo comum entre os Padres da Igreja: ele vem de uma formação clássica (na qual tivera grande destaque) e, quando converso, precisa lidar com uma cultura da qual não tem como fugir. As menções a Virgílio[21], por exemplo, são abundantes em toda a sua bibliografia, do *Contra academicos* à *Civitate Dei*; são, também, diferentes: algumas são tomadas como portadoras de verdades, ao passo que outras são duramente censuradas. Eis outro exemplo dessa complexidade: logo após sua conversão, Santo Agostinho tem em mente um projeto ascético fundamentado nas artes liberais, ou seja, na formação clássica. Quando lemos *De Doctrina Christiana*, porém, a importância dessa educação clássica já está completamente adaptada ao estudo das Escrituras e à comunicação das verdades cristãs. Ela sequer é necessária – com efeito, Agostinho chega mesmo a afirmar que a literatura é superficial. Ao mesmo tempo, as imagens virgilianas permeiam as *Confessiones*, obra do mesmo período. Há verdades na literatura clássica, admite ele; mas será preciso recorrer a ela quando se tem as Escrituras? Para compreender as Escrituras, contudo, alguns elementos da formação clássica se fazem necessários. O tema, enfim, vai longe.

---

um dos escritores mais influentes do século XX. Fortemente influenciado por James Joyce, ele é considerado um dos últimos modernistas. Como inspiração para muitos escritores posteriores, ele às vezes também é considerado um dos primeiros pós-modernistas. Ele é um dos escritores fundamentais, no que Martin Esslin chamou de "Teatro do absurdo". Seu trabalho tornou-se cada vez mais minimalista em sua carreira mais tarde. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Público Virgílio Marão** (70 a.C. - 19 a.C.): também conhecido como Vergílio ou Virgílio, foi um poeta romano clássico, mais conhecido por três obras principais, as Éclogas (ou Bucólicas), as Geórgicas e Eneida - apesar de vários poemas menores também serem atribuídos a ele. (Nota da **IHU On-Line**)

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 05-06-2013 a 10-06-2013, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Código Florestal: "Agora apostam na ineficiência do Estado para dizer que a nova lei também é impossível de ser cumprida"

Entrevista especial com André Lima, advogado, assessor de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e consultor jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica
Confira nas **Notícias do Dia** de 05-06-2013
Acesse o link http://bit.ly/11h9ofR

"Precisamos acordar para o fato de que esse debate do Código Florestal é revelador não somente de uma crise política entre governo como parte de sua base, mas, sobretudo, de uma vulnerabilidade forte da nossa economia reprimarizada, pautada num modelo intenso em uso de recursos naturais e emissões de CO2 e poluentes, ou no que vem se convencionando chamar de neodesenvolvimentismo, um misto de investimentos públicos em grandes obras de infraestrutura e que favorecem o setor privado, com um misto de políticas sociais", pontua o especialista.

"O vínculo dos Terena de Buriti com a terra que reivindicam é histórico e cultural".

Entrevista especial com Levi Marques-Pereira, cientista social, professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados
Confira nas **Notícias do Dia** de 06-05-2013
Acesse o link http://bit.ly/121ZggR

"O governo tem se mostrado omisso com o problema fundiário dos indígenas em Mato Grosso do Sul. (...) A questão é sempre tratada como problema pontual, o que é um equívoco. São dezenas de comunidades reivindicando a demarcação de seus territórios, Buriti é apenas um desses casos, o que está na mídia nesse momento", afirma.

Baía de Guanabara. Um complexo ecossistema em risco

Entrevista especial com os biólogos Graça Bispo, coordenadora técnica da ONG Guardiões do Mar, Rodrigo Gaião, atuante no Projeto Caranguejo Uçá nas ações Gerenciamento de Logística de Coletas de Dados e Educação Ambiental, e Pedro Belga, presidente da Guardiões do Mar, coordenador geral do Projeto Caranguejo Uçá
Confira nas **Notícias do Dia** de 07-06-2013
Acesse o link http://bit.ly/1bbXdqa

Em menos de duas horas participando de uma regata ecológica realizada pela Escola Naval, biólogos da ONG Guardiões do Mar encontraram, na Baía de Guanabara, mouse de computador, escada de madeira, recipiente de refrigeração de radiador de carro, muitos sacos plásticos, pedaços de madeiras de diversas fontes, garrafas PET. De acordo com os biólogos, "o macro e diversificado ecossistema da Baía de Guanabara encontra-se em diferentes estados de degradação".

Guaíra: "O índio sempre foi um símbolo da cidade"

Entrevista especial com Diogo de Oliveira, coordenador técnico da Funai em Guaíra
Confira nas **Notícias do Dia** de 08-06-2013
Acesse o link http://bit.ly/11rhnrA

"Em Guaíra criou-se um cenário de que os índios vão invadir as casas e, por causa deles, terras serão desapropriadas. Então, foi criado um terrorismo e uma histeria na população, que a fez ficar extremamente xenofóbica", acentua o entrevistado. Segundo ele, os conflitos contra os indígenas aumentaram após declaração do governo do Estado do Paraná.

Tema de Capa

Destaques da Semana

IHU em Revista

Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU programados para a semana de 10-06-2013 a 17-06-2013

Data: 10-06-2013

Evento: Novas tecnologias, ecologia profunda e novos direitos
Palestrante: Prof. Dr. Fábio Corrêa Souza de Oliveira (UFRJ)
Horário: 19h30min às 22h
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU
Mais informações: http://bit.ly/ZIzeyk

Data: 10-06-2013

Evento: Painel final Techne Brincriação 2013
Apresentação e exposição dos conceitos de jogos submetidos e Mostra de visitação pública
Horário: 19h30min às 22h
Local: Corredor frente ao IHU (bloco G da área de humanas da Unisinos)
Mais informações: http://bit.ly/143mmBw

Data: 13-06-2013

Evento: IHU ideias
Palestrante: Prof. MS Gustavo Andrada Bandeira (UFRGS)
Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol
Horário: das 17h30 às 19h
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU
Mais informações: http://bit.ly/195tCCg

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu

Entrevista de Eventos

A Ecologia Profunda e os novos direitos

Ao refletir sobre a tensão entre Ecologia Profunda e Direito dos Animais, Fábio Corrêa Souza de Oliveira destaca que a natureza é limitada, os seres que nela vivem são finitos e devem ser vistos como indivíduos que são

Por Graziela Wolfart

Na visão do professor Fábio Corrêa Souza de Oliveira, da UFRJ, que concedeu entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, a tecnologia é crucial enquanto instrumental para fazer frente precisamente à piora das condições planetárias, "conquanto perceba que não é remédio para todos os males, ou seja, que não é possível confiar exclusivamente na tecnologia como forma de reverter a decadência expressiva das condições de vida (e boa vida) que o planeta oferece". "Novas tecnologias, ecologia profunda e novos direitos" é o tema da palestra que será proferida pelo professor Fábio nesta segunda-feira, dia 10 de junho, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, das 19h30 às 22h. A atividade integra a programação do I Seminário que antecede e prepara para o XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea, que ocorrerá de 21 a 24 de outubro de 2014 na Unisinos.

Fábio Corrêa Souza de Oliveira é professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ, é mestre em Direito e doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. É membro do Centro de Direito dos Animais e Ecologia Profunda (uma iniciativa que reúne docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Universidade Federal Fluminense – UFF, além do Instituto de Filosofia de Ciências Sociais da UFRJ). Mais informações no sítio www.animaisecologia.com.br.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que podemos entender por "ecologia profunda" e como ela se relaciona com os direitos dos animais?

Fábio Corrêa Souza de Oliveira – Ecologia Profunda é a denominação criada no início da década de 1970 por Arne Naess[1], professor emérito de Filosofia da Universidade de Oslo, para configurar a compreensão que procura romper com a concepção antropocêntrica da natureza, dos seres não integrantes da espécie humana, contrapondo, assim, à Ecologia Rasa, esta voltada eminentemente para os interesses humanos, entendendo os demais seres, a natureza, com valor meramente instrumental em função das demandas da humanidade. A Ecologia Profunda apregoa que a natu-

1 **Arne Dekke Eide Næss** (1912-2009): filósofo e ecologista norueguês, inventor da teoria da ecologia profunda. Formado em filosofia em 1933, foi o professor mais jovem já contratado pela Universidade de Oslo, com apenas 27 anos. Næss iniciou seus estudos em ecologia no início da década de 1970 e em 1973 formulou o conceito de ecologia profunda onde afirma que a humanidade é como mais um fio na teia da vida, cada elemento da natureza, inclusive a humanidade, deve ser preservado e respeitado para garantir o equilíbrio do sistema da biosfera. (Nota da **IHU On-Line**)

reza, os animais, possuem valor intrínseco em si, independentemente da relação com os humanos. Como é costumeiramente apresentada ou percebida, assume uma ética ecocêntrica. Nesse viés, há (ou pode haver) uma tensão com o Direito dos Animais, que sustenta uma ética individualista, centrada, portanto, no animal enquanto indivíduo e não apenas como integrante de um ecossistema, de um sistema biótico.

IHU On-Line – Como as novas tecnologias interferem na ecologia profunda e contribuem para a geração de novos direitos?

Fábio Corrêa Souza de Oliveira – A Ecologia Profunda entende que a tecnologia é importante como ferramenta hábil à melhoria das condições de vida, embora seja fato que é também responsável exatamente pelo contrário, pela degradação da vida tanto de seres humanos quanto de não humanos, pela deterioração de ecossistemas. Não obstante, a tecnologia é crucial enquanto instrumental para fazer frente precisamente à piora das condições planetárias, conquanto perceba que não é remédio para todos os males, ou seja, que não é possível confiar exclusivamente na tecnologia como forma de reverter a decadência expressiva das condições de vida (e boa vida) que o planeta oferece.

IHU On-Line – Como o senhor avalia que a legislação e a cultura brasileira têm reagido diante deste debate?

Fábio Corrêa Souza de Oliveira – A cultura brasileira, acadêmica e mesmo fora da academia, vem sendo bem receptiva. A matéria vem ganhando espaço progressivo na mídia e nas universidades. Livros e trabalhos acadêmicos são escritos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de graduação, eventos são realizados. Evidentemente que, como a cultura predominante e historicamente arraigada é refratária tanto à pauta da Ecologia Profunda quanto à plataforma do Direito dos Animais, há uma barreira, uma tensão. De toda sorte, parece que vivemos exatamente um momento de virada de paradigma, que pode se concretizar ou não, sendo certo que leva tempo. A legislação brasileira, como escrita e interpretada, apenas em uma previsão ou outra, pode dar guarita à Ecologia Profunda ou ao Direito dos Animais. Sistematicamente é mesmo contrária ao que um e outro professam, embora haja progressivamente uma aproximação.

> "Reduzir os peixes a 'estoques pesqueiros', as aves ou os elefantes a 'recursos naturais' é esfumaçar o indivíduo no todo, conferindo a eles um papel meramente instrumental em proveito do 'equilíbrio' ecossistêmico"

IHU On-Line – Qual a contribuição da Ecologia Profunda para o debate atual acerca do uso dos recursos naturais do planeta?

Fábio Corrêa Souza de Oliveira – Em síntese, a Ecologia Profunda promove duas mudanças na visão comum. A primeira é que aquilo que normalmente se chama de recursos naturais (e a palavra "recursos" é bem significativa porque traduz a ideia de disponibilidade, de aproveitamento, de instrumentalização), como animais, plantas, ecossistemas, a Ecologia Profunda vai compreender como tendo valor inerente. Não são "recursos", algo que está à disposição dos seres humanos para qualquer uso segundo exclusivamente seus próprios interesses. Talvez mais claro em relação aos animais, o que se vai dizer é que os animais não são "recursos", são seres que merecem respeito por si, não são coisas, objetos, são, segundo o Direito dos Animais, sujeitos de direitos (pacientes morais, no mínimo). E isso inverte mesmo o edifício por meio do qual o Direito foi sendo construído ao longo do tempo. Reduzir os peixes a "estoques pesqueiros", as aves ou os elefantes a "recursos naturais" é esfumaçar o indivíduo no todo, conferindo a eles um papel meramente instrumental em proveito do "equilíbrio" ecossistêmico. Aqui está a tensão entre Ecologia Profunda e Direito dos Animais. A natureza é limitada, os seres que nela vivem são finitos e devem ser vistos como indivíduos que são. Não existem para satisfazer desejos humanos. O mundo não existe para a humanidade. A humanidade é uma espécie entre outras. Reconhecer os direitos animais afeta alegados "direitos humanos", isto é, importa em outro estilo de vida.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Fábio Corrêa Souza de Oliveira – A Ecologia Profunda é um movimento ético, filosófico com considerável abertura: por exemplo, vê a dieta vegetariana não exatamente como um imperativo moral, mas como uma decisão individual. Embora critique a perda/degradação da vida natural dos animais, por exemplo, pela indústria alimentícia (carne, leite, ovos), de lazer (circos, aquários, touradas, rodeios, zoológicos) e de vestuário (peles, couro). Já o Direito dos Animais simplesmente possui o vegetarianismo como princípio de base, imperativo ético, rompendo com uma postura que pode ser intitulada de "bem-estarismo".

Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol

Por Márcia Junges

"Há homofobia nos estádios de futebol. Ela é tão marcada que a própria imprensa esportiva nem mesmo a entende como algo violento ou como um acontecimento digno de ser narrado", disse Gustavo Andrada Bandeira em entrevista às **Notícias do Dia** da **IHU On-Line** em 02-05-2013. Autor da dissertação *Eu canto, bebo e brigo... alegria do meu coração: currículo de masculinidades nos estádios de futebol*, o pedagogo analisa o comportamento masculino nos estádios de futebol, onde a sexualidade "aparece o tempo todo em diferentes expressões das torcidas, dos atletas e, eventualmente, até da imprensa". Segundo ele, existe uma constante "necessidade de manifestação da heterossexualidade que se dá especialmente a partir dos xingamentos homofóbicos que podem ser ditos contra todo e qualquer ator do espetáculo: jogadores adversários, jogadores da própria equipe, árbitros, profissionais da imprensa e, o alvo principal, o torcedor adversário".

Bandeira comenta o surgimento das torcidas queer nos estádios de futebol, a exemplo das gaúchas QUEERlorado e Grêmio Queer. A seu ver, elas estão vinculadas a "uma série de ações, especialmente as afirmativas, dos movimentos sociais e, claro, a potencialidade das redes sociais que alteram os lugares tradicionais de autoria e permitem uma exposição de correntes distintas de pensamento". Apesar de repercutirem nas redes sociais, "ainda não é possível saber como os torcedores nos estádios se manifestarão em relação às chamadas torcidas queer, uma vez que as curtas experiências de torcidas que pregavam a diversidade sexual datam da década de 1970 e foram todas extintas", pondera.

Gustavo Andrada Bandeira possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e mestrado em Educação pela mesma instituição. É técnico em assuntos educacionais da Escola de Administração da UFRGS, onde leciona no curso de Especialização em Jornalismo Esportivo.

Nesta quinta-feira, 13-06-2013, Gustavo discute a temática das torcidas queer no IHU ideias, das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Acesse mais informações em http://bit.ly/195tCC

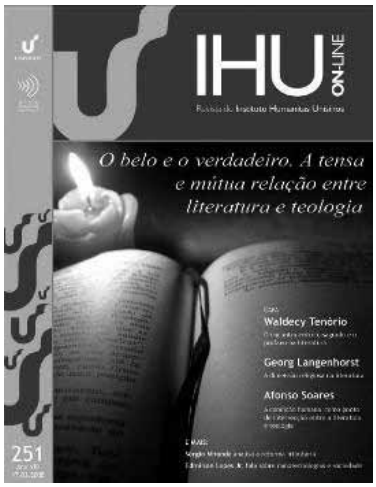
Leia mais...

>>A **IHU On-Line** já publicou outras entrevistas sobre teoria queer e homoafetividade. Confira:

- *"O natural não é ser homem ou mulher".* Entrevista especial com Margareth Rago, disponível em http://bit.ly/13KZHJG
- *Via(da)gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil*. Entrevista especial com André Musskopf, disponível em http://bit.ly/R24T9H
- *Uniões homoafetivas. A luta pela cidadania civil e religiosa*. Edição 253 da revista **IHU On-Line**, de 07-04-2008, disponível em http://bit.ly/10puzzO
- *Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault*. Edição 335 da revista **IHU On-Line,** de 28-06-2010, disponível em http://bit.ly/ggvqty

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da **Revista IHU On-Line**



O belo e o verdadeiro. A tensa e mútua relação entre literatura e teologia

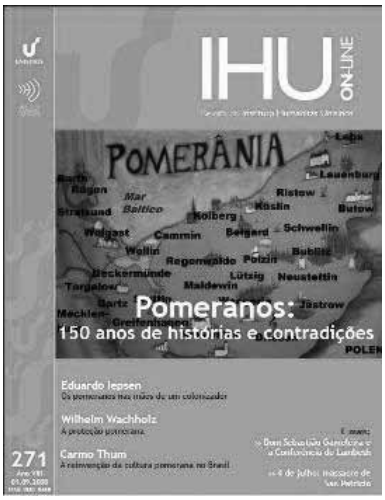
Edição 251 – Ano – VIII – 17-03-2008
Disponível em http://bit.ly/11lQEfh

Literatura e teologia têm algo a ver? A tensa relação entre ambas foi captada, como constata o prof. Waldecy Tenório, por Drummond, quando este escreve um verso que soa como a encruzilhada do eu lírico desesperado: "Meu Deus e meu conflito". Trata-se de um conflito muito rico, que não pode ser jogado fora nem por uma "literatura edificante" nem por uma "religiosidade melosa", do estilo new age. Esta tensão, rica e conflituosa, é o tema de capa da IHU On-Line desta Semana Santa. Contribuem nessa discussão os entrevistados Georg Langenhorst, Afonso Soares, Rafael Camorlinga Alcaraz, Maria Clara Bingemer, Philippe Sollers, Robert Alter, Waldecy Tenório, Paulo Soethe e José Augusto Mourão.

Pomeranos: 150 anos de histórias e contradições

Edição 271 – Ano – VIII – 01-09-2008
Disponível em http://bit.ly/ZxVR7c

Há mais de 150 anos, os pomeranos começaram a construir uma nova história em terras brasileiras. Com um estilo de vida peculiar, instalaram-se nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. Nessas localidades, preservam alguns dos costumes trazidos da Pomerânia, antiga província da Prússia. Para conhecer os elementos que diferenciam esse povo dos conterrâneos alemães, e compreender como ocorreu o processo de colonização pomerana no Brasil, a IHU On-Line entrevistou pesquisadores que se dedicam ao estudo dessa etnia: Wilhelm Wachholz, Carmo Thum, José Carlos Heinemann, Joana Bahia, Jairo Scholl, Martin Dreher, Vânia Grim Thies, José Nunes e Eduardo Iepsen.



Niilismo e relativismo de valores. Mercadejo ético ou via da emancipação e da salvação?

Edição 354 – Ano – X – 20-12-2010
Disponível em http://bit.ly/11Jybcj

O mais incômodo dos hóspedes não cessa de mover nosso chão e certezas. Quais são os valores de uma ética comum a todos os seres humanos? Que espaço sobra para a solidariedade numa sociedade marcada pelo relativismo? Enfim, mercadejo ético ou da emancipação e da salvação? Para debater essa temática, a **IHU On-Line** entrevistou os seguintes pesquisadores: Gianni Vattimo, Clademir Araldi, Roberto Romano, Paul Valadier, Paolo Flores D'Arcais e Luiz Filipe Pondé.

Sala de Leitura

MORIN, Edgar. O método 1. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003

Embrenhar-se no vasto mundo aberto pela instigante obra **O Método**, de Edgar Morin, destrinchada em seis volumes, é um desafio de proporções gigantescas que um grupo de cerca de 80 pessoas está disposto a encarar em 2013. Trata-se de, ao longo de sete encontros mensais, tomar contato com as principais ideias detalhadas em cada um dos volumes; apropriar-se dos conceitos-chave que descortinam, para a leitora e o leitor, os instrumentais teóricos e metodológicos para a compreensão de um outro paradigma de conhecimento e de ação: o pensamento complexo. O Ciclo de Estudos "O Método", de Edgar Morin, é uma iniciativa do Cepat – Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, de Curitiba, e conta com a parceria do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e da Pastoral da Universidade da PUCPR.

André Langer, colaborador do Centro de Pesquisa e Apoio ao Trabalhador – CEPAT, Curitiba, Paraná.

RANDOM, Michel. O pensamento transdisciplinar e o real. São Paulo: Editora Triom, 2000

Desde muito *vivo* provocado pela força que pode estar presente na relação de um conceito, de um gesto, de um conteúdo, de uma disciplina, com o mundo e a vida em geral. Falar *do mundo e da vida em geral* não significa dizer de uma variedade solta de coisas, seres, objetos, porém, algo trançado entre si, um emaranho de fios que se cruzam produzindo tensões, disjunções e conjunções, como diria Gilles Deleuze. Vários autores em âmbito global vêm escrevendo nesta linha trançada, cruzando conceitos e saberes, produzindo o que chamamos e desejamos experimentar: *a transdisciplinaridade*. Nesse sentido, um livro que estou sempre a ler, reler, visitar, retirar de minhas gavetas, para pensar com aquilo que interlocutores intensos e densos colocam, é *O pensamento transdisciplinar e o real*. Michel Random, em conversas com diferentes pensadores, pesquisadores e poetas de nosso tempo, compõe diálogos muito fortes, ao mesmo tempo críticos e propositivos, em relação ao desafio de ultrapassar o perigo da simplificação, das fronteiras instituídas, dos círculos fechados em torno de si mesmos. *Pensar trans* é o que movimenta os diálogos com personagens como Michel Camus, Edgar Morin, Gilbert Durand, Basarab Nicolescu, Lima de Freitas, entre outros. Estar *entre as coisas* nos faz desde sempre outros.

Laércio Pilz, coordenador do núcleo de Humanismo Social Cristão da Unisinos, professor do Centro de Ciências Humanas.

Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol

Nesta quinta-feira, 13-06-2013, Gustavo Andrada Bandeira discute a temática das torcidas queer no IHU Ideias, das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Em entrevista concedida às Notícias do Dia do sítio do IHU, em 02-05-2013, Gustavo afirma que "há homofobia nos estádios de futebol. Ela é tão marcada que a própria imprensa esportiva nem mesmo a entende como algo violento ou como um acontecimento digno de ser narrado". Autor da dissertação "Eu canto, bebo e brigo... alegria do meu coração: currículo de masculinidades nos estádios de futebol", o pedagogo analisa o comportamento masculino nos estádios, onde a sexualidade "aparece o tempo todo em diferentes expressões das torcidas, dos atletas e, eventualmente, até da imprensa". Acesse mais informações sobre o evento em http://bit.ly/195tCCg.

ObservaSinos

O Observatório da realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos é um programa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social – CCIAS /UNISINOS que objetiva dar vista aos indicadores socioeconômicos e promover o debate sobre a realidade e políticas públicas da região.

Dentro da programação do ObservaSinos vale destacar a Mostra virtual: de Olho no Vale (disponível em http://bit.ly/18TDcWd) e que nesta semana estará em exposição no saguão da Prefeitura de Esteio-RS, e a oficina "Objetivos do Milênio (ODMs) no Vale do Rio dos Sinos", a ser realizada no próximo dia 25 de junho, com a presença dos professores Salvatore Santagada (FEE) e Hélios Puig Gonzalez (FEE).

Mais informações sobre o ObservaSinos e suas atividades podem ser obtidas em http://bit.ly/l8v7ht

Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários

O Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnosociais/Unisinos surgiu em 2004 com a proposta de fomentar e acompanhar sistematicamente empreendimentos de economia solidária, na perspectiva de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social. Funciona no IHU e destaca-se como um dos programas de Ação Social da Universidade. Um dos princípios de ação do trabalho de incubagem é entender a atividade de trabalho como educativa, tanto no sentido da produção de conhecimento técnico como das transformações que ocorrem com o indivíduo no que diz respeito à sua relação com o saber. Atualmente as empresas encubadas pelo Programa são a ATUROI - Associação de triagem de resíduos sólidos; a Mundo mais limpo - Produção de produtos de limpeza a partir de óleo de cozinha reciclado; a Nova Conquista - Associação de triagem de resíduos sólidos; e a Recriar, que está em fase de desencubagem.

Mais informações em http://bit.ly/ZyhJ28